

Geografia contemporânea de Goiás

Aos professores Horieste Gomes, João de Castro, Maria Geralda de Almeida, Lana de Souza Cavalcanti e, em especial, a Antônio Teixeira Neto, pelo estímulo e pela rigorosa e criativa crítica às inúmeras geografias de Goiás.

Sumário

Apresentação ...9

Palavras iniciais ...13

1 Uma introdução ...17

2 As regiões de Goiás ...29

Diversidade regional e povoamento ...35

A economia regional goiana ...41

Geografia social das regiões ...58

3 Urbanização e rede urbana ...71

A população de Goiás ...72

O significado da urbanização ...80

A rede urbana goiana ...88

4 Goiânia e sua região ...101

A mudança da capital ...102

A capital consolidada ..106

A Região Metropolitana de Goiânia ...119

5 As três Brasília's ...135

A capital federal ...136

As cidades satélites ...143

O entorno de Brasília ...148

Palavras finais ...157

Referências ...159

Apresentação

Quando a terra é fértil, os frutos são os melhores. É o que se pode dizer de Tadeu Alencar Arrais e sua *Geografia contemporânea de Goiás*, um trabalho situado na boa tradição de Horieste Gomes, o grande geógrafo goiano, disse-o o autor com propriedade.

É um estudo da geografia goiana minucioso, vivo, atraente. E apresentado por meio de um texto ao mesmo tempo analítico e informativo das transformações por que vem passando Goiás e todo o Centro-Oeste e fizeram deste estado e região uma das economias mais fortes da geografia brasileira nestas últimas décadas.

O método da análise garante o efeito. Combinando de um modo muito peculiar o que até há pouco se chamava geografia geral e geografia regional – combinação impossível e que deu tanta dor de cabeça aos melhores geógrafos do passado –, Tadeu Alencar Arrais consegue passar ao leitor um mapa ao mesmo tempo atualizado e preciso do arranjo geográfico do espaço do estado de Goiás como um todo, sem deixar de fazer-nos ver o traçado da sua regionalidade interna e sua integração mais ampla num tempo de economia globalizada.

A estrutura é bem montada e o texto limpo e bem redigido, no estilo de Tadeu, um geógrafo que escreve muito bem.

O livro inicia-se com um bom debate do conceito de região e regionalização, um tema que o autor enfrenta com amplo domínio e sem o receio dos que o têm como ultrapassado numa época de espaços planetarizados e sem fronteiras, como se fosse possível a um geógrafo trabalhar a análise do espaço sem proceder e referir-se às demarcações territoriais do fenômeno geográfico, referida pelo geógrafo alemão Alfred Hettner como o estudo da diferenciação de áreas, apresentando-a como o modo próprio e identificador do olhar do geógrafo. Sobretudo, porque a diferenciação é hoje mais do que nunca verdadeira, principalmente diante da globalização. Desdobra-o a apresentação dos vários projetos de recortes regionais dos tantos que estudaram a geografia do estado de Goiás, lembrando a proposta de divisão regional estadual, numa justiça que muito aplaudo, de Antônio Teixeira Neto, outra fonte de referência grande e fértil da geografia do estado de Goiás.

Segue-se o capítulo da urbanização e da rede urbana do estado, denso de informação e análise, revelando outra faceta do autor, que é combinar ao bom trato teórico o uso amplo do material empírico. Fica-se conhecendo toda uma trajetória de arranjos e rearranjos da

trama da organização do espaço do estado de Goiás, que explica e esclarece toda uma evolução regional e estadual que põs Goiás numa posição privilegiada na geografia brasileira de ontem e de hoje, uma vez que a cidade é o melhor espelho da evolução espacial de um lugar.

O capítulo seguinte, a meu ver o ponto alto do livro, é um estudo detalhado da geografia urbana de Goiânia. A estrutura interna e do entorno regional organizado pela metrópole é vista com grande detalhe e riqueza descritiva. O leitor é instado a percorrer as diferentes áreas no ontem e no hoje da cidade, a conhecer a distribuição dos serviços de um terciário que cresceu e instalou-se com muita rapidez e funcionalidade numa cidade planejada, o que nem sempre dá certo. Apesar das mazelas sociais, que Tadeu denuncia com muito vigor, Goiânia é uma das cidades-metrópoles – está hoje com mais de um milhão de habitantes – das mais aprazíveis do Brasil, um lugar para se morar com as características de uma cidade média mas com as vantagens das acessibilidades de uma grande metrópole.

O capítulo final é dedicado a Brasília. Melhor, às três Brasília que a esta altura se imbricam e se combinam ao redor da sede do poder da República do Brasil. Dos projetos originais de mudança da capital para o planalto até os problemas do inchaço e grave situação social de uma cidade que foi prevista para ser diferente – o que bem diz do engano dos que acreditam que a racionalidade extremada da organização do espaço resolve tudo, sobretudo num país de um povo que teve de aprender a ser criativo para sobreviver embaixo de uma elite dominante das mais conservadoras do mundo –, vemos desfilar neste capítulo uma geografia urbana que chama a atenção do mundo por sua controversa imponência.

O livro é enriquecido por uma seqüência de mapas bem distribuídos e selecionados, casando dito e visto com muita propriedade, bem na linha do atual entendimento do mapa como uma linguagem de comunicação por demais poderosa para ser usado como mero ornamento e ilustração de texto, como era hábito até há pouco entre os autores de livros didáticos.

E eis aí a natureza do livro, sua redação clara e limpa, sua seqüência lógica dos capítulos, sua visão globalizante do estado, por tratar-se de um texto que o autor dedica ao uso dos professores de geografia nas salas de aula das escolas do primeiro e segundo graus, mas que pode e deve ser lido pelos universitários, ativistas e tantos quantos descobriram a importância de ler o espaço como instrumento essencial da compreensão e intervenção

visando permanente mudança e aperfeiçoamento da realidade desse mundo mais amplo do homem que é a sociedade em que vive.

Ruy Moreira

Universidade Federal Fluminense - Niterói, RJ

Palavras iniciais

Na década de 1960 aparece para os goianos a primeira edição do livro *Introdução à geografia de Goiás: a terra*, do geógrafo Horieste Gomes, talvez a contribuição de síntese à geografia de Goiás elaborada por um estudioso da área. Em 1969, ele publica *Geografia socioeconômica de Goiás*, um livro de importância histórica, por duas razões: primeiro, por abordar questões que ainda hoje estão pendentes na agenda de pesquisa da geografia goiana, como os transportes e a geografia da saúde e da alimentação; e segundo, por inaugurar em Goiás, na melhor tradição de Josué de Castro, uma geografia social, construída sob o olhar vigilante de um sistema político repressor. “A geografia não esconde o seu desprezo à demagogia reinante sob qualquer aparência”, escreve Horieste Gomes, consciente de sua responsabilidade intelectual.

Três décadas após, em 1993, Horiestes Gomes lança o livro *Geografia Goiás–Tocantins*, em parceria com Antônio Teixeira Neto. O livro é resultado do cruzamento de uma farta experiência empírica e zelo teórico dos autores, e já mereceu uma segunda edição, para este ano (2004). Um pouco mais tarde, com a energia de dar inveja aos jovens pesquisadores, Horiestes Gomes se põe a vasculhar arquivos e bibliotecas em busca de fontes para fundamentar a pesquisa que deu origem ao livro *A produção geográfica de Goiás*, publicado em 1999, transformando-se em referência para aqueles que desejam conhecer o que foi produzido, em geografia, sobre Goiás.

Outros dois trabalhos importantes, ligados à temática regional, são de autoria da geógrafa Celene Cunha Monteiro: o primeiro de 1997, resultou de sua dissertação de mestrado, com análise da formação territorial da região da Estrada do Boi; o segundo, publicado em 2002 pelo Ministério da Integração Nacional, na Coleção Centro-Oeste de Estudos e Pesquisas, trata da estruturação regional do Vão do Paranã. Vale registrar que ambos os estudos cobrem uma porção significativa do que podemos chamar grosseiramente de Norte Goiano e compõem uma coleção, de que, em 2003, fez parte também o livro *O Sudeste Goiano e a desconcentração industrial*, do geógrafo João Batista de Deus, o qual enfoca aspectos da reestruturação da rede urbana regional a partir de um denso estudo sobre a microrregião de Catalão.

Em 2001, é publicado o livro *Geografia da cidade*, sob coordenação da professora Lana de Souza Cavalcanti, com temas relevantes sobre a geografia urbana de Goiânia,

como o lazer, a produção de discursos no urbano, o meio ambiente e o transporte coletivo.

Também merece destaque a publicação, em 2002, do livro *Abordagens geográficas de Goiás*, organizado pela professora Maria Geralda de Almeida, com artigos que tratam da formação regional, do processo de povoamento, do bioma cerrado, da climatologia, do turismo, e fazem uma análise das tendências demográficas. Vale destacar ainda um elenco de outros livros, bem como de artigos publicados tanto no *Boletim Goiano de Geografia* quanto em periódicos nacionais e regionais, que aumentaram significativamente o grau de conhecimento sobre o território goiano.

Ao lado dessas produções, somam-se dezenas de teses e dissertações de mestrado, elaboradas, especialmente, por professores da UFG, da UCG e da UEG. Com a consolidação do Mestrado em Geografia da UFG, já se contam mais de 60 dissertações, desse modo, constituindo um acervo de extrema importância quanto à leitura global do território goiano. Também é oportuno reconhecer o trabalho desenvolvido pela Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento (Seplan) de Goiás, pela Secretaria de Planejamento Municipal (Seplam/DPSE), da Prefeitura de Goiânia, e pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Esses órgãos, mediante publicações sistemáticas, têm produzido um importante acervo de dados e indicadores socioeconômicos para a consulta do público em geral.

Cumprе assinalar que *Geografia contemporânea de Goiás* procura, de forma modesta, atender à demanda de professores do ensino médio e fundamental e de alunos do curso de geografia, para auxiliá-los nas discussões sobre a geografia do estado, especialmente quanto a sua formação. Por isso preocupamo-nos tanto com a linguagem escrita quanto visual e valemo-nos de mapas (que não podem faltar em um trabalho de geografia), ilustrações, gráficos e quadros como forma de organizar uma grande variedade de informações colhidas de diversas fontes. São dados econômicos, demográficos, indicadores sociais, por região ou por cidade, que podem fomentar, na medida que forem explorados pelos leitores, interpretações mais aprofundadas.

Na discussão conceitual, que permeia todo o texto, optamos por uma linguagem mais leve, diferente daquela usada na academia, em teses, dissertações, artigos etc. Priorizamos, ao longo do livro, uma diretriz geográfica cujo suporte é o estudo das regiões e da organização da rede urbana, configurando a maior parte do livro. Merece destaque a opção pela reflexão sobre Brasília. Resolvemos incluí-la por sua importância na integração do território goiano e, mais especificamente, na formação territorial da região do Entorno de

Brasília. Brasília e Goiânia exercem papel estruturante no território goiano, razão por que nenhuma reflexão sobre Goiás poderá prescindir da consideração dos seus papéis regionais.

Vale destacar, no entanto, que o leitor não encontrará respostas prontas e acabadas para nenhum dos temas tratados aqui. Nossa preocupação foi mais problematizar do que oferecer ao público uma leitura definitiva. Assinale-se que o território goiano adquiriu uma tal complexidade que qualquer publicação, por mais ampla e cuidadosa que seja, não passa de uma leitura parcial. Estamos conscientes disso. Por exemplo, temas como o turismo, o meio ambiente, a água, a estrutura fundiária, o desmatamento do cerrado, entre tantos outros, estão por merecer publicações temáticas de natureza geográfica. Com isso queremos dizer que *Geografia contemporânea de Goiás* não resume o amplo leque de alternativas e possibilidades de enfoques sobre nossa geografia. Ao contrário, o título nos lembra, antes de tudo, que é preciso pensar a complexidade dessa geografia.

Para finalizar, agradecemos o apoio e o incentivo de diversas pessoas que, de uma maneira ou de outra, torceram pela realização deste trabalho. Queremos destacar o professor André Barcellos, que acompanhou o projeto, e a professora e também amiga Loçandra Borges, pelas discussões iniciais, quando pensávamos em uma publicação conjunta, escrita a quatro mãos. Desde então seguimos caminhos diferentes, mas não podemos deixar de reconhecer a ajuda, que não se limitou ao excelente material cartográfico. Os eventuais erros, como não poderia deixar de ser, devem ser creditados ao autor.

1. Uma introdução

Ultimamente tem sido divulgada uma imagem de Goiás como um estado moderno, ligando-o às suas potencialidades. Em encarte publicado na revista *IstoÉ Dinheiro* n. 213, de 26 de setembro de 2002, encontramos o seguinte:

GOIÁS PROVA SUA FORÇA: o celeiro nacional de alimentos redesenha seu perfil agrícola, cria pólos industriais, gera empregos, distribui renda e atrai R\$ 26,7 bilhões em investimentos.

Mais recentemente, no noticiário político nacional, o nome de Goiás esteve relacionado às discussões sobre a reforma tributária, que estipula novas regras para a cobrança e distribuição de receitas provenientes dos impostos entre os governos federal, estadual e municipal. Nesse contexto, Goiás evidenciou-se como interlocutor privilegiado da Região Centro-Oeste junto ao governo federal.

Verifica-se uma tendência à afirmação do Centro-Oeste (Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Goiás) como um bloco político e econômico em busca de espaço nessa reforma com outras regiões, especialmente a Sudeste. Assinale-se que estados como São Paulo colocaram-se contra a política de incentivos fiscais adotada por outros como Goiás, para atrair empreendimentos industriais para seu território e assim aumentar sua receita tributária. Está-se referindo à chamada “guerra fiscal”, em que os estados oferecem como vantagem competitiva a isenção total ou parcial de impostos, como o Imposto de Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), durante determinado período, além de vantagens como financiamento com juros baixos para que empresas de diversos segmentos transfiram-se para Goiás.

Poderíamos, então, perguntar: qual a relação dessas questões com a formação territorial contemporânea de Goiás?

Vejamos.

Historicamente, o território goiano esteve ligado, a partir de uma relação de subordinação econômica, ao Sudeste brasileiro, por meio de uma economia baseada na agricultura de subsistência e na pecuária tradicional.

De Goiás, pela estrada de ferro no início do século XX, saíam arroz, café, couro, banha, bois, charque, açúcar etc., com destino ao Triângulo Mineiro e São Paulo, onde havia uma grande demanda favorecida pelo nascente mercado de consumo urbano. Vale

dizer, essa demanda aumentou significativamente com o processo de industrialização de São Paulo.

O território goiano tem mudado bastante, não apenas nas suas fronteiras (uma vez que perdeu território para os estados de Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Maranhão, Tocantins e também o Distrito Federal), mas também no seu estatuto administrativo: território subordinado à capitania de São Paulo até 1748, quando se tornou capitania, para, em 1822, transformar-se em província e a partir de 1889, com a República, estado.

O arroz foi o maior produto exportado por Goiás no primeiro quartel do século XX. Basta lembrar que a cidade de São Paulo em 1900 abrigava uma população de 239.820 habitantes, pulando para 579.033 em 1920, o que ajuda a compreender a necessidade de gêneros alimentícios como o arroz em regiões brasileiras como a Sudeste. Além disso, a economia agrícola paulista, especialmente nas últimas décadas do século XIX, esteve ligada ao cultivo do café, o que favoreceu a expansão da fronteira produtora de alimentos e pecuária tradicional para o Sul Goiano, área mais próxima geograficamente.

Até as primeiras décadas do século XX, a economia goiana apresentava um perfil ligado à agricultura de subsistência, com forte dependência de produtos manufaturados, importados de outros estados. Lembremo-nos de que, até a consolidação de Goiânia na década de 1940, Anápolis, especialmente após a chegada da Estrada de Ferro em 1935, desempenhava papel polarizador na região, chegando a ser apelidada de “Manchester Goiana”, por ser um grande centro atacadista regional e por abrigar as primeiras indústrias de Goiás.

Com sua posição geográfica estrategicamente próxima às áreas de povoamento e do final da estrada de ferro, Anápolis teve o seu perfil terciário aumentado, concentrando parte significativa do setor de varejo e também de atacado. Assim, serviu como ponto de distribuição para o Centro-Norte de Goiás, uma das cidades mais importantes do estado.

Já a partir da década de 1950, o mercado de consumo propriamente urbano começa a se fortalecer em Goiás, com a consolidação de Goiânia, que passa a ser a principal cidade de Goiás, além de Anápolis e algumas cidades do sul, como Rio Verde, Jataí, Itumbiara e Catalão. Na década de 1970, aliado ao crescimento das cidades do Centro Sul goiano,

Goiás vê reforçado seu perfil agrícola, com a transformação das terras do cerrado, especialmente no Sudoeste Goiano, em terras rentáveis para a agricultura comercial, o que ensejou um forte fluxo migratório para essa região. A população de Rio Verde passa, de 39.823 habitantes em 1960, para 50.742 em 1970 e 69.902 em 1980; a população de Jataí salta de 27.680, em 1960, para 41.364, em 1970, e 53.387, em 1980. Itumbiara e Catalão também tiveram crescimento significativo nesse período (IBGE, 1991).

Juntamente com as cidades que iam crescendo, por meio de incentivos de programas federais sob orientação da Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste (Sudeco), vultosos investimentos foram destinados em crédito agrícola, em rodovias e em infra-estrutura de estocagem. Formou-se, em pouco tempo, uma região integrada às demandas do mercado internacional, e Goiás, de fato, entra na globalização como um dos “celeiros nacionais”. Primeiro ocorreu a conversão dos solos ácidos do cerrado em terras agrícolas, em que o calcário, encontrado em abundância nas terras goianas, foi importante elemento utilizado. As terras planas – os chapadões – favoreceram a mecanização, com uso intensivo de maquinário agrícola, e as sementes foram adaptadas ao solo, graças à evolução da engenharia genética.

A produtividade cresceu tanto verticalmente, pelo incremento de tecnologia, quanto horizontalmente, pela incorporação de novas áreas com desmate indiscriminado dos cerrados. A idéia de que o cerrado precisava ser desmatado para atender à demanda agrícola favoreceu um padrão de exportação agroindustrial, bastante incentivada nos governos militares, e aos poucos vem se modificando. A soja chega em Goiás ao lado da modernização conservadora, com grande impacto sobre as relações de produção, mas mantendo, ao mesmo tempo, uma estrutura fundiária concentrada, em que poucos se mantêm com muita terra. Criaram-se, assim, condições para a expansão da agroindústria nessas áreas, fato que vem ocorrendo desde a implantação da Cooperativa Mista dos Produtores do Sudoeste Goiano (Comigo) no início da década de 1970. Na década seguinte, ocorre a incorporação comercial do milho, e depois, já na década de 1990, do complexo grãos–carne, aliado aos grandes grupos agroindustriais.

Em menos de trinta anos desmatou-se indiscriminadamente a cobertura vegetal original de cerrados para a monocultura da soja. A paisagem retorcida das espécies do cerrado deu lugar às formas geométricas homogêneas, a exemplo dos *belts* norte-americanos, comprometendo as nascentes do Araguaia, um dos mais importantes rios do território goiano, como se vê nas proximidades do Parque Nacional das Emas, no

município de Mineiros, Sudoeste Goiano.

Mas não foram apenas as empresas ligadas à agroindústria que se beneficiaram pela política de incentivos do governo de Goiás. A montadora de veículos Mitsubisch e a fábrica de máquinas agrícolas Cameco, por exemplo, se instalaram em Catalão em 1998 e 1999, respectivamente, tendo como justificava, além da posição estratégica (próxima ao mercado de consumo do Centro-Sul), os incentivos fiscais. Isso também ocorreu com as indústrias farmacêuticas no eixo Goiânia–Anápolis, com os frigoríficos, os laticínios, as cerealistas, os atacadistas, entre muitos outros beneficiados pelos incentivos fiscais concedidos pelo governo do estado de Goiás. O Programa de Desenvolvimento Industrial do Estado (Produzir) tem financiado grandes plantas industriais, com destaque para os municípios de Alexânia, Anápolis, Catalão, Itumbiara, Rio Verde etc. A idéia central é oferecer financiamento do ICMS de até 73%, por um período de 15 anos. Outro programa que tem beneficiado o setor produtivo é o Fundo Constitucional do Centro-Oeste (FCO), sob coordenação do Ministério da Integração Nacional. Vale dizer, todo esse verdadeiro pacote de investimentos é o que torna certas regiões do estado competitivas. É bom lembrar que o reverso da moeda é a renúncia fiscal, comprometendo a capacidade de investimento do próprio estado.

E novamente poderíamos perguntar: qual a relação dessas questões com a formação territorial de Goiás?

Bom, o que queremos mostrar é que o território goiano sofre influências de processos que estão além de suas fronteiras administrativas, mas também exerce algum tipo de influência em outros espaços nacionais e até mesmo internacionais. Por isso, para explicar a constituição desse território, não podemos nos deter aos limites que vão do paralelo 13 ao norte, na divisa com o Tocantins, o Rio Araguaia a oeste, a Serra Geral de Goiás a leste e o Rio Paranaíba ao sul. É preciso ir além.

Nossa produção não atende mais às demandas apenas de nossas cidades ou fazendas, como no passado. Ao contrário, exportamos soja, carnes, roupas, remédios, para diversos países do mundo, e assim o que ocorre no mundo tem reflexo direto aqui, como o que ocorreu com o diagnóstico da doença “vaca louca”, nos Estados Unidos, em tempos recentes, gerando uma perspectiva de maior participação da carne bovina goiana nos mercados internacionais. O mesmo raciocínio se aplica à chamada “gripe do frango” em alguns países asiáticos. Nos dois acontecimentos verificou-se uma certa reorientação no consumo tanto da carne de gado quanto de frango, diminuindo por algum tempo a

participação desses países no mercado internacional e abrindo espaço para outros países, como o Brasil, uma vez que nossa política econômica tem privilegiado as exportações em detrimento do mercado interno. Vale notar, por mais que Goiás produza soja em abundância, os preços do óleo de soja, por exemplo, não são determinados pela economia interna. A internacionalização dos preços é uma das características da globalização, o que contrasta com o poder de consumo diferencial dos países.

A integração dos mercados, mesmo que de maneira desigual, é uma marca da globalização. Outra característica é a influência exercida por uma infinidade de eventos – sejam econômicos, como a queda da bolsa de Tóquio ou Nova York; políticos, como a eleição de presidentes em países importantes como Estados Unidos, França, Inglaterra e até mesmo o Brasil; militares, como a guerra no Iraque ou mesmo os atentados terroristas em vários cantos do mundo –, que influenciam de variadas formas os lugares do mundo que se encontram, mesmo que seletivamente, integrados aos mercados financeiros internacionais.

A questão central é que todo esse processo de atração de empresas, de investimentos públicos em infra-estrutura, envolvendo diretamente a idéia de competitividade, se distribui de maneira diferente no território goiano. Podemos, assim, dizer que toda essa riqueza é *concentrada e seletiva* e que a globalização, via integração econômica, atinge desigualmente o território goiano.

Euro sobe e beneficia exportador goiano

São Paulo – O euro bateu ontem um novo recorde de valorização, chegando a ser cotado a US\$ 1,2279. Esse foi o oitavo recorde seguido da moeda européia, que já acumula alta de 16,9% no ano. No decorrer do dia, a cotação recuou para US\$ 1,2254. A alta acentuada do euro vem preocupando autoridades. A moeda valorizada pode emperrar o incipiente crescimento da zona do euro porque encarece as exportações européias.

Já os brasileiros podem comemorar. Exportadores como Jorge Maeda, presidente do Grupo Maeda, de Goiás, vem se beneficiando com a alta do euro. Neste ano, o Grupo Maeda, tradicional produtor de algodão, vai exportar um produto com maior valor agregado – o fio de algodão. Pela primeira vez, a empresa fechou um contrato de venda para a Europa em euros. “No ano passado, quase não exportava fios de algodão para a Europa. Neste ano, a exportação cresceu 25%”, diz Maeda.

Com o euro forte, cresce o poder aquisitivo dos importadores europeus. “Os europeus

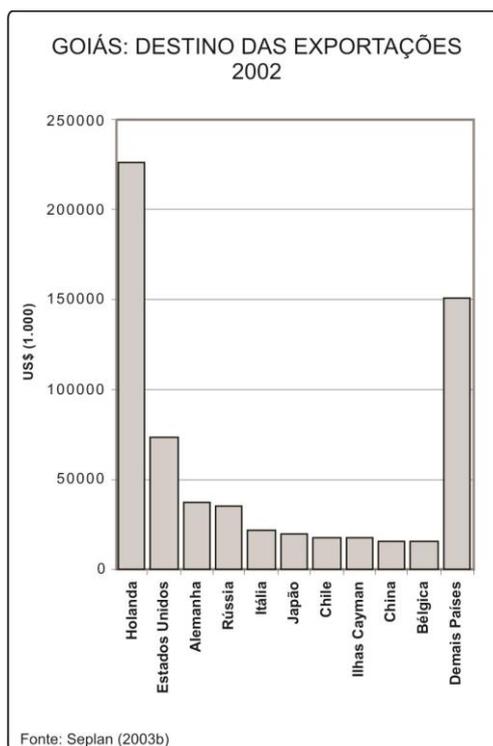
estão importando mais porque tudo está mais barato para eles”, diz Ricardo Amorim, chefe de Pesquisa para América Latina da consultoria Idea Global. (O Popular, 10 dez. 2003).

Dizemos que essa riqueza é *concentrada* porque quem ganhou historicamente com isso foram as grandes empresas, o mercado financeiro, os grandes grupos ligados ao agronegócio (*agrobusiness*) e não o pequeno produtor ou mesmo os trabalhadores temporários da periferia de cidades como Rio Verde, Catalão, Jataí ou mesmo Goiânia. E *seletiva*, porque privilegia, tanto do ponto de vista dos investimentos do estado como do setor privado, determinadas regiões do território goiano, que se tornaram, por assim dizer, competitivas, enquanto outras não.

A produção no território goiano atende a diversas escalas, a saber: a *escala estadual*, cujos produtos são destinados ao mercado interno; a *escala nacional*, com a exportação de produtos como algodão, remédios, roupas, carnes, massas, entre diversos produtos da indústria alimentícia, para os demais estados brasileiros; a *escala internacional*, com a soja e derivados, as carnes, o amianto, o remédio, os móveis, as bolachas etc., exportados para países da Europa, da América Latina, e para os Estados Unidos, a China, entre outros. Os dados sobre exportação e importação são um bom indicativo do quanto a nossa economia se encontra internacionalizada.

A balança comercial de Goiás tem apresentado saldo positivo nos últimos anos, o que se verifica porque as nossas exportações têm sido maiores que as importações, ou seja, vendemos mais do que compramos. Em 2002, por exemplo, o estado de Goiás exportou quase 650 milhões de dólares e importou pouco mais de 326 milhões de dólares, evidenciando um saldo positivo de mais de 322 milhões de dólares (Seplan, 2003c).

Do ponto de vista regional, a concentração da produção para exportação está no sul do estado, especialmente o complexo soja e carne. O complexo mineral é encontrado no sul (Catalão) e em municípios como Campos Verdes, Niquelândia, Crixás e Minaçu, no norte de Goiás. A produção de remédios, que atende ao Centro-Norte do país e outras regiões, encontra-se predominantemente no eixo Goiânia–Anápolis, onde grandes laboratórios como o Teuto e o Neoquímica produzem medicamentos genéricos, soros e acessórios médico-hospitalares.



Toda essa produção exige um sistema de redes de transporte e comunicação para integrar as diversas regiões de Goiás e, ao mesmo tempo, permitir que essa produção seja exportada para todo o Brasil e para o exterior. Desse modo, o transporte rodoviário é a principal modalidade de transporte em Goiás, especialmente para os grãos, o que tem exigido altos investimentos na manutenção de estradas. No entanto, especialmente no período chuvoso, não faltam reclamações de produtores quanto à conservação das rodovias, pois estradas ruins, além de dificultarem o transporte dos grãos, encarecem o frete, com reflexo direto no valor dos produtos.

Além de servirem como principal meio para circulação de mercadorias, as redes de transporte também se constituíram, como muito bem colocou o geógrafo Antônio Teixeira Neto (2002), em fatores de urbanização, na medida em que muitas cidades goianas e tocantinenses nasceram a partir do impacto de estradas como a Belém-Brasília, também conhecida como BR-153. O impacto dessa rodovia, a partir da década de 1950, foi tão importante para o Norte Goiano quanto a Ferrovia para o Sudeste Goiano, nas primeiras décadas do século XX.

Goiás foi tomado por rodovias que facilitam a circulação de pessoas, mercadorias e idéias. A produção de grãos do Sudoeste Goiano, por exemplo, encontra-se integrada à Hidrovia Tietê-Paraná, via Porto de São Simão, na cidade de São Simão, de onde é

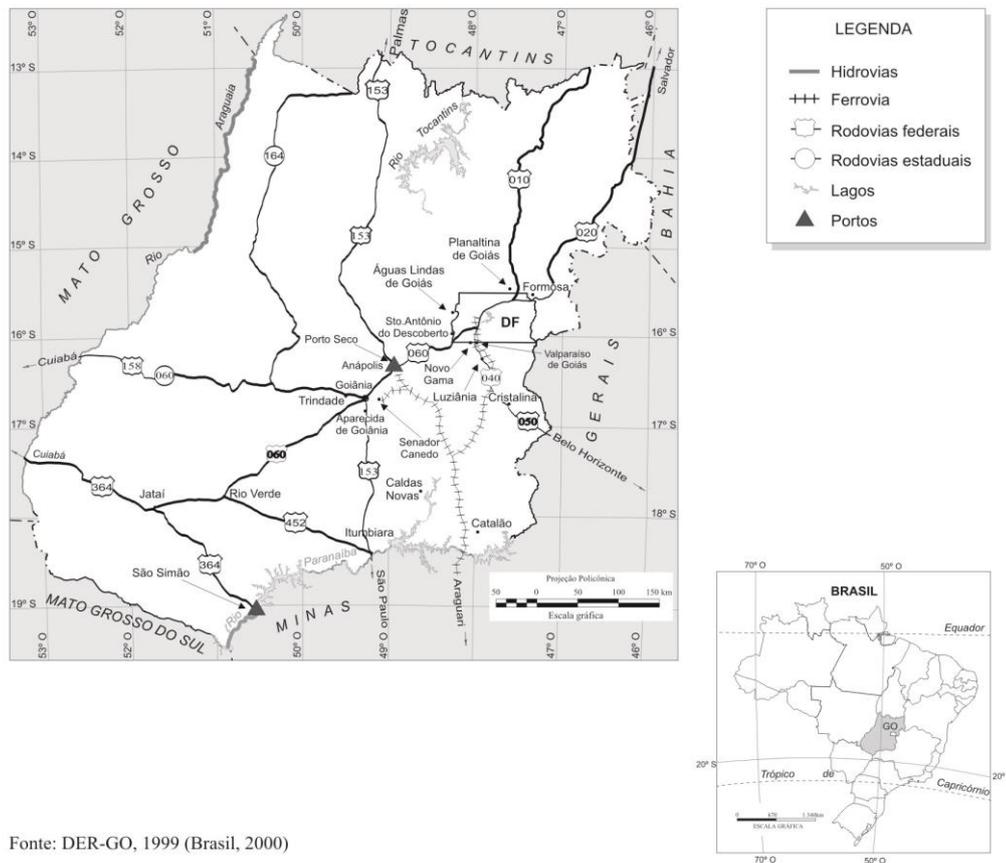
escolada parte significativa da produção, especialmente soja e milho. Os grãos chegam por caminhões para seguir, via hidrovía, para o porto marítimo de Santos. É o que se chama transporte intermodal, ou seja, aquele que envolve mais de uma modalidade de transporte – ferroviário-rodoviário, rodoviário-hidroviário ou mesmo rodoviário-ferroviário-aéreo –, como o que se pretende com a implantação da Plataforma Multimodal de Anápolis, aproveitando-se da linha da ferrovia Centro–Atlântica. Essa ferrovia percorre, em Goiás, 685km (Seplan, 2003c). Adentra o território goiano pela região Sudeste, passando por Goiandira, com um pequeno ramal até Catalão. De Goiandira segue para Pires do Rio, bifurcando em seguida para Luziânia–Brasília e também para Anápolis e Senador Canedo. Durante um bom tempo, essa ferrovia ligou Goiânia aos municípios do Sudeste Goiano, conformando uma boa opção de transporte de passageiros que ainda está na memória de muitos habitantes de Goiânia.

O transporte rodoviário goiano mudou bastante desde a construção de Brasília, que veio acompanhada de um pacote rodoviário que tinha como um dos objetivos integrar o Centro Norte do país. Goiás, nesse sentido, foi privilegiado com a construção de grandes eixos de integração nacional que partiam de Brasília para Belém, Cuiabá, Fortaleza e Belo Horizonte. Para se ter uma idéia, na década de 1940 demorava-se até um mês para atravessar o estado. Com a implantação das rodovias e a evolução automotiva, gasta-se menos de 20 horas para chegar até a cidade de Estreito, no Maranhão, na divisa com o Tocantins. Para Brasília, são gastas menos de três horas. As distâncias também são vencidas pelo ar, já que temos vôos quase que diários partindo do aeroporto de Goiânia para outros estados e táxi aéreo para várias cidades do interior, além, é claro, de Brasília, que permite a integração do território goiano com vôos internacionais.

Todas essas mudanças que ocorreram nas últimas décadas exigem que coloquemos o território goiano dentro do debate sobre a globalização. Falar em território goiano não é mais falar nas fronteiras administrativas, nos acidentes geográficos que demarcam seus limites ou mesmo na sua bandeira. É, pois, entender aquilo que ocorre aqui, e também como ocorre, o que depende de decisões que muitas vezes são tomadas fora do estado e até mesmo fora do país.

ESTADO DE GOIÁS

Principais cidades, vias de circulação e rios



Fonte: DER-GO, 1999 (Brasil, 2000)

Nossa contribuição, portanto, é oferecer uma leitura do território goiano a partir do pressuposto de que as mudanças (na base produtiva, nos grandes centros urbanos, na mobilidade das pessoas, na internacionalização da economia, no desenvolvimento social etc.) atingiram de maneira diferente as diversas partes do território e os diversos grupos sociais que habitam nele. O crescimento dos condomínios horizontais em volta da cidade de Goiânia, ou mesmo de Anápolis, bem como dos bairros pobres e da mendicância nos centros das cidades é apenas um exemplo. Se há, como foi mostrado no encarte da revista *IstoÉ Dinheiro*, “novos ricos”, “consumo e sofisticação”, também há, nas periferias dessas mesmas cidades, novos pobres.

O reconhecimento dessas desigualdades no território goiano nos levou a iniciar este estudo por suas regiões. Assim, vamos perceber a diversidade territorial como produto da integração de Goiás ao mercado nacional e internacional, bem como das relações capitalistas que se estabeleceram nesse mesmo espaço, facilitadas pela ação dos sucessivos governos, que negligenciaram o desenvolvimento social em favor do crescimento

econômico. Esperamos, com esta *Geografia contemporânea de Goiás*, contribuir de alguma forma para conhecer Goiás.

2. As regiões de Goiás

A região do Rio Araguaia recebe milhares de turistas anualmente durante o mês de julho, quando as águas baixam e formam lindíssimas praias. Também as regiões da Chapada dos Veadeiros e das águas quentes recebem muitos turistas, durante praticamente todas as estações do ano. Já o Sudoeste Goiano não recebe tanto turista assim, mas é conhecido como a região de maior produção de grãos de Goiás; e por causa da aglomeração de pessoas, a região de Goiânia não passa despercebida. O Nordeste Goiano, no entanto, tem sido mostrado constantemente nas manchetes dos jornais como a região mais pobre do estado de Goiás. Para a previsão do tempo, os noticiários televisivos fazem referências a regiões como Norte, Oeste, Leste, Sudoeste e Sul de Goiás.

Naquilo que acabamos de ler a palavra região assume a forma de substantivo. Assim ela existe e por isso é reconhecida, localizada e descrita pela imprensa, pelas comunidades locais, pelas prefeituras, pelos órgãos de planejamento, pelos sucessivos governos e pela sociedade como um todo. Desse modo, todos nós conhecemos e somos capazes de atribuir características (pobre, rica, violenta, seca, verde, povoada etc.) a uma ou outra região.

A palavra região está tão presente em nosso dia-a-dia que qualquer pessoa pode identificar, por exemplo, por meio de uma imagem de telenovela, como *Tieta e Selva de Pedra*, onde ela se passa. Os filmes também dão um bom indicativo sobre a imagem regional. *Auto da compadecida* ou *Lisbela e o prisioneiro*, por exemplo, reafirmam a imagem do nordestino ligada à religiosidade e comicidade como traço peculiar da região, diferentemente de filmes como *Cidade de Deus*, em que a imagem da cidade do Rio de Janeiro é associada à violência, ou mesmo *O quatrilho*, quando observamos os diferentes traços culturais daqueles que vivem no Sul do Brasil.

Muitas vezes a região é utilizada para reproduzir imagens distorcidas e preconceituosas a partir do discurso metonímico, ou seja, aquele que pega um traço, uma especificidade qualquer como a violência, a pobreza ou a riqueza e generaliza, como se essa fosse sua identidade, representando de forma homogênea toda a diversidade da região. Assim, nos acostumamos a falar com naturalidade que o Nordeste brasileiro é seco, que a Região Norte é despovoada, que a Sudeste é industrializada. Em se tratando da região é preciso pensar a quem interessa o Nordeste seco ou mesmo a Amazônia despovoada, até porque nem a seca é a responsável pelo flagelo em determinadas regiões do Nordeste, muito

menos a Amazônia é despovoada, haja vista que índios, seringueiros, catadores de castanha, pequenos agricultores, como também grandes grupos econômicos ligados à indústria madeireira e mineral estão presentes nessa região faz muito tempo, gerando conflitos sociais de toda ordem.

Se falamos em região é porque há, sob diferentes aspectos (culturais, econômicos ou ecológicos), diferenciação territorial. Isso quer dizer que o território não é plano e muito menos homogêneo.

Vejamos o estado de Goiás.

Pela sua diversidade social, econômica e ambiental, nosso estado é constituído de diversas regiões, assim se configurando, de maneiras diferentes, ao longo de sua história. Quando falamos em região estamos pensando em uma porção do território caracterizada por alguns aspectos que lhe atribuem individualidade em relação aos demais espaços. Uma região natural, por exemplo, pode ser definida por um conjunto de elementos, dentre os quais o clima, o relevo, a hidrografia, a vegetação etc. Falamos em região do Vale do Meia Ponte ou mesmo do Vão do Paranã. Também temos regiões econômicas, marcadas por uma atividade que lhes dá destaque diante do restante do estado ou país. A região de Goiânia é individualizada pelo peso demográfico, pela atividade econômica e pela importância política em relação ao restante do estado.

A regionalização, de forma simples, pode ser entendida como o processo de recorte propriamente dito. Ela responde às perguntas: até onde vai a região? Quais os limites? Que distritos, municípios ou mesmo estados ela abrange? Regionalizamos o espaço de acordo com os critérios que consideramos ser a região. Se for uma região natural, nossa regionalização responderá até onde vão os domínios do clima tropical, do planalto ou de um vale, do cerrado ou mesmo da caatinga, e colocará no seu interior as unidades da federação ou mesmo os municípios, como é o caso da região do Vão do Paranã, formada por 12 municípios. Nesse caso, uma adequação dos limites administrativos dos municípios e estados aos critérios naturais. Em muitos casos, a própria divisão dos municípios segue, por exemplo, os cursos dos rios.

As microrregiões foram definidas como partes das mesorregiões que apresentam especificidades, quanto à organização do espaço. Essas especificidades não significam uniformidade de atributos, nem conferem às microrregiões auto-suficiência e tampouco o

caráter de serem únicas, devido a sua articulação a espaços maiores, quer à mesorregião, à Unidade da Federação, quer à totalidade nacional. Essas especificidades referem-se à estrutura de produção, agropecuária, industrial, extrativismo mineral ou pesca. Essas estruturas de produção diferenciadas podem resultar da presença de elementos do quadro natural ou de relações sociais e econômicas particulares. (Brasil, 1991)

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) tem sido desde a década de 1940 o órgão responsável pela regionalização do Brasil. Imaginem como deve ter sido difícil regionalizar um país de dimensões continentais naquela época, quando o conhecimento sobre o povoamento, o meio ecológico e a economia do território brasileiro ainda era, então, escasso. Para isso o IBGE teve de construir uma base de dados estatísticos (econômicos e populacionais) que pudessem servir como instrumento de planejamento e administração. Em outras palavras, era preciso dizer qual a população e a produção do município, do estado, mas também da região.

A regionalização também teve um papel importante no ensino, na medida em que o Brasil passou a ser ensinado a partir de suas regiões oficiais e não dos estados como unidades isoladas. Dessa forma é até hoje. Em muitos casos o planejamento no Brasil foi elaborado tendo como base as grandes regiões do IBGE. A regionalização da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene) segue a regionalização do Nordeste, incluindo, também, a parte do norte do Espírito Santo e de Minas Gerais, da mesma forma que a Superintendência de Desenvolvimento Regional (Sudam) em relação ao Norte do país ou mesmo a Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste (Sudeco), recobrando o Centro-Oeste brasileiro. Hoje a Sudene, a Sudam e a Sudeco estão passando por um processo de reformulação seguindo as orientações do Ministério da Integração Nacional, por meio do Plano Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR).

Atualmente o estado de Goiás é regionalizado, segundo critérios do IBGE, em 5 mesorregiões e 18 microrregiões geográficas, fazendo parte, juntamente com os estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, da Região Centro-Oeste. As regiões do IBGE seguem os limites administrativos municipais, o que facilita o trabalho com os dados e indicadores socioeconômicos. É assim em todos os estados do Brasil. Os estados brasileiros são divididos em mesorregiões geográficas, que são, por sua vez, subdivididas em microrregiões geográficas. Em todo o Brasil existem 137 mesorregiões e 558

microrregiões, formadas a partir da agregação dos 5.507 municípios brasileiros.

Das 18 microrregiões de Goiás, 11 delas levam o nome de referência dos municípios, 5 de elementos do quadro natural – duas ligadas ao relevo (Chapada dos Veadeiros e Vão do Paranã) e 3 às bacias hidrográficas (Meia Ponte, Rio Vermelho e Rio dos Bois) –, uma se refere à localização (Sudoeste) e outra ao processo de urbanização decorrente da construção de Brasília (Entorno de Brasília).

Já os nomes das regiões revelam as características e os fatores que tiveram influência na sua conceituação. Por exemplo, ao analisarmos a regionalização da década de 1970, notamos que não havia sequer uma região em Goiás com o nome de município, mas sim marcadas por fatores naturais, como Serra do Caiapó, Alto Araguaia, Vertente Goiana do Paranaíba etc.

As mudanças ocorridas na regionalização e na própria denominação se verificaram com as transformações econômicas e sociais das últimas décadas. Todos sabemos, no caso de Goiás, o quanto ele evoluiu economicamente e se integrou ao mercado nacional, o quanto cresceu em população, enfim, o tanto que se modificou em vários aspectos. Isso obrigou o IBGE, na década de 1980, a rever o modelo de região até então vigente.

MESORREGIÕES E MICROREGIÕES DO ESTADO DE GOIÁS



Fonte: DER-GO, 1999 (Brasil, 1989)

Mas o IBGE não é o único a regionalizar Goiás. O governo do estado, por intermédio da Secretaria do Planejamento e Desenvolvimento (Seplan), também o fez e da seguinte forma: Sul Goiano, Sudeste Goiano (Estrada de Ferro), Sudoeste Goiano, Região Metropolitana de Goiânia, Noroeste (Estrada do Boi), Centro Goiano (Eixo da BR-153), Entorno de Brasília, Oeste Goiano (eixo da GO-060), Norte Goiano e Nordeste Goiano. Vale dizer, no entanto, que, com algumas diferenças, as regiões da Seplan partem das microrregiões do IBGE, como o Entorno de Brasília, o Nordeste Goiano, formado pelas microrregiões da Chapada dos Veadeiros e do Vão do Paranã, assim como o Sudoeste Goiano.

Também alguns trabalhos desenvolvidos por professores e pesquisadores divergem em alguns aspectos das regionalizações propostas tanto pelo IBGE quanto pelo Estado. O geógrafo Antônio Teixeira Neto associa a regionalização ao processo de urbanização e densificação da atividade econômica, sugerindo as regiões geoeconômicas do Sudoeste

Goiano, do Mato Grosso Goiano, do Sudeste Goiano e do Corredor da Belém-Brasília. Trata-se de um exemplo de regionalização ligada ao desenvolvimento econômico do estado, que não se prende exclusivamente aos limites municipais.

Há, portanto, muitos modos de regionalizar um território, em que cada um utiliza um conceito próprio de região. O importante é compreender que a regionalização pode nos dar uma imagem diferente dos processos econômicos e sociais que atingem o território, porque, quando regionalizamos, estamos, também, distribuindo, agregando, espacializando os fenômenos naturais, sociais, econômicos, culturais etc. Muitas vezes uma escolha pode camuflar outras. Por exemplo, quando regionalizamos um espaço segundo critérios econômicos podemos correr o risco de destinar pouca atenção à produção cultural, às formas de convívio, à culinária, aos modos de vida etc., como ocorreu com o Nordeste brasileiro, entendido por muitos como uma região homogênea e deprimida economicamente, o que não equivale à realidade nordestina. Em relação ao Sudeste brasileiro, também a regionalização marcada pelo forte peso econômico implicou, durante bom tempo, uma visão homogênea da região, como se a riqueza fosse um atributo natural.

A partir de agora, utilizando a escala microrregional do IBGE, por considerarmos ser a que melhor representa as particularidades do estado, vamos estudar um pouco mais sobre Goiás.

DIVERSIDADE REGIONAL E POVOAMENTO

Foi-se o tempo em que Goiás podia ser considerado um estado de atividades ligadas essencialmente ao meio rural. A partir da década de 1970, os investimentos em técnicas e infra-estrutura (transporte, comunicação, energia elétrica etc.) e a modernização agrícola, especialmente no Sul e Sudoeste do estado alteraram o papel das cidades e das regiões goianas. As transformações ocorridas a partir da década de 1990, com a facilitação nas exportações decorrentes da abertura comercial no Brasil, abriram espaço para as privatizações de setores estratégicos da economia e para os incentivos fiscais, o que atraiu grandes grupos econômicos para o território goiano, favorecendo a mudança definitiva no perfil de nossa economia e integrando cada vez mais agricultura, indústria e serviços.

Se, por um lado, verificamos uma maior diversidade regional, por outro, encontramos uma maior complementariedade entre as regiões goianas, e entre elas e outros espaços

nacionais, e até mundiais, diferentemente de décadas anteriores. Isso quer dizer que as regiões não estão mais isoladas, se é que estiveram algum dia. De certa forma, é a expressão da globalização econômica que atinge desigualmente o território, influenciando a forma da distribuição da população, dos recursos, das empresas, no território goiano.

O primeiro destaque, que salta aos olhos quando observamos o retrato das microrregiões, é para as diferenças de povoamento (Tabela 1). Como podemos ver, a densidade demográfica, ou seja, a relação entre a população total do estado e sua área foi de 14,65 hab./km², em 2000, o que se revela muito baixa, se comparada ao Rio de Janeiro (329,35 hab./km²), São Paulo (149,20 hab./km²), Paraná (47,98 hab./km²) ou mesmo o Distrito Federal (353,53 hab./km²). Vale dizer, no entanto, que essa densidade não reflete a realidade do povoamento goiano, pelo fato de ser extremamente irregular, concentrando em determinadas regiões uma proporção maior de população. Por isso dizemos que existem regiões mais povoadas que outras.

Tabela 1 - POPULAÇÃO E DENSIDADE DEMOGRÁFICA DE GOIÁS, 2000

Microrregião	População	Densidade Demográfica	Área / km²	Número de Municípios	Mesorregião
1 São Miguel do Araguaia	74.297	3,03	24.471,8	7	Noroeste
2 Rio Vermelho	91.716	4,52	20.277,1	9	Noroeste
3 Aragarças	53.705	4,84	11.091,9	7	Noroeste
4 Porangatu	226.510	6,41	35.287,5	19	Norte
5 Chapada dos Veadeiros	56.011	2,60	21.475,6	8	Norte
6 Ceres	212.515	16,06	13.224,4	22	Centro Goiano
7 Anápolis	465.169	55,46	8.386,8	20	Centro Goiano
8 Iporá	62.363	8,78	7.096,6	10	Centro Goiano
9 Anicuns	101.896	18,58	5.483,1	13	Centro Goiano
10 Goiânia	1.693.650	247,32	6.847,9	17	Centro Goiano
11 Vão do Paraná	91.975	5,26	17.453,0	12	Leste Goiano
12 Entorno de Brasília	815.193	21,33	38.211,8	20	Leste Goiano
13 Sudoeste de Goiás	344.377	6,11	56.293,3	18	Sul Goiano

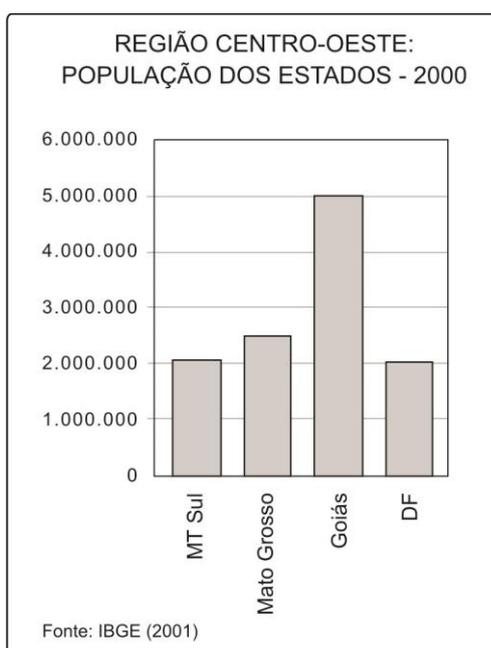
14 Vale do Rio dos Bois	101.450	7,43	13.653,6	13	Sul Goiano
15 Meia Ponte	314.391	14,77	21.274,5	21	Sul Goiano
16 Pires do Rio	86.223	9,16	9.404,5	10	Sul Goiano
17 Catalão	118.263	7,76	15.238,6	11	Sul Goiano
18 Quirinópolis	93.504	5,80	16.117,5	09	Sul Goiano
Total	5.003.228	14,65	341.289,5	246	–

Fonte: Censo Demográfico 2000; IBGE (Brasil, 2001), Goiás (1996).

Percebemos bem essa diferença quando viajamos para o Norte de Goiás e nos deparamos com espaços menos povoados, com cidades pequenas em contraposição à região de Goiânia ou mesmo ao Entorno de Brasília, com muitas cidades acima de 50.000 habitantes.

A microrregião de Goiânia concentra 33,85% da população de Goiás, em área equivalente a 6.847,9 km², menos que 2% do total do estado. Em termos de área, é a segunda menor microrregião. No entanto, é a maior microrregião em termos populacionais. A maior microrregião, em relação à área, é a Sudoeste, com 56.293,3 km², sendo também a quarta microrregião mais populosa.

A interpretação dos dados, do ponto de vista regional, nos ajuda a compreender o processo de povoamento e a concentração populacional. Assim, as regiões mais povoadas são as microrregiões de Goiânia, Anápolis, Meia Ponte, Sudoeste, Entorno de Brasília, Anicuns, e as menos povoadas, a Chapada dos Veadeiros, São Miguel do Araguaia, Rio Vermelho e Aragarças.



Mesmo no interior das microrregiões existem muitas diferenças no povoamento. Vamos tomar como exemplo a microrregião de Goiânia, cuja densidade demográfica é de 247,32 hab./km², e no seu interior encontramos municípios com densidades muito diferentes, seja pela diferença na área, seja pelo número de habitantes dos municípios. Por exemplo, se a densidade demográfica do município de Hidrolândia é de 14,49 hab./km², já a do município de Goiânia é de 1.527,09 hab./km² e a do município de Aparecida de Goiânia de 1.281,32 hab./km². De modo que, na média dos 17 municípios da microrregião de Goiânia, a densidade cai para 247,32 hab./km² (IBGE, 2001).

Um ponto a destacar é o fato de existirem microrregiões, como a de Porangatu, em que as áreas dos municípios são bem maiores. Por exemplo, a área do município de Niquelândia é 2,86 vezes maior que toda área da microrregião de Goiânia, embora sua densidade demográfica seja de apenas de 3,87 hab./km², uma das menores do estado.

Outro aspecto interessante é que as áreas de maior concentração populacional estão servidas pelos principais eixos de circulação do estado (BR-060, BR-153, BR-070, BR-050), além de serem as microrregiões com maior peso e concentração econômica, como Goiânia, Anápolis, o Sudoeste Goiano e também as microrregiões de Catalão e do Entorno de Brasília, esta última sob influência da capital federal.

Convém assinalar que as microrregiões mais povoadas são aquelas onde houve maior fragmentação dos municípios, como Ceres, Goiás, Iporá, Anicuns, Goiânia, que fazem parte da mesorregião do Centro Goiano, com 32% dos municípios do estado e mais de 50% de sua população, distribuídas em uma área inferior a 13% do total.

A diferença no povoamento reflete o processo histórico de ocupação dessas regiões. A região da estrada de ferro (Sudeste Goiano), que compreende as cidades que estiveram sob sua influência, teve seu povoamento resultante da expansão das frentes de ocupação, para atender à demanda de produção de alimentos do Sudeste do país, já no início do século XX. Por suas condições ecológicas, a microrregião Sudoeste Goiano adaptou-se mais, nesse mesmo período, à criação extensiva de gado, em grandes propriedades. Já a partir da década de 1970, com a incorporação dos cerrados goianos à fronteira agrícola, essa região tornou-se o berço agrícola exportador do estado, com a soja como principal cultura regional.

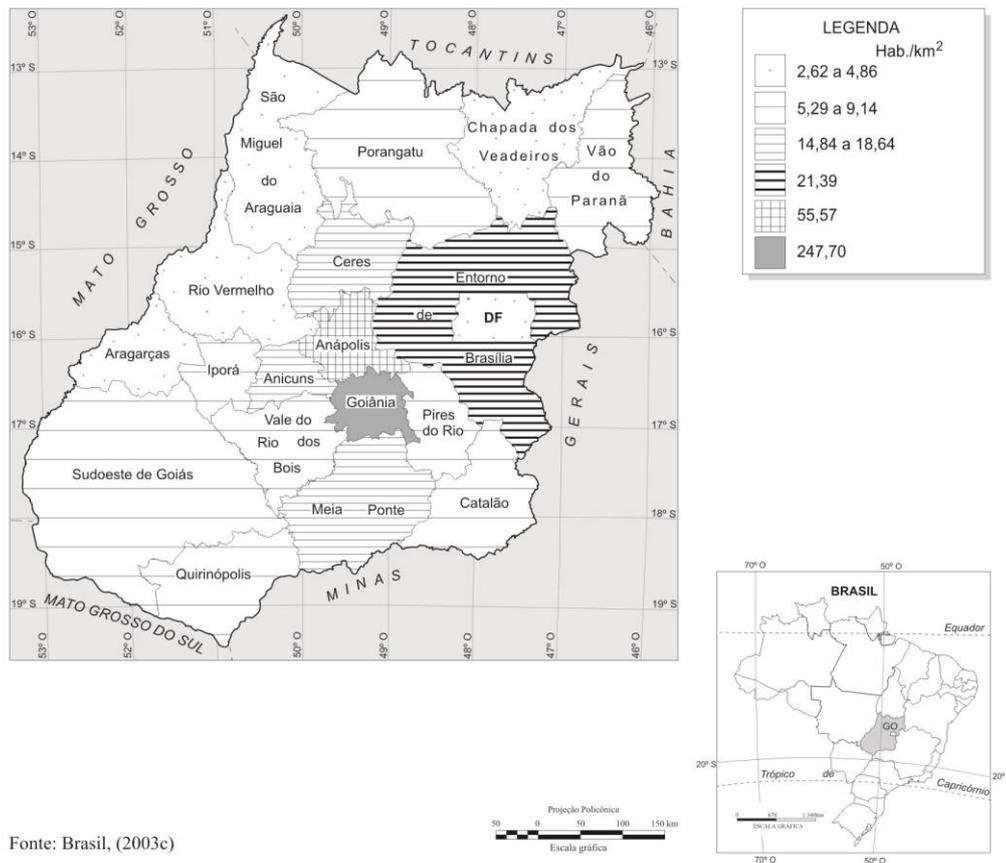
O povoamento das microrregiões de Goiânia, de Ceres e de Anápolis foi marcado pela construção de duas capitais (Goiânia e Brasília), pela presença sempre forte de Anápolis

como centro de comércio e pelo projeto da Colônia Agrícola Nacional de Goiás (Cang), que deu origem ao município de Ceres em 1942. Essa região, que forma a mesorregião Centro Goiano, era conhecida como Mato Grosso de Goiás, descrita com simplicidade em *Quarto crescente*, romance do Carmo Bernardes. Região de solos férteis e cobertura vegetal com altos estratos de floresta, que ainda podem ser observados, em forma de manchas, na saída para Anápolis (GO-060). Até a década de 1970, manteve-se essa denominação, depois Mato Grosso de Goiás passou a se chamar Centro Goiano.

O Noroeste do estado tem relação maior, pelos próprios fatores ecológicos favorecidos pelas planícies do vale do Araguaia, com a atividade pecuária, desenvolvida no Médio Araguaia. Não por acaso essa mesorregião ainda é conhecida como a região da Estrada do Boi (GO-163), uma referência ao processo histórico de povoamento que envolveu, e ainda envolve, a atividade pecuária. Nessa mesorregião, estão três das quatro microrregiões menos povoadas do estado: São Miguel do Araguaia, Rio Vermelho e Aragarças.

A mesorregião Norte Goiano é formada pelas microrregiões de Porangatu e Chapada dos Veadeiros, cujos municípios mais importantes do ponto de vista demográfico e econômico são Porangatu, Niquelândia, Uruaçu e Minaçu. Seu povoamento foi fortemente influenciado pela construção da BR-153, que reforçou os laços de complementariedade com Goiânia e Anápolis, tanto que várias cidades nasceram ou se rejuvenesceram a partir da consolidação da Belém-Brasília.

DENSIDADE DEMOGRÁFICA Mesorregiões e Microrregiões do Estado de Goiás



A construção da BR-14 abriu grandes mercados do Sudeste à região de Porangatu; por isso, antes mesmo que a rodovia lá chegasse, iniciou-se um tremendo afluxo de população para a cidade, que cresceu de 930 habitantes, em 1950, para 2.886 habitantes, em 1960, bem como para as terras florestais das vizinhanças... Aí, chegaram povoadores de duas categorias: posseiros, vindos de regiões pobres e em crise social, especialmente no Piauí e Maranhão, para abrir roças e iniciarem nova vida; fazendeiros, acompanhados de mateiros, empregados e jagunços, para abrirem invernadas. Os choques não se fizeram esperar. Os nossos informantes indicaram a morte de muitos posseiros, no Amargoso, córrego afluente do alto Cana Brava, a oeste de Porangatu. Somente numa cisterna – disse um dos entrevistados – foram encontrados nove cadáveres de posseiros. (Valverde e Dias, 1967, p. 276).

Como vimos, o povoamento do território goiano é bastante irregular, posto que reflete um conjunto de atividades e transformações econômicas por que passou o estado nos

últimos anos. O principal eixo de povoamento corresponde à área de influência da BR-060, ao longo do corredor Goiânia–Anápolis–Brasília, onde estão os municípios com maior densidade demográfica do estado, como Valparaíso de Goiás (1.555,6 hab./km²), Goiânia (1.467,8 hab./km²), Aparecida de Goiânia (1.157,6 hab./km²), Águas Lindas de Goiás (549,1 hab./km²), Novo Gama (386,4 hab./km²) e Anápolis (266,8 hab./km²). Já alguns dos municípios com menor densidade demográfica estão localizados nas mesorregiões Norte e Noroeste, como, por exemplo, Nova Crixás, com 1,51 hab./km².

Essa diferença no povoamento pode nos convidar a pensar que algumas regiões são vazias, induzindo a erro de interpretação. Devemos lembrar que não há uma correspondência determinante entre densidade demográfica e peso econômico de determinados municípios. Voltando a Nova Crixás, mesmo sendo um dos municípios menos povoados do estado, ocupou o terceiro lugar na microrregião de São Miguel do Araguaia em arrecadação de Imposto de Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) em 2001 e foi o primeiro do estado em rebanho bovino, com 497.400 cabeças em 2001 (IBGE, 2003b).

Como se vê, nem sempre a relação habitante–área reflete os processos de ocupação de uma região ou município, ou mesmo indica se essa ou aquela região é vazia. Podemos dizer, com certeza, que não existem regiões vazias em Goiás. Existem, como vimos, municípios e regiões menos povoados que outros, até porque, em um estado com a diversidade de ambientes ecológicos como Goiás, é mais que natural que alguns lugares, como certas regiões do Vão do Paranã ou mesmo da Chapada dos Veadeiros, sejam menos povoados, o que é diferente do termo vazio. Além do mais, a população de cada região tem uma forma específica de ocupar seu espaço, de lidar com a terra e desenvolver atividades econômicas que lhes permitam viver.

A ECONOMIA REGIONAL GOIANA

É comum encontrarmos na imprensa goiana notícias sobre os avanços e mudanças no perfil da economia goiana. Do ano de 1980 quando, em quantidade, o milho (1.751.507 t), o arroz (1.445.406 t), seguido de longe pela soja (455.794 t), constituíam-se nos principais produtos agrícolas goianos, muita coisa mudou. Em 2001, por exemplo, a soja já é o maior produto agrícola goiano em termos de área e rentabilidade, perdendo em quantidade apenas para a cana-de-açúcar, com 5.405.589 t. Em seguida vêm o milho (3.400.223 t) e o algodão

herbáceo (301.225 t), ficando o arroz em casca em sexto lugar (212.812 t), cuja área colhida foi reduzida de 1.186.728 ha, em 1980, para 115.000 ha em 2001 (Goiás, 2003b).

O que aconteceu para que o arroz, cultura tradicional goiana, perdesse sua importância e desse lugar à soja?

Da mesma forma que a população, a produção agropecuária não está distribuída regularmente no território goiano. Sua distribuição no território esteve e está dependente do financiamento da infra-estrutura de circulação e crédito agrícola, das condições ecológicas, do investimento dos grandes fazendeiros e empresários do campo, assim como dos pequenos agricultores, responsáveis pela produção de alimentos tradicionais, como o feijão, o arroz, a mandioca, entre outros.

São inúmeros os produtos agrícolas produzidos em Goiás. Dentre aqueles com maior destaque, pela quantidade produzida, podemos citar a soja, o milho, o algodão, a cana-de-açúcar, o tomate. Em outra escala, em áreas menores, temos o arroz, o feijão, a mandioca, o alho e frutas como abacaxi, melancia, maracujá, banana, entre outras. Vejamos como essa produção se organiza regionalmente.

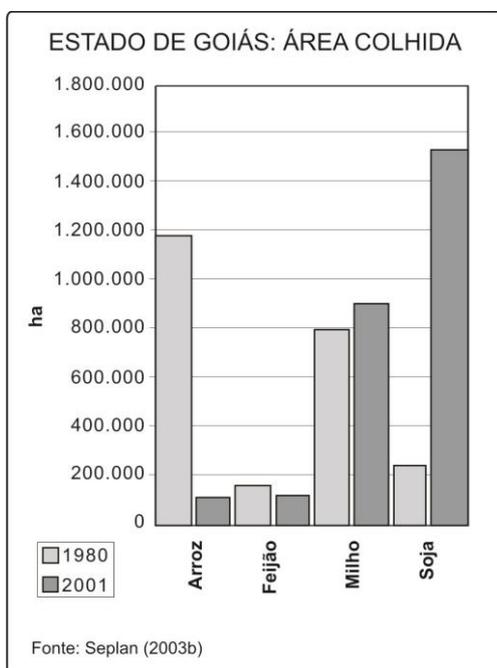


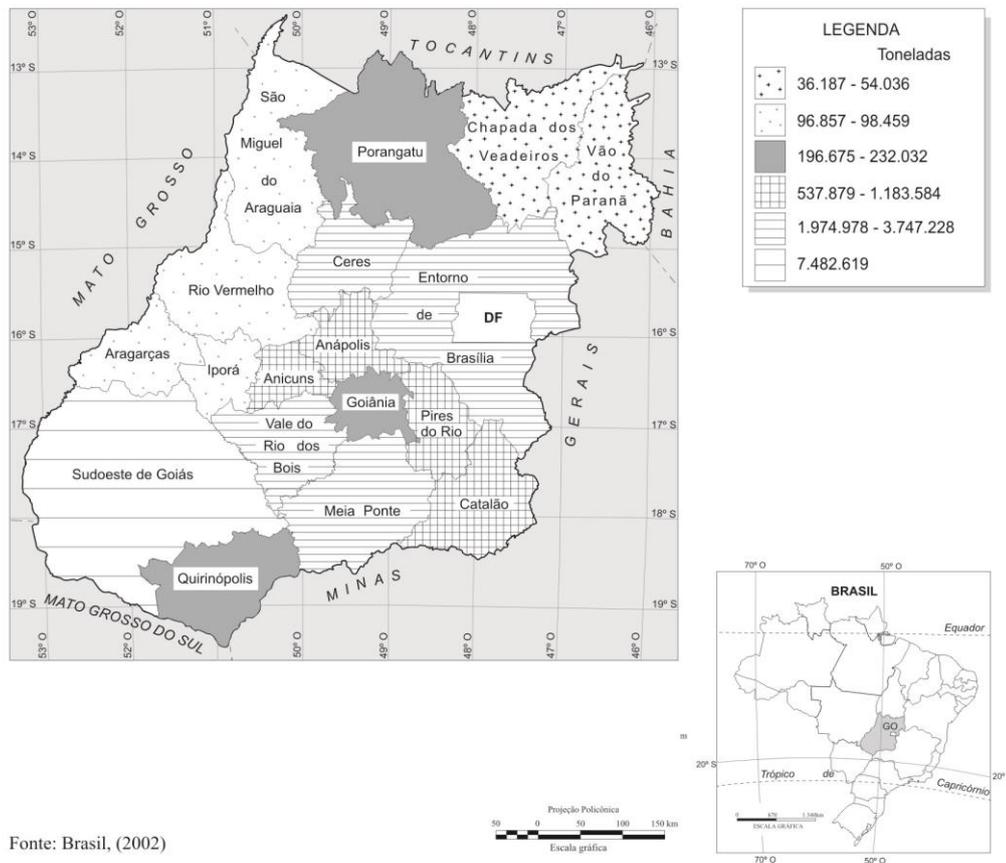
Tabela 2 - GOIÁS: PRODUÇÃO AGRÍCOLA POR MICRORREGIÃO, 2001

Microrregião	Total da produção (t)	% em relação ao estado	Algumas das principais culturas permanentes e temporárias por microrregião
Sudoeste de	4.357.187	44,26	Soja, cana-de-açúcar, milho, sorgo, trigo, tomate,

Goiás			feijão, girassol, algodão herbáceo (caroço) etc.
Meia Ponte	1.337.399	13,58	Soja, milho, tomate, laranja, limão, mamão, abacaxi, algodão herbáceo (caroço), cana-de-açúcar etc.
Entorno de Brasília	1.217.300	12,36	Alho, feijão, milho, tomate, soja, trigo, batata-inglesa, cana-de-açúcar, cebola, café, coco-da-baía, goiaba, limão, maracujá, abacaxi, algodão herbáceo (caroço) etc.
Vale do Rio dos Bois	741.254	7,53	Milho, abacaxi, algodão herbáceo (caroço), laranja etc.
Catalão	669.625	6,80	Trigo, batata-inglesa, cebola, abacate, café, alho, amendoim etc.
Pires do Rio	444.740	4,52	Milho, arroz, soja, mandioca, feijão, tomate, cana-de-açúcar etc.
Anápolis	206.945	2,10	Abacaxi, arroz, banana, goiaba, limão, melancia, maracujá, tomate, abacate, laranja etc.
Quirinópolis	200.372	2,04	Milho, arroz, mandioca, soja, feijão, abacaxi etc.
Ceres	143.344	1,46	Melancia, milho, soja, banana, coco-da-baía, maracujá, arroz, cana de açúcar etc.
Porangatu	126.232	1,28	Mandioca, milho, mamão, arroz, cana-de-açúcar etc.
Anicuns	85.568	0,87	Milho, tomate, laranja, abacaxi, arroz, banana etc.
Chapada dos Veadeiros	76.680	0,78	Feijão, mandioca, banana, café, feijão, arroz etc.
Vão do Paranã	61.317	0,62	Arroz irrigado, cana-de-açúcar, feijão, mandioca, melancia, café etc.
Goiânia	58.962	0,60	Milho, tomate, abacate, banana, café, limão, alho, batata doce etc.
Rio Vermelho	41.642	0,42	Algodão, soja, banana, maracujá, arroz, cana-de-açúcar, feijão etc.
Aragarças	25.832	0,26	Melancia, abacaxi, arroz, banana, feijão, milho etc.
Iporá	25.311	0,26	Milho, banana, cana-de-açúcar, abacaxi, arroz etc.
São Miguel do Araguaia	25.167	0,26	Milho, banana, arroz, cana-de-açúcar, mandioca etc.
Total	9.844.875	100,00	—

Fonte: Seplan (Economia & Desenvolvimento 2003d), (Brasil, 2003).

LAVOURAS TEMPORÁRIAS
Quantidade produzida (2002)
Microrregiões do Estado de Goiás



A soja, atualmente o maior produto de exportação da economia goiana e também o cultivo em maior quantidade e espaço, ocupa o primeiro lugar no *ranking* da produção de grãos goianos. É a microrregião Sudoeste que mais produz soja, onde se situam os cinco municípios maiores produtores do estado, a saber: Rio Verde (540.000 t), Jataí (483.542 t), Mineiros (300.000 t), Montividiu (224.000 t), Chapadão do Céu (208.339 t) e Perolândia (145.800 t). De todos os municípios da microrregião Sudoeste Goiano apenas dois – Aparecida do Rio Doce e Palestina de Goiás – não cultivaram a soja em 2001 (Brasil, 2003b).

A soja, nessa microrregião, é responsável por boa parte da renda gerada pela agricultura, seja por meio da exportação dos grãos, do farelo, seja mediante o beneficiamento dessa para a produção de óleo e ração animal nas agroindústrias. Em municípios como Chapadão do Céu, emancipado de Aporé em 1995, a importância da economia da soja é bem visível na paisagem urbana, já que essa cultura foi responsável pela migração de

peças de Santa Catarina e Rio Grande do Sul, entre outros estados, para ali praticar a agricultura.

Comércio

Há muito pouco comércio na comarca de Goiás, e apenas um ou dois homens sabem comerciar. O comércio consiste na exportação de gado, algodão tecido e em rama; couros, solas e peles, café, ouro em pó e diamantes. Tais são os únicos gêneros do comércio externo. O interno consiste em algodões, grosseiros tecidos, pouco trigo, algum milho, feijão, carnes de porco e vaca, gado vivo, azeite de mamona, solas, peles e couros crus e mui poucos outros gêneros...

A importação desta província consiste em panos de lá, algodões, sedas, papel, vinho, pouco vinagre, e outros licores, chapéus, sal, metais, sobretudo ferro e aço, havendo aliás muito, e de mui boa qualidade na comarca, e mesmo junto à cidade; armas, e algum escravo, dos inumerários que por aqui passam, para serem vendidos no Cuiabá. Quase todos estes gêneros vem do Rio de Janeiro pelas estradas de Minas Gerais e São Paulo: o comércio da comarca de Goiás com a Bahia e províncias do norte é insignificante. (Mattos, 1979, p. 69)

Apesar, no entanto, de estar mais concentrada no Sudoeste, no Vale do Meia Ponte, no Sudeste e no Entorno de Brasília, a soja é uma cultura que já aparece em mais de 100 municípios goianos. Mesmo em níveis modestos, municípios da região do Vão do Paranã (Flores de Goiás e Sítio da Abadia) e da microrregião de Porangatu (Porangatu e Niquelânia) contribuíram para o aumento do volume da produção dessa cultura no estado em 2001.

O milho também é cultura bastante disseminada em Goiás, com produção em todos os municípios goianos em 2001. Mas é o Sudoeste a principal microrregião produtora, representada pelos municípios de Jataí (400.585 t), Chapadão do Céu (343.625 t), Rio Verde (285.400 t) e Montividiu (213.400 t), em 2001. Nesse mesmo ano a produção total de milho em Goiás foi de 4.157.387 t, enquanto os quatro municípios citados foram responsáveis pela produção de 1.243.010 t, ou seja, 29,89% da produção do estado (Brasil, 2003).

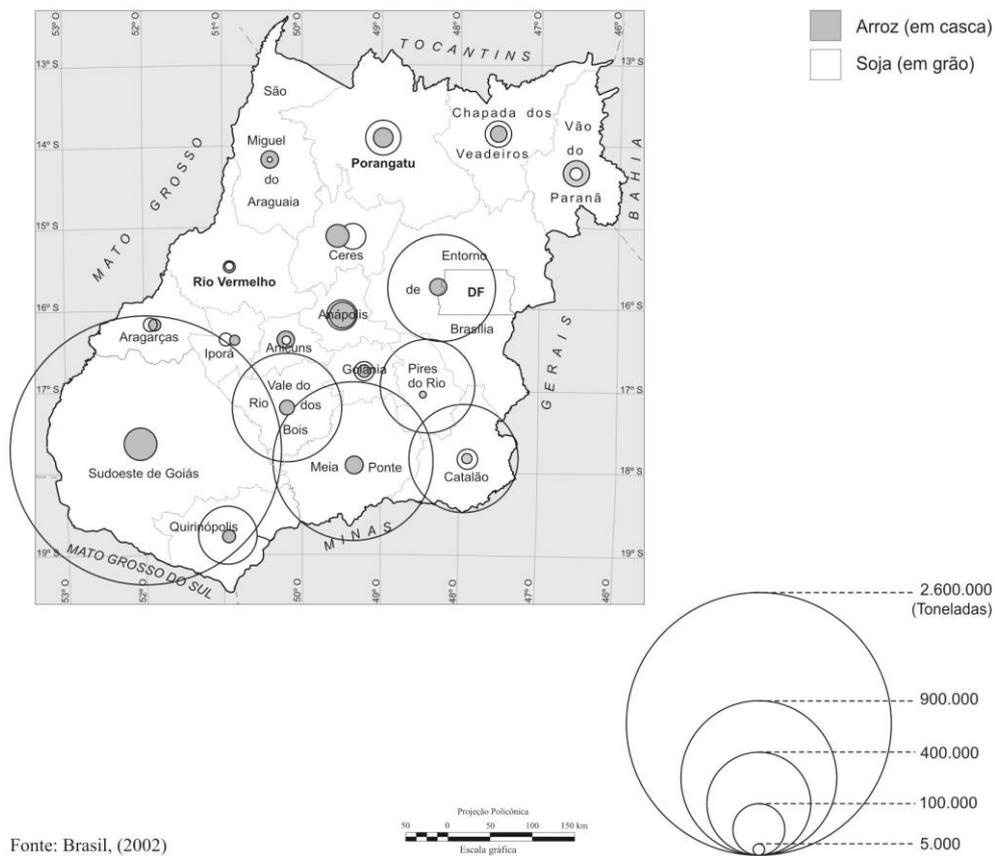
A concentração da produção de milho na microrregião Sudoeste Goiano tem uma explicação. Diferentemente do restante do estado, especialmente nas mesorregiões Norte,

Noroeste e Leste, onde o cultivo está mais voltado para o desenvolvimento da agricultura tradicional, na microrregião do Sudoeste Goiano essa cultura foi influenciada pela vinda de empresas ligadas ao complexo agroindustrial, como a Perdigão, gerando uma demanda para a alimentação de aves e suínos, já que o milho é base para a ração, fator que exigiu aumento da produção.

Também o cultivo da cana-de-açúcar merece destaque. Santa Helena de Goiás, na microrregião Sudoeste Goiano, foi o município, em 2001, com maior produção (1.654.220 t), vindo logo em seguida Goianésia, na microrregião de Ceres (1.136.00 t). A cana-de-açúcar é destinada especialmente para a produção de álcool, mas também para a produção do açúcar, tanto para o mercado interno quanto para a exportação para outros estados. As destilarias com maior produção de álcool, em 2001, foram a Destilaria Vale do Verdão S.A., com 110.708 m³, a Denusa Destilaria S.A., em Jandaia, com 54.540 m³, e a Jalles Machado Açúcar e Álcool, em Goianésia, com 39.034m³ (Brasil, 2003b).

Como o milho, o arroz é cultivado em praticamente quase todo o estado. Os cinco municípios com maior produção, em 2001, foram Itaberaí (11.400 t), Jataí (10.800 t), Flores de Goiás (9.480 t), São Miguel do Araguaia (10.800 t), Caiapônia (5.850 t) e Rio Verde (4.800 t). Novamente o destaque é para a microrregião Sudoeste Goiano, mas também para o Vão do Paranã, com o arroz irrigado em Flores de Goiás, influenciado pelo projeto de irrigação no Rio Paranã.

PRODUÇÃO DE ARROZ E SOJA (2002) Microrregiões do Estado de Goiás

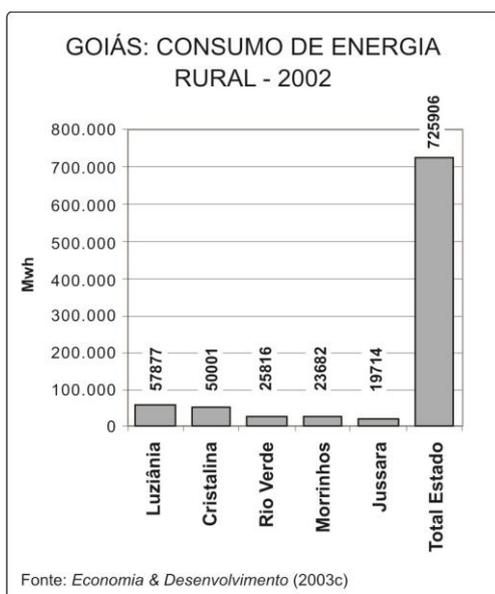


No tocante ao volume de produção do arroz há uma variação entre os municípios, como Santo Antônio do Descoberto, com seis toneladas, e Itaberaí, com 11.400 t, em 2001. A quantidade é pequena, se comparada com a produção de soja em Rio Verde (540.000 t), mais de duas vezes e meia maior que toda a produção de arroz do estado, em 2001 (192.839 t). Vale acrescentar que a área total de arroz plantada foi de 117.575 hectares contra 1.538.988 hectares de soja nesse mesmo ano.

Em relação ao valor da produção, no caso da soja, a média em Chapadão do Céu foi, em 2001, de 3.300 reais por hectare contra 1.300, em Sítio da Abadia, no Vão do Paranã. Somam-se a isso o fato de o preço da produção ser cotado em dólar, variando ao longo dos meses, e a proximidade dos corredores de exportação, como é o caso, no Sudoeste Goiano, do Porto de São Simão e da Ferronorte, vetores importantes de exportação e integração com os mercados do Sudeste brasileiro. A soja move uma economia articulada com o mercado internacional, configurando-se como principal produto de exportação da

economia goiana.

Destaca-se ainda o feijão, pela sua importância em nossa dieta, cuja cultura, em 2001, foi desenvolvida por mais de 150 municípios goianos, sendo o Entorno de Brasília e o Sudoeste Goiano as microrregiões com maior produção, com destaque para os municípios de Cristalina (47.750 t), Rio Verde (23.920 t), Montividiu (18.600 t) e Luziânia (17.250 t).



Municípios do Entorno de Brasília, como Cristalina e Luziânia, também são destaque na agricultura irrigada. Cristalina ocupa o primeiro lugar nas culturas irrigadas de algodão herbáceo, alho, feijão, soja, milho, além do trigo. Comprovamos seu dinamismo nessa área quando observamos o consumo de energia elétrica no campo. Apenas Cristalina e Luziânia, juntos, consomem mais de 14% de toda energia rural gasta em Goiás no ano de 2002. O consumo rural de cada um desses municípios é superior ao consumo total (residencial, rural, comércio, industrial etc.) de mais de 220 municípios goianos que consomem menos que 50.000 Mwh (Brasil, 2003c).

Entre as microrregiões que menos produzem grãos está a de São Miguel do Araguaia, no Noroeste do estado. Em muitas regiões, culturas como feijão, arroz, mandioca estão perdendo espaço para a pecuária e a monocultura, o que prejudica o abastecimento interno do estado, fazendo os preços daqueles produtos de primeira necessidade aumentarem, com impactos diretos no custo de vida das classes mais pobres. Já é bastante comum nos supermercados de Goiás encontrarmos produtos como o arroz importados de outros estados.

O caso do arroz é exemplar: nossa produção não é capaz de suprir todo nosso mercado interno, porque somos grandes consumidores desse produto, e por isso temos de importá-lo de outros estados. Parte do arroz beneficiado em Goiás é importada, por exemplo, do Rio Grande do Sul, como é o caso da marca *Arroz Cristal*, uma das mais importantes beneficiadoras e distribuidoras de arroz do Centro-Oeste brasileiro, localizada em Aparecida de Goiânia. A expressão “genuinamente goiano”, utilizada na campanha publicitária do *Arroz Cristal*, aplica-se acertadamente ao fato de ele ser beneficiado em Goiás, mas não ao fato de ser totalmente produzido aqui.

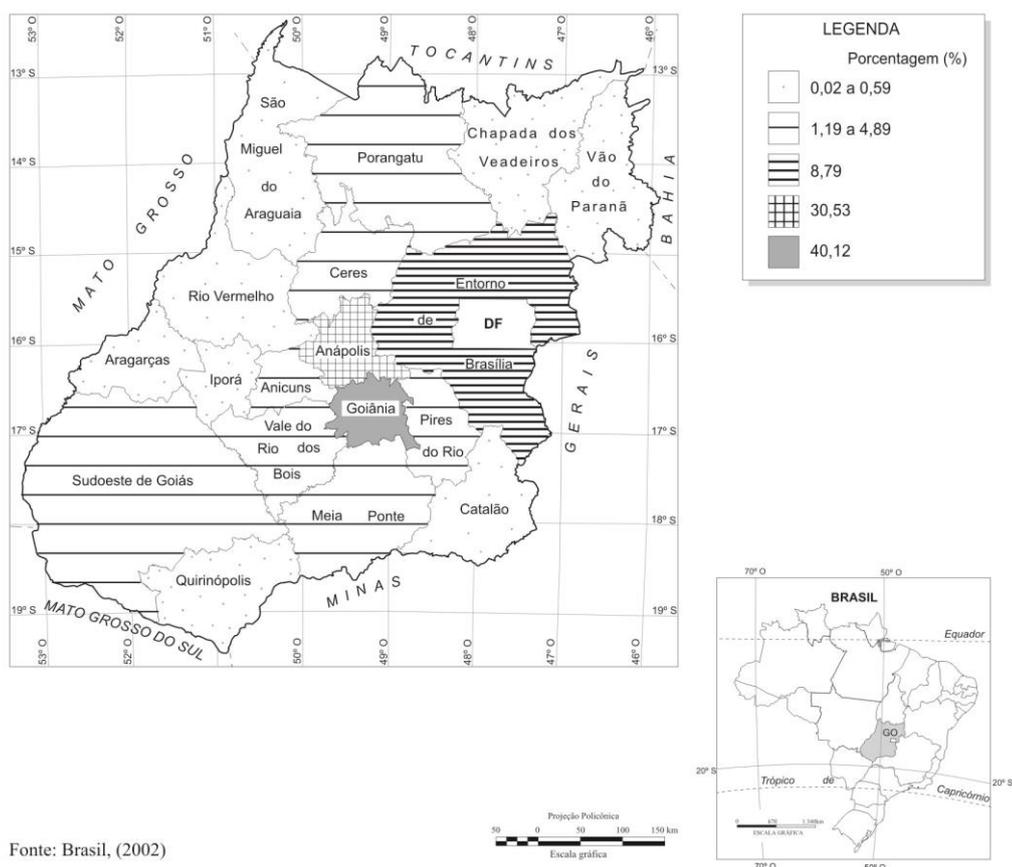
Há muitas outras culturas temporárias a destacar: a mandioca, no Norte Goiano, e em quase todos os municípios do estado; o alho, na região de Catalão e Entorno de Brasília; a melancia, na microrregião de Ceres, com destaque para Uruana, maior produtor do estado (62.500 t, em 2001); tomate, que merece atenção especial. Basta dizer que, em 2001, Goiás produziu 742.182 toneladas, ficando em primeiro lugar no país; além disso, essa produção tem relação direta com a indústria de alimentos, para diversos produtos, como extrato de tomate e *catchup*, além da polpa, exportados para outros estados. Um exemplo dessas empresas com perfil agroindustrial é a multinacional anglo-holandesa Unilever Best Food, localizada na região norte de Goiânia, no antigo pátio industrial da Arisco.

Enfim, a produção agrícola goiana é incrementada por uma diversidade de culturas tanto temporárias quanto permanentes, como o café e a laranja, a goiaba ou mesmo o palmito. Frutas como a uva já vêm sendo produzidas em municípios goianos como Morrinhos, Goiatuba e Aragoiânia. No entanto, o montante de uva de Goiás comercializado na Central de Abastecimento de Goiás S.A. (Ceasa-GO) ainda é pequeno, por volta de 6% do total, sendo o restante importado de outros estados (Goiás, 2003).

Já que citamos a Ceasa-GO, aproveitamos para destacar que se trata de um dos maiores centros de comercialização de hortifrutigranjeiras do Centro-Norte do Brasil, localizado em Goiânia, na saída para Anápolis, no eixo de maior densidade demográfica e econômica do estado. As três microrregiões que mais fornecem produtos para a Ceasa-GO (Goiás-2003) são as microrregiões de Goiânia (40,12%), Anápolis (30,53%) e Entorno de Brasília (8,79%). Da microrregião de Goiânia vêm as folhas, o pimentão, o quiabo, a abobrinha, a batata, o alho, além de ovos, de Bela Vista de Goiás, Goiânia, Guaporé e Inhumas. Da microrregião de Anápolis, destacam-se o tomate, o pepino, o quiabo, o repolho etc. Do Entorno de Brasília, majoritariamente dos municípios de Cristalina e Planaltina, vêm a batata e a cebola, e de Pirenópolis e Corumbá de Goiás, o tomate. A

microrregião de Ceres, com 4,89% da comercialização na Ceasa-GO, tem participação na comercialização de melancia, mamão, abacaxi, melão etc.

CENTRAIS DE ABASTECIMENTOS DE GOIÁS S.A. (CEASA-GO)
Participação das Microrregiões na oferta de produtos



Fonte: Brasil, (2002)

Boa parte dos municípios cujo fornecimento para a Ceasa-GO é maior encontra-se próxima à região de Goiânia. A comercialização atende a uma demanda metropolitana, especialmente pelo grande mercado de consumo, em Goiânia, formado por hipermercados, mercados de bairro, supermercados e frutarias. Segundo informações colhidas no *site* da Ceasa-GO, ela comercializa mais de 60.000 toneladas de alimentos por mês, com destaque para as hortaliças, que representam por volta de 56% do total, seguido das frutas, com 37%, ficando o restante para as aves, os ovos, os cereais, entre outros produtos.

Esse tipo de produção, especialmente verduras e folhas, tem um custo que depende diretamente da proximidade do mercado de consumo, além, é claro, do calendário agrícola, sensível às variações estacionais. Muitas das áreas de produção encontram-se nas franjas,

áreas rurais dos municípios, em chácaras ou mesmo nas áreas urbanas, para venda no varejo. No caso das folhas consumidas em Goiânia, a maior parte é produzida no próprio município ou nos municípios limítrofes: Goianápolis, Leopoldo de Bulhões, Anápolis e Bonfinópolis, municípios com maior produção de legumes e frutas com cultivo irrigado. Nas microrregiões com menor participação na comercialização de produtos na Ceasa, em 2002, estão a Chapada dos Veadeiros e Aragarças, com 0,02% e 0,08%, respectivamente. A pouca participação dessas regiões é dificultada pela distância, que eleva os preços das mercadorias por causa do frete e da pouca demanda interna dessas regiões. No geral, todas as microrregiões goianas participam, mesmo que modestamente, com algum tipo de produtos na Ceasa-GO.

Também nas dezenas de feiras livres de Goiânia são encontrados muitos produtos de municípios vizinhos, como queijos frescos, vindos de Senador Canedo, ou mesmo de Bela Vista, assim como a tradicional galinha caipira, além de outros produtos, que não passam pela intermediação da Ceasa-GO. Basta perguntar pela procedência desse ou daquele produto para verificarmos o quanto as inúmeras feiras de Goiânia funcionam em rede, comercializando produtos de chácaras e pequenas propriedades dos municípios de Goiânia, Aragoiânia, Hidrolândia, Abadia de Goiás, Goianápolis, Inhumas, e até mesmo mais distantes, como Pires do Rio.

Diferentemente da agricultura, que se concentra, em termos regionais, na mesorregião Sul, com mais de 70% da produção de grãos do estado – em que se destacam expressivamente as microrregiões Sudoeste Goiano e Meia Ponte –, a pecuária é menos representativa.

O rebanho bovino de Goiás, em 2001, era de 19.132.372 cabeças, o terceiro maior do país: 8 municípios tinham entre 380 e 9.940 cabeças; 68 entre 10.520 e 30.000; 64 entre 30.800 e 59.000; 45 entre 60.000 e 98.600; 40 entre 100.100 e 198.000; 13 entre 204.360 e 279.899; e 8 municípios acima de 279.899 cabeças. A microrregião de maior concentração era o Sudoeste Goiano, com 13,80% do rebanho do estado; a segunda o Rio Vermelho, com um rebanho de 1.592.820 (8,33 % do estado); e a terceira São Miguel do Araguaia, com 1.582.040 (8,27%). A microrregião da Chapada dos Veadeiros e a do Vão do Paranã, com 1,71% e 2,57%, respectivamente, são as de menor rebanho bovino (Brasil, 2003b) (Tabela 3).

Tabela 3 - REBANHO GOIANO, 2001

Microrregião	Bovino			Suíno			Aves		
	Ranking	Cabeças	% em relação ao estado	Ranking	Cabeças	Part. %	Ranking	Cabeças	Part. %
Sudoeste de Goiás	1º	2.640.418	13,80	1º	264.570	21,49	1º	6.621.200	24,40
Rio Vermelho	2º	1.592.820	8,33	13º	40.604	3,30	14º	236.890	0,87
Meia Ponte	4º	1.540.588	8,05	3º	106.401	8,64	6º	1.941.120	7,15
São Miguel do Araguaia	3º	1.582.040	8,27	16º	26.375	2,14	15º	169.017	0,62
Porangatu	5º	1.502.000	7,85	8º	64.030	5,20	10º	545.500	2,01
Quirinópolis	6º	1.373.134	7,18	12º	41.130	3,34	11º	469.200	1,73
Entorno de Brasília	7º	1.285.420	6,72	4º	95.585	7,79	5º	2.595.960	9,57
Vale do Rio dos Bois	9º	1.040.337	5,44	7º	69.770	5,67	12º	431.300	1,59
Ceres	8º	1.065.770	5,57	2º	109.630	8,90	9º	572.580	2,11
Anápolis	10º	850.150	4,44	6º	78.468	6,37	4º	3.335.120	12,29
Aragarças	11º	801.200	4,19	15º	27.980	2,27	17º	159.890	0,59
Anicuns	12º	662.827	3,46	9º	59.568	4,84	8º	756.077	2,79
Goiânia	13º	632.280	3,30	5º	81.360	6,61	2º	3.901.256	14,37
Iporá	15º	619.505	3,24	14º	40.475	3,29	13º	273.630	1,01
Catalão	14º	626.652	3,28	11º	46.510	3,78	7º	1.274.110	4,69
Pires do Rio	16º	498.700	2,61	10º	48.975	3,98	3º	3.544.580	13,06
Vão do Paranã	17º	491.392	2,57	18º	14.400	1,17	16º	166.750	0,61
Chapada dos Veadeiros	18º	327.139	1,71	17º	15.120	1,23	18º	145.050	0,53
Total do Estado	–	19.132.372	100,00	–	1.231.251	100,00	–	27.139.230	100,00

Fonte: Seplan (Economia & Desenvolvimento, 2003d), (Brasil, 2003b).

Em termos mesorregionais, o sul do estado, composto por seis microrregiões, é a mesorregião com maior proporção de rebanho bovino, suíno e de aves. Só a microrregião do Sudoeste Goiano, por exemplo, concentra 13,80% do rebanho bovino, 21,49% do rebanho do suíno e 24,40% do total das aves do estado de Goiás, com destaque para a pecuária de corte, em Rio Verde.

Para as economias regionais como um todo, podemos dizer que a pecuária é atividade

tão importante nas microrregiões de Rio Vermelho, São Miguel do Araguaia e Porangatu, quanto a agricultura é para a microrregião do Sudoeste Goiano. Aliás, em microrregiões como do Sudoeste Goiano é cada vez mais difícil separar a atividade pecuária, especialmente aves e suínos, da agricultura que se encontra integrada à pecuária, por meio da produção, por exemplo, de ração vegetal.

Considerando o efetivo rebanho bovino dos municípios, notamos que Nova Crixás tinha em 2001 o maior rebanho do estado, com 497.400 cabeças, seguido de São Miguel do Araguaia, com 440.000, de Rio Verde, com 430.000 cabeças, e de Jataí, com 378.687 cabeças. As regiões que mais se destacam são aquelas que acompanham, em linhas gerais, o vale do Araguaia, desde suas nascentes (microrregião do Sudoeste Goiano) até São Miguel do Araguaia, na microrregião de mesmo nome. Mesmo ocupando o 7º lugar no *ranking* estadual em termos de rebanho bovino, a microrregião do Entorno de Brasília, em 2001, é onde se encontram os municípios que menos desenvolvem a atividade pecuária: Valparaíso de Goiás, com 380 cabeças, Águas Lindas de Goiás, com 1.500 cabeças, e Novo Gama, com 2.500 cabeças. Vão do Paranã e Chapada dos Veadeiros são também alguns dos municípios com menor efetivo bovino, dentre os quais Mambaí e Alto Paraíso de Goiás, com 6.411 e 22.050 cabeças, em 2001, respectivamente (Brasil, 2003b).

Outro dado relevante ligado diretamente com o quantitativo de rebanho bovino (leiteiro) refere-se à produção de leite e concentração dos laticínios. Em 2001, Piracanjuba produziu 67.954.531 litros, Morrinhos 59.851.087 litros, Mineiros 56.829.700 litros, Rio Verde 55.800.000 litros, Jataí 45.621.000 litros, constituindo os cinco municípios de maior produção leiteira naquele ano. Piracanjuba e Morrinhos pertencem à microrregião do Vale do Meia Ponte, e Mineiros, Rio Verde e Jataí, à microrregião do Sudoeste Goiano.

Em termos microrregionais, Meia Ponte é uma das que concentra maior número de indústrias de laticínios, a exemplo também das microrregiões de Goiânia, Ceres, Sudoeste e Vale do Rio dos Bois. Esse fator deve-se ao tipo de rebanho bovino desenvolvido no Sul Goiano, ligado ao gado leiteiro, muito embora a pecuária de corte também seja muito importante nessa região, assim como o é no Norte e Noroeste do estado. Dessa região vem a maior parte da produção leiteira, especialmente longa vida, de Goiás.

No caso do gado de corte, pela maior demanda tanto do mercado interno quanto externo, houve nos últimos anos investimentos em grandes frigoríficos com capacidade técnica para abate e preparo da carne. Em Senador Canedo e Goiânia, como também em Rio Verde, já ocorre exportação de carne para outros países. Conforme informa a *Revista*

Economia e Desenvolvimento (n. 12, 2003), os frigoríficos responsáveis pela exportação da carne estão em Senador Canedo, Goiânia, Cachoeira Alta e Rio Verde.

Empréstimo não anima produtor

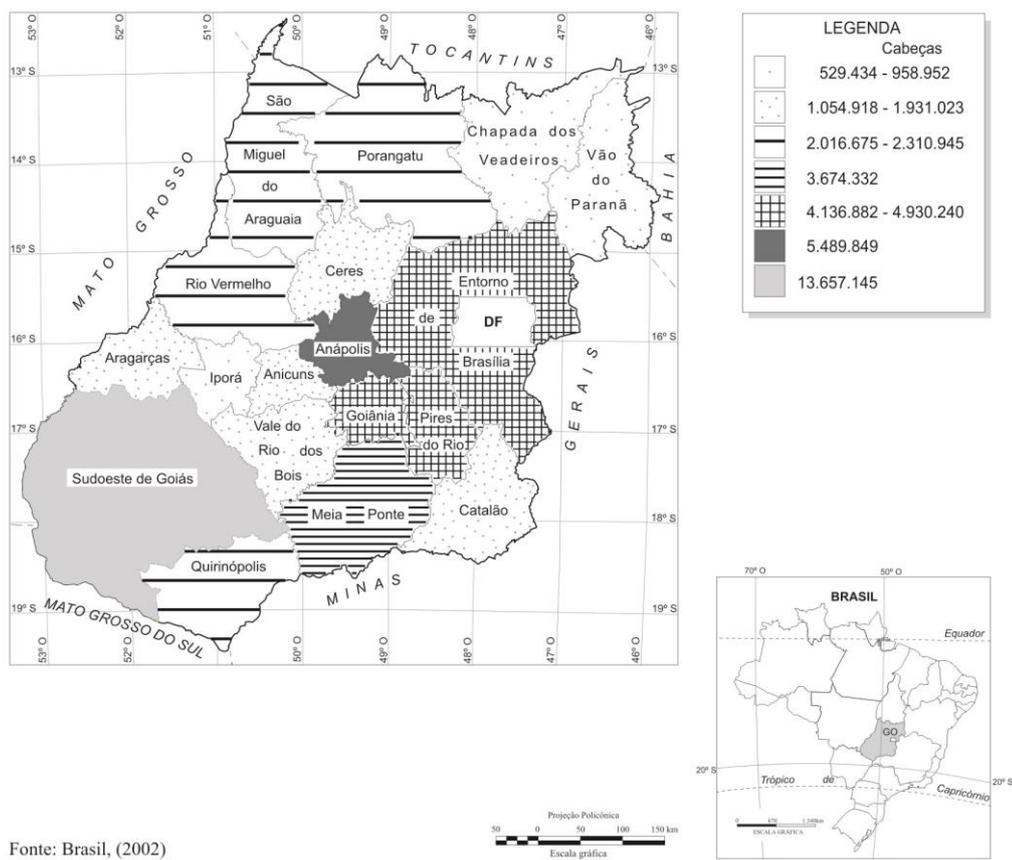
O presidente da Centroleite, Haroldo Max, argumenta que a maior dívida da Parmalat em Goiás é para com os produtores independentes, que não receberam pelo produto entregue durante 50 dias. Segundo ele, a dívida estimada de R\$ 6 milhões da empresa em Goiás, menos de R\$ 1 milhão é para cooperativas. “Que eu saiba, a Parmalat deve apenas 530 mil para a Centroleite e um pouco mais de R\$ 200 mil para a Coplem de Morrinhos. Todo o restante do débito é com produtores independentes, que estão com esse mico nas mãos”, diz Haroldo Marx, para quem a única solução para a crise é encontrar alternativa de pagamento para esses produtores” (O Popular, 31 jan. 2004).

Do ponto de vista do rebanho suíno e das aves para abate (galos, frangos, pintos), a concentração na microrregião do Sudoeste Goiano deve-se à presença das agroindústrias. Segundo a revista *Economia & Desenvolvimento* (n. 12, 2003), em Rio Verde, por exemplo, a Perdigão (Projeto Buritis) “possui capacidade total de realizar o abate de 280 mil aves/dia e de 3.500 suínos diariamente”. Nesse caso da Perdigão, existe uma relação entre a criação de aves e suínos e o crescimento da agricultura, especialmente do milho para produção de ração. O efetivo de galos, frangos e pintos de Rio Verde, em 2001, era de 2.750.000 cabeças, acompanhado de Jataí, na mesma microrregião, com 2.350.000, a segunda maior criação do estado. A instalação dessa grande empresa em Rio Verde, aproveitando os incentivos fiscais do governo do estado, reforçou o perfil agroindustrial desse municí-pio, atraindo diversas empresas chamadas satélites, como de embalagens, para atender diretamente às demandas da Perdigão, assim como de outros grandes grupos agroindustriais.

Na microrregião de Goiânia o maior destaque é para as aves, representando, em 2001, 14,37% da produção total estadual. Bela Vista de Goiás, com um efetivo de 1.167.000 galinhas, seguido de Inhumas, com 1.120.000, são os dois municípios com maior rebanho de aves de Goiás. Em terceiro lugar vem Rio Verde, com 480.000, Hidrolândia, com 460.000, e Leopoldo de Bulhões, com 447.010. No *ranking* Goiânia está em 9º lugar, cujo efetivo de galinhas, em 2001, era de 100.000.

Acompanhando esses números, dada a existência de grandes granjas, a microrregião de Goiânia concentra parte significativa da produção de ovos do estado. Bela Vista de Goiás vem em primeiro lugar, com 30 milhões de dúzias, seguido de Inhumas, com 20.498.622 dúzias, e Leopoldo de Bulhões, com 10.808.360 dúzias em 2001. A granja Saito S.A., localizada na GO-020, em Bela Vista de Goiás, é uma das maiores produtoras e distribuidoras de ovos do estado, abastecendo grandes hipermercados na cidade de Goiânia.

EFETIVO DOS REBANHOS - TOTAL DE CABEÇAS (2002)
Microrregiões do Estado de Goiás



Em 2001 o rebanho bovino de Goiás ocupou a 3ª posição no país, mas nesse mesmo ano a produção de leite ficou em 2ª lugar, atrás apenas de Minas Gerais. A produção de arroz em casca ficou em 8º lugar, com um total, em 2001, de 192.839 t, muito distante das 5.236.301 t do Rio Grande do Sul, maior produtor. Já o cultivo da soja nesse ano atingiu 4.052.169 t, o que possibilita estimar a área dedicada à produção dessa cultura temporária e dos impactos ambientais nos cerrados e na estrutura social no campo. Vale destacar que a

produção da monocultura da soja reforça a concentração de terras, excluindo cada vez mais não apenas os pequenos produtores, mas também as culturas tradicionais, como o feijão e o arroz.

Resumindo, nossa agropecuária tem um modo de se organizar regionalmente que depende, além das condições ecológicas, do investimento público/privado em infraestrutura, do crédito para a produção agrícola e também das determinações e variações do mercado internacional, já que o preço de muitos produtos é cotado em dólar. Entre produzir para o mercado interno ou para o mercado externo, a opção fica sendo a última, o que, em muitos casos, tem aumentado consideravelmente os preços internos.

GEOGRAFIA SOCIAL NAS REGIÕES

A geografia social nas regiões goianas está intimamente ligada à geografia dos processos econômicos e à distribuição de renda no seu território. Desse modo, pode-se regionalizar o estado a partir de alguns indicadores, como forma de comparar a condição social da população em algumas de suas regiões. Aliás, a geografia social nas regiões vem depois das reflexões sobre a economia e o povoamento, por expressar as relações entre o Estado e a sociedade, bem como suas opções de crescimento econômico e desenvolvimento assumidas ao longo dos tempos.

Crescimento econômico e desenvolvimento social, é bom colocar, trata-se de coisas diferentes. No Brasil, quando, a partir da década de 1960, acreditava-se que o país estava no caminho do desenvolvimento, na verdade ocorria um crescimento econômico com a forte presença do estado e do capital internacional, o que não significou melhora na qualidade de vida e distribuição de renda da população. Por desenvolvimento devemos incluir não apenas o crescimento econômico, o aumento do consumo de bens duráveis, mas também o acesso à cultura, ao lazer, à educação, ao meio ecológico equilibrado, enfim, condições que garantem a dignidade à vida, seja no campo ou nas cidades.

Dessa forma, nem sempre o crescimento econômico de um município, estado ou país significa melhora na qualidade de vida da população e na distribuição de renda. Mesmo que os indicadores econômicos mostrem um crescimento na renda ou mesmo na taxa de alfabetização, isso não significa que todos participem de forma igual desses ganhos. Basta lembrar, por exemplo, que o crescimento econômico do Brasil acompanhou a concentração

de renda, fazendo com que, em 2000, segundo dados do *Atlas de desenvolvimento humano no Brasil* (2003), os 10% mais ricos se apropriassem de mais de 50% total da renda do país.

Economicamente, não podemos negar, o estado de Goiás cresceu bastante nos últimos anos. O PIB *per capita*, soma das riquezas produzidas no estado, saltou de 2.680 reais em 1995 para 4.316 reais em 2000. Em 2001, o PIB *per capita* passou para 4.898 reais, ocupando a 12ª posição no *ranking* brasileiro, segundo esse indicador (Brasil, 2003d).

Socialmente, no entanto, ainda permanecem grandes problemas próprios de nossa formação periférica e das ações direcionadas para o crescimento de determinadas regiões do estado. Para iniciar, já que nossa opção é trabalhar com as regiões, vamos lembrar uma pequena passagem de um livro do economista francês Alain Lipietz (1988, p. 29). Segundo esse estudioso:

Não há “região pobre”, há apenas regiões de pobres, e, se há regiões de pobres, é porque há regiões de ricos e relações sociais que polarizam riqueza e pobreza e as dispõem diferencialmente no espaço.

Essa é uma questão-chave. Por que determinadas regiões de Goiás são consideradas ricas e outras pobres?

Nossa análise terá como foco as microrregiões de Goiânia, Sudoeste Goiano, Chapada dos Veadeiros e Vão do Paranã. São microrregiões muito diferentes, seja do ponto vista econômico, ecológico ou mesmo do quadro de povoamento, e, vale assinalar, representam mais de 43% da população do estado.

Escolhemos alguns indicadores que expressam o nível de consumo da população e o grau de desenvolvimento social associado à concentração de renda. São apenas alguns exemplos dentre uma infinidade de indicadores que ilustram a diversidade do território goiano também no aspecto social (Tabela 4).

Das microrregiões selecionadas, a maior porcentagem de pessoas que freqüentam curso superior está na de Goiânia, com 0,8%, e a menor no Vão do Paranã, com 0,35%. Esse fato é compreensível quando observamos a concentração de instituições de ensino superior, tanto públicas quanto privadas, nas mesorregiões do Centro Goiano e Sul Goiano, onde a renda e a demanda são maiores. Até julho de 2003, havia em Goiânia 14 instituições superiores privadas, oferecendo mais de 130 cursos de graduação e quase 100 cursos de especialização, além de instituições públicas consolidadas, como a Universidade Federal de Goiás, a Universidade Estadual de Goiás e o Centro Federal de Educação

Tecnológica de Goiás (Cefet). Já nos 20 municípios das microrregiões da Chapada dos Veadeiros e do Vão do Paranã não há nenhuma instituição de ensino superior privada, em que a Universidade Estadual de Goiás (UEG) responde pela oferta de vagas com unidades universitárias em Campos Belos e Posse, com cursos ligados à formação de professores e à gestão pública (*Economia e Desenvolvimento*, 2003d).

Tabela 4 - INDICADORES SOCIAIS E DE CONSUMO POR MICRORREGIÕES DE GOIÁS, 2000

Microrregião	Goiânia	Sudoeste de Goiás	Vão do Paranã	Chapada dos Veadeiros	Estado de Goiás
População total em 2000	1.693.650	344.377	91.975	56.011	5.003.228
% de pessoas com 25 anos ou mais frequentando curso superior	0,80	0,71	0,35	0,53	1,50
% de pessoas de 25 anos ou mais analfabetas	16,99	20,29	37,85	30,67	14,69
Renda per capita média (R\$)	211,61	245,30	107,89	134,52	285,96
% da renda apropriada pelos 10% mais ricos da população	40,43	48,60	48,14	50,25	51,14
% da renda apropriada pelos 20% mais pobres da população	3,94	3,36	1,50	1,50	2,51
% de pessoas com domicílio com banheiro e água encanada	86,86	83,93	49,67	56,82	85,60
% de pessoas com domicílio com telefone	50,03	26,66	15,17	19,33	38,47
% de pessoas com domicílio com carro	29,44	29,63	16,68	20,09	34,36
% de pessoas com domicílio com computador	2,73	3,10	1,08	1,95	6,42
Taxa de alfabetização	86,38	83,30	72,43	75,66	88,07

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil (2003).

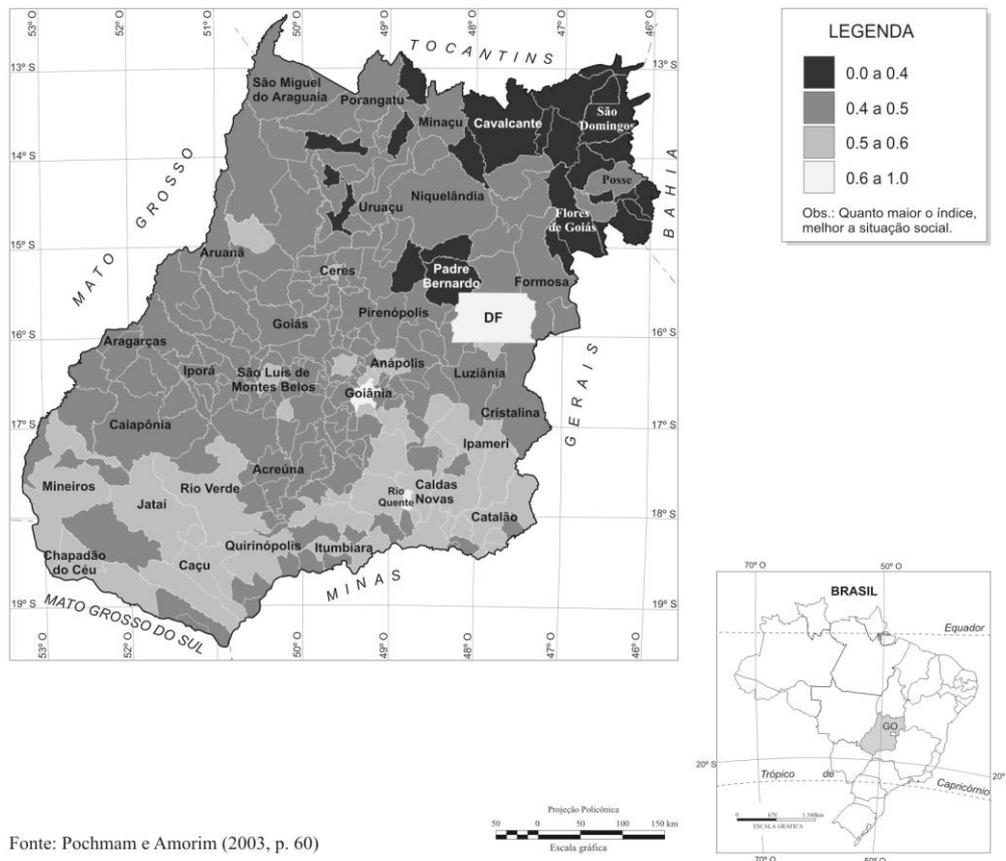
Quanto ao percentual de pessoas com 25 anos ou mais analfabetas, a microrregião de Goiânia apresenta 16,99%, Vão Paranã 37,87% e Chapada dos Veadeiros 30,67%; a microrregião do Sudoeste Goiano fica no nível intermediário. Essa grande diferença deve ser pensada a partir da análise do investimento público em educação, no caso as regiões menos povoadas, que ficaram marginalizadas, na medida que o perfil econômico, historicamente ligado à agricultura tradicional, não resultou, por parte dos sucessivos governos, políticas de educação diferenciadas, quer queira com as escolas rurais ou com programas

de educação de jovens e adultos, como ocorre, por exemplo, em cidades como Goiânia.

Considerando a renda *per capita* média, aparece em primeiro lugar a microrregião do Sudoeste Goiano, com 245,30 reais, seguido da microrregião de Goiânia, com 211,61 reais; por último vem o Vão do Paranã, com 107,89 reais. Essa renda *per capita* média refere-se ao total de rendimento dividido pelo número de pessoas, diferente do PIB *per capita*, que é a média referente a toda riqueza produzida, dividida pelo número de habitantes.

Observando o mapa que expressa o índice de exclusão social no estado de Goiás notamos as manchas mais escuras que indicam as regiões com maior índice de exclusão social, localizadas especialmente no nordeste e alguns municípios do norte goiano. Esse mapa foi construído levando em conta o índice de pobreza, emprego, desigualdade, como componente de um padrão de vida digno. Além disso foi considerado o índice de estudo e alfabetização, que reflete o grau de conhecimento e por último o risco juvenil, composto pelo índice de violência e de concentração de jovens. O **Atlas da Exclusão Social no Brasil** foi coordenado pelos professores Marcio Pochmann e Ricardo Amorim e se constitui em um excelente instrumento para pensar o planejamento e a ação governamental.

ÍNDICE DE EXCLUSÃO SOCIAL (2000) Estado de Goiás e Distrito Federal



Fonte: Pochmam e Amorim (2003, p. 60)

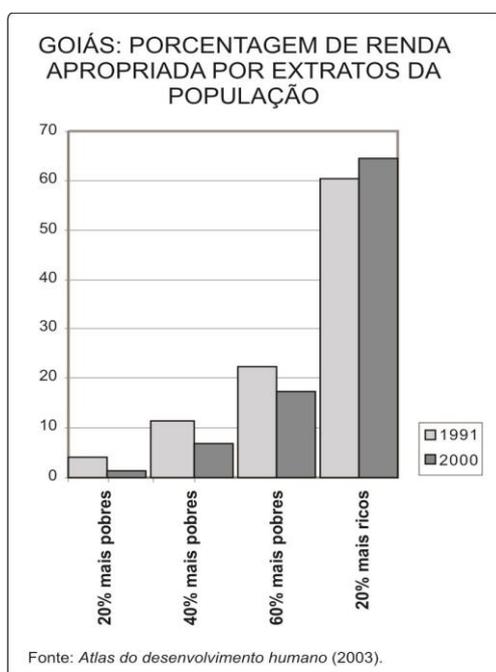
A diferença da renda *per capita* média da microrregião de Goiânia para o município de Goiânia é superior a 290 reais, e este é o município com a maior renda *per capita* média do estado. Continuando neste exercício de escala, podemos perceber que essa renda também se distribui de forma bastante diferente no interior do município de Goiânia, como veremos no Capítulo 4, com diferenças substantivas entre as regiões do Noroeste de Goiânia, Mendanha, Região Norte, em contraposição às regiões Central e Sul de Goiânia.

Ainda nas microrregiões goianas, na do Sudoeste Goiano, por exemplo, há cinco municípios com renda *per capita* superior à média do estado: Montividiu, com 383,36, Chapadão do Céu, com 381,03, Rio Verde, com 339,81 reais, Jataí, com 304,95 reais, e Mineiros, com 289,86 reais. Em relação ao estado, em 2001, Montividiu apresentava a segunda maior renda *per capita*, Chapadão do Céu a quarta e Rio Verde a décima (*Atlas do desenvolvimento humano*, 2003).

Essas diferenças internas também são notórias no Vão do Paranã e na Chapada dos

Veadeiros. Na primeira microrregião estão os dois municípios goianos com menor renda *per capita*: Buritinópolis, com 68,89 reais, e Damianópolis, com 86,71 reais. Outras cidades como Guarani de Goiás, Monte Alegre de Goiás, Cavalcante, Mambaí, Sítio da Abadia, Divinópolis de Goiás, Nova Roma, São Domingos etc. estão entre aqueles com renda *per capita* inferior a 110,00 reais (*Atlas do desenvolvimento humano*, 2003).

Em relação à renda existe um dado comum a todas as microrregiões, em que constatamos uma grande concentração de renda, uma vez que os 10% mais ricos se apropriam de percentual acima de 40% da renda em todas regiões, cuja média do estado é de 51,14%. Já os 20% mais pobres se apropriam de 1,50% do percentual da renda na Chapada dos Veadeiros e no Vão do Paranã, 3,36% no Sudoeste Goiano e 3,94% em Goiânia, dados que indicam uma elevada concentração de renda em todo estado, indiscriminadamente.



Também podemos verificar uma grande diferença no acesso a determinados serviços e bens de consumo duráveis nas microrregiões. Esse dado é importante, na medida em que oferece um indicativo do potencial de consumo e também uma radiografia do investimento governamental em serviços públicos. Quanto ao percentual de pessoas que vivem em domicílio com banheiro e água encanada, temos o seguinte resultado: 49,67% no Vão do Paranã e 56,82% na Chapada dos Veadeiros, contrastando com 86,86% da microrregião de Goiânia. Em se tratando do acesso ao telefone, as diferenças ainda são maiores. Por exemplo, a microrregião de Goiânia possui 50,03% de pessoas com domicílio com

telefone, o Vão do Paranã 15,17% e a Chapada dos Veadeiros 19,33%. Como podemos ver, a média dessas duas últimas é bastante inferior à média do estado, que foi de 38,47%. Interessante lembrar que nessas duas microrregiões havia, em 2000, 56.893 pessoas que residiam no meio rural, de um total de 147.986 habitantes, constituindo uma das regiões com maior índice de população rural do estado. Isso demonstra que existe um entrave na extensão das redes de infra-estrutura telefônica, o que acarreta prejuízos à integração dessas comunidades com outros lugares.

Em relação a bens como computador, a chamada exclusão digital se define claramente diante da situação que nos deparamos, por exemplo, no Vão do Paranã e na Chapada dos Veadeiros, em que apenas 1,08% e 1,95%, respectivamente, de pessoas residem em domicílios com computador, resultado inferior ao do estado, que é de 6,43%. No Vão do Paranã, dos 12 municípios que o compõem, sete deles possuem taxa inferior a 0,9% nesse quesito. Destaque deve ser dado a Alto Paraíso de Goiás, município da microrregião da Chapada dos Veadeiros, que apresentou taxas de domicílio com computador de 5,43%, acima das médias regionais, ficando em 15º lugar em relação a todos os municípios goianos. Essa posição ilustra bem o perfil desse município, ligado ao turismo ecológico e com padrão de renda diferenciado dos demais municípios da região.

Na maioria dos indicadores, tanto em relação ao estado quanto em relação às quatro microrregiões selecionadas para a análise, o Vão do Paranã e a Chapada dos Veadeiros aparecem nas últimas posições. Essas duas microrregiões formam o chamado Nordeste Goiano, região estigmatizada pelos meios de comunicação como a mais pobre do estado, ao ser comparada à microrregião do Sudoeste Goiano, que, como vimos, é uma das que guardam alguns dos melhores indicadores sociais em âmbito estadual.

Convém assinalar que a definição de região Nordeste Goiano não foi formalizada pelo IBGE. Ela é utilizada em Goiás para justificar a regionalização de uma parte do estado que compreende as chamadas microrregiões da Chapada dos Veadeiros e do Vão do Paranã.

Já faz tempo o Nordeste Goiano apresenta-se como região objeto de ações emergenciais por parte do governo estadual, cujo discurso é articulado de forma metonímica, fazendo crer que a pobreza característica é inerente à região. Apregoa-se uma espécie de determinismo histórico e ambiental, que inibiu durante décadas a circulação e a produção de bens em escala comercial nessa região.

A participação da agricultura no Nordeste Goiano representou menos de 1% do total do estado de Goiás, em 2001, e a pecuária bovina 4,28% (Brasil, 2003), o que significa

pouco se comparado ao estado ou mesmo às outras microrregiões. No entanto, precisamos ressaltar, para aqueles que vivem nos espaços rurais, resistindo e mostrando outras escalas de produção que não aquelas determinadas pelo grande capital, esses dados significam muito, ainda que a base do discurso desqualifique e estereotipe a região.

O pensamento da marginalização social e econômica, uma vez que a região contribuiu economicamente, do ponto da tributação do ICMS, com menos de 0,5% da arrecadação do estado, é um dos pontos que justificou a criação de um programa especial e a destinação de recursos e ações especiais para o Nordeste Goiano. A implantação do Programa de Desenvolvimento Sustentável do Nordeste Goiano (Nordeste Novo), segundo o governo estadual, “objetiva corrigir as distorções e os desequilíbrios, integrando a região às demais áreas do Estado” (*Economia & Desenvolvimento*, 1999, p. 51).

Entre as ações emergenciais propostas pela Agência de Desenvolvimento Regional do Estado constam a implantação do Banco do Povo, a distribuição de *kits* sanitários, melhoramentos da infra-estrutura de energia, investimentos no ensino fundamental, médio e superior, entre outros programas promovidos pelo estado, cuja proposta é transformar a realidade social dessa região.

Do lado oposto vamos encontrar a microrregião do Sudoeste Goiano, que foi preparada para o “progresso”, com grandes investimentos por parte dos sucessivos governos, via crédito, construção de infra-estrutura e incentivos fiscais que beneficiaram grandes grupos econômicos, de tal forma que ficou fácil fugir do destino reservado pelos solos ácidos, desmatando os cerrados e os chapadões para o plantio da soja em escala comercial. Historicamente foi incomparável o valor dos incentivos fiscais destinados aos grandes grupos agroindustriais da microrregião do Sudoeste Goiano, assim como no Sul do estado, em contraposição ao Nordeste Goiano. A pobreza, então, não é questão apenas do presente, mas da ação dos grupos econômicos aliados ao Estado, que reforçaram a acumulação do capital nas regiões privilegiadas.

É possível enxergar o aspecto político presente na constituição dos discursos regionais. A região Sudoeste é rica porque sua produção agrícola representa mais de 40% e sua pecuária mais de 13% do total do estado. O Nordeste Goiano, ao contrário, é pobre porque não produz aquilo que o Sudoeste produz, não gera, desse modo, riqueza. O jogo comparativo envolve o longe (aquilo que o Nordeste não produz) e o perto (isso que o Sudoeste produz). Esse discurso não evidencia uma rede de cidades com expressiva importância regional, como Campos Belos, Posse, Alvorada do Norte e Iaciara, muito menos o

importante papel do turismo ecológico em cidades como São Domingos, Cavalcante, Alto Paraíso de Goiás, entre outras.

DOMINGO
GOIÂNIA, 12 DE JANEIRO DE 2003
ANO 64 - Nº 17.908

O Popular

DESENVOLVIMENTO HUMANO

Os extremos em Goiás

Chapadão do Céu e Buritinópolis são os dois extremos da qualidade de vida em Goiás, revela pesquisa da ONU. Os dois municípios têm, respectivamente, o maior e o menor Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), que mede os principais indicadores econômicos e sociais de cada localidade. [3 e 4]

Martovani Fernandes

Walter Alves

VIDA BOA



CHAPADÃO DO CÉU

O município é considerado o melhor lugar para se viver no Estado e tem economia baseada na agricultura. A família do produtor Rogério Hoffman (foto) veio do Sul do País e prospera com a agricultura. Ele afirma que jamais pretende deixar o lugar.

População total	3.778
Rendimento médio	R\$ 941,00
Taxa de alfabetização	95%
Domicílios permanentes	1.026

VIDA DURA



BURITINÓPOLIS

A maioria da população de Buritinópolis não tem emprego ou outra atividade que gere renda. Para economizar, a dona de casa Dejanira Maria da Silva (foto) lava as roupas da família no Rio Buriti, principal atração de lazer da cidade.

População total	3.383
Rendimento médio	R\$ 247,00
Taxa de alfabetização	67%
Domicílios permanentes	780

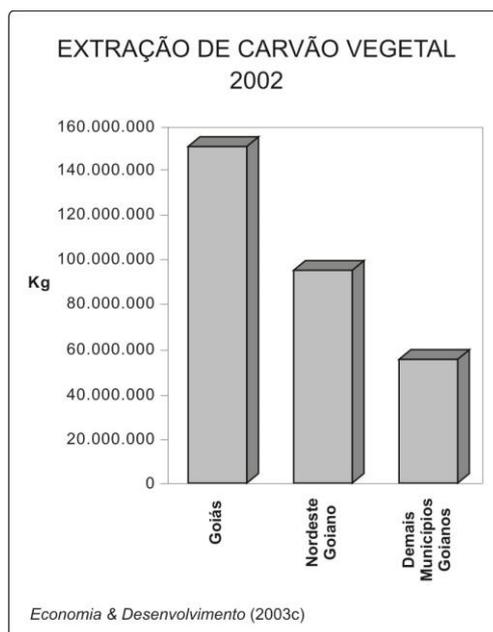
O discurso regional construído historicamente pelo Estado e os meios de comunicação evidenciam uma polarização entre o Sudoeste e o Nordeste, como se as regiões não fizessem parte de um mesmo processo de produzir a desigualdade para aumentar a acumulação de capital. Aqui, as microrregiões transformam-se em “personagens”, para lembrar Yves Lacoste, impedindo a identificação dos processos sociais interiores e exteriores à região.

Basta lembrar que no eldorado agrícola de Goiás a microrregião do Sudoeste Goiano, onde se produz soja, milho, algodão, cana-de-açúcar etc., a concentração de renda não é menor que nas outras regiões do estado. Em Chapadão do Céu, por exemplo, os 10% mais ricos se apropriaram de 67,92% da renda, em 2000, classificando-se essa em 4ª lugar nesse quesito, ao ser comparada aos 246 municípios goianos (*Atlas do desenvolvimento urbano no Brasil*, 2003). Esse município também é um dos campeões quanto à concentração de terras em Goiás. Segundo dados do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), dos 179 imóveis rurais cadastrados até outubro de 2003, 88 foram classificados como pequenas propriedades, 31 como médias propriedades e 60 como grandes. A área

dessas 60 grandes propriedades equivale a mais de 92% da área total dos imóveis rurais desse município (Goiás, 2003c).

No entanto, não devemos nos esquecer de relativizar os indicadores. Como acusar, por exemplo, o município de Buritinópolis por ter a última renda *per capita* do estado? Como acusá-lo, ao mesmo tempo, de estar em último lugar nos dados que se referem ao analfabetismo que recai sobre cidadãos com idade superior a 25 anos ou ao número de pessoas que vivem em domicílios com carro? Sobre a situação de analfabetismo de pessoas da faixa etária referida ainda cabe para os demais municípios do Nordeste Goiano os dez últimos lugares, em que Cavalcante é o segundo, conforme dados de 2000 (*Atlas do desenvolvimento urbano no Brasil*, 2003). Basta lembrar que o número de escolas públicas do ensino fundamental e médio é responsabilidade dos governos municipais e estaduais, e, portanto, estamos tratando do problema histórico de pouco investimento em educação e formação de professores nessas regiões.

O perfil de muitos municípios do Nordeste Goiano, no entanto, tem mudado bastante ao longo dos últimos anos. O desenvolvimento regional, associado à discussão em torno do turismo nos municípios dessa região, põe em questão a necessidade de um amplo debate sobre as ações do Estado e iniciativa privada, em que é preciso levar em conta tanto as particularidades culturais quanto as potencialidades ambientais, para investir em qualidade de vida e, ao mesmo tempo, prevenir ações predatórias ao meio ambiente. Uma dessas ações diz respeito à extração de carvão vegetal, que, além de colaborar para o desmatamento dos cerrados, incentiva a exploração de trabalhadores e até mesmo de crianças nas carvoarias. Em 2002, apenas seis municípios dessa região (São Domingos, Sítio D'Abadia, Iaciara, Flores de Goiás, Nova Roma e Posse) foram responsáveis por mais de 56% do total do carvão vegetal produzido em Goiás. Se partíssemos para comparar a renda média dessa atividade com outras ligadas à agricultura familiar ou mesmo ao turismo ecológico, não encontraríamos uma justificativa plausível para essa extração.



Em síntese, comparando os dados do estado de Goiás do início da década de 1990 com os de agora, existe, tanto do ponto de vista do acesso aos serviços básicos como dos bens de consumo, uma evolução relativa, mesmo porque o acesso a bens de consumo duráveis não é capaz de traduzir a qualidade de vida de uma população, especialmente quando vivemos em uma sociedade cujo consumo desenfreado tem-se tornado conduta comum. O estado, quanto ao acesso à água encanada, passou de 70,6%, em 1991, para 88,7%, em 2000; quanto à energia elétrica, passou de 87,2%, em 1991, para 97,2%, em 2000, o que ocorreu também com bens de consumo, como a geladeira, que saltou de 64,6%, em 1991, para 86,9%, em 2000. Já o percentual de renda apropriado pelos 20% mais pobres passou de 3,0%, em 1991, para 2,5%, em 2000, e para os ricos subiu de 63,2%, em 1991, para 65,6%, em 2000, o que nos leva a deduzir que houve, também, um aumento na concentração de renda.

Os indicadores sociais nas regiões goianas afirmam nossa diversidade territorial e acompanham, de certo modo, os padrões do Centro-Oeste e do Brasil. No Centro-Oeste, o Distrito Federal apresenta os maiores indicadores de renda *per capita* (605,40 reais); de número de pessoas em domicílio com água encanada e banheiro (92,69%); de pessoas vivendo em domicílios com computador (23,86%) e carro (52,05%); além da taxa de frequência no ensino superior de pessoas acima de 25 anos (3,52%) (*Economia & Desenvolvimento*, 2003). Muito próxima ao Distrito Federal, a microrregião do Entorno de Brasília apresenta indicadores extremamente modestos, com a maioria dos municípios com

renda *per capita* abaixo de 200 reais (*Economia & Desenvolvimento*, 2003).

3. Urbanização e rede urbana

Em 1940 a população total do estado de Goiás, incluindo o atual Tocantins, era de 826.414 habitantes. Passados sessenta anos, essa população saltou para 5.003.228 habitantes. O que aconteceu para que, em seis décadas, a população desse estado crescesse tão rapidamente?

Segundo dados do Censo Demográfico de 2000, 87,87% desses 5.003.228 habitantes viviam em cidades e vilas (sedes de distritos) (4.396.645 pessoas). No espaço rural, em 2000, viviam 606.583 pessoas. Comparando esses dados com a década de 1950, quando o estado de Goiás atingiu a população de 1.214.921 habitantes, vamos observar que, naquele período, 79,77% das pessoas residiam no espaço denominado rural. Que fatores teriam contribuído para o crescimento do número de pessoas vivendo nas cidades goianas?

Em 1950, os três municípios mais populosos eram a cidade de Goiás (antiga capital da província e do estado), com 124.805 habitantes, a jovem Goiânia, com 53.389 habitantes, e Anápolis, com 50.338. Existiam 77 municípios distribuídos no território goiano-tocantinense. Em 2000, os municípios mais populosos eram Goiânia, com 1.093.007 habitantes, Aparecida de Goiânia, com 336.392 habitantes, Anápolis, com 288.085, também merecendo destaque Luziânia, Rio Verde e Águas Lindas de Goiás, com população acima de 100.000 habitantes. Por que, em tão pouco tempo, alguns municípios como Goiânia, Aparecida de Goiânia e Anápolis concentraram mais população que outros, representando, em 2000, 34,32 % da população do estado?

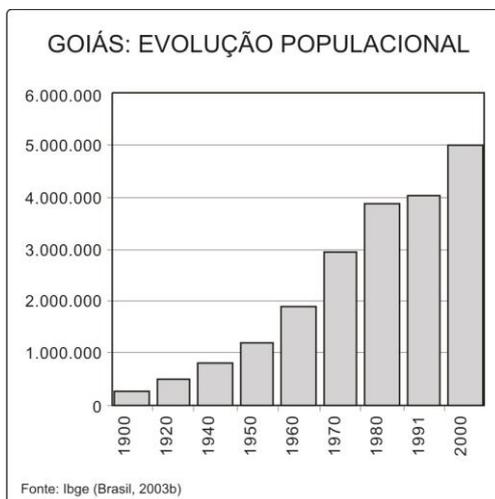
Para responder a tais perguntas estaremos tratando de temas relacionados à urbanização e à organização da rede urbana goiana.

A POPULAÇÃO DE GOIÁS

A população do estado de Goiás em 2000 era de 5.003.228 pessoas, correspondendo a 42,99 % da população do Centro-Oeste e 2,95% da população brasileira. Observando o gráfico, constatamos o quanto sua população vem crescendo nos últimos anos.

O crescimento populacional de Goiás se deu por alguns fatores. Um deles foi o crescimento natural ou vegetativo, resultado da relação entre o número de pessoas que nascem

(natalidade) e morrem (mortalidade) em determinado período. A fórmula é bem matemática. Quando a natalidade é maior que a mortalidade, a população total aumenta.



No Brasil, como em outros países, a mortalidade tem caído graças aos progressos na medicina, às condições melhores de saneamento e o conseqüente avanço na qualidade de vida da população, além, é claro, da opção feita pelos casais de terem um número menor de filhos. Ao longo dos anos também as expectativas de vida da população têm aumentado, o que significa também um aumento no número de idosos, exigindo maior atenção dos governos quanto às políticas de assistência social para essa faixa etária. Em Goiás, a população acima de 60 anos, em 1991, era de 230.435, saltando para 358.816 em 2000, com um aumento da população acima de 80 anos que passou de 21.102, em 1991, para 38.401, em 2000 (Brasil, 2001).

Em menos de dez anos houve um acréscimo de 128.381 pessoas com idade superior a 60 anos. A nossa pirâmide etária, mais larga na base, na década de 1980, por causa da maior participação da população jovem, vem mudando sua estrutura lentamente, com a população adulta aumentando sua proporção.

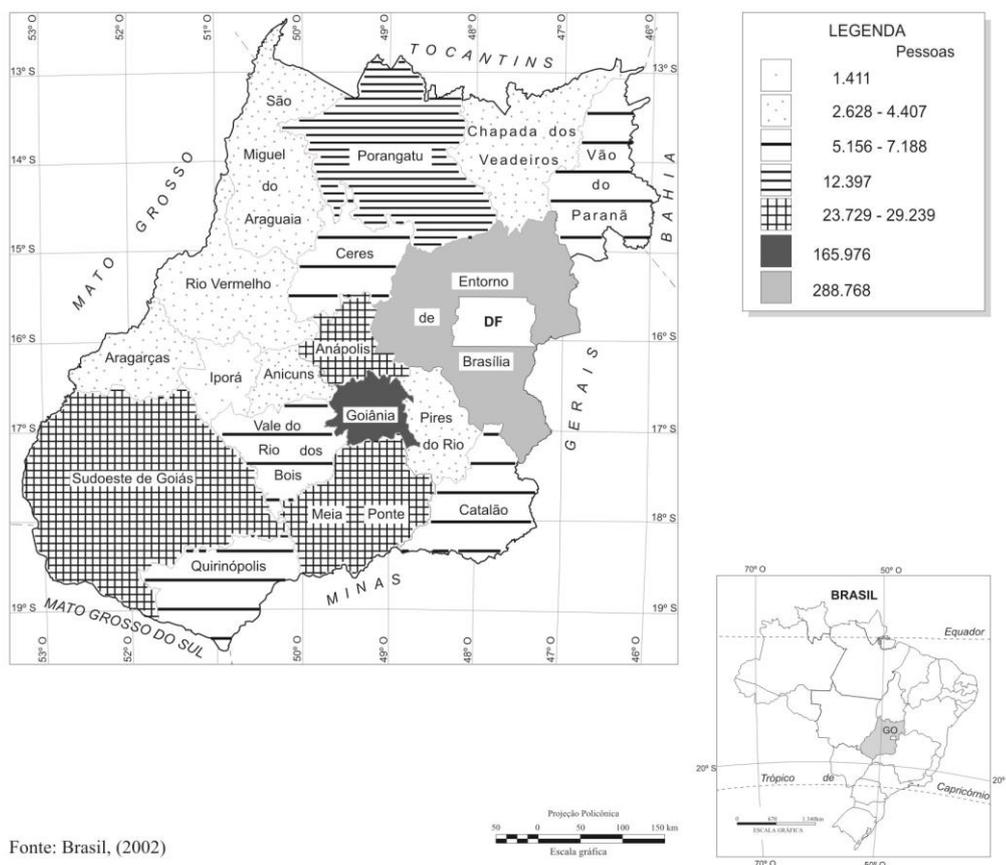
O outro fator de crescimento da população é a migração. Historicamente Goiás tem recebido pessoas de todo o Brasil, especialmente de Minas Gerais, da Bahia, do Distrito Federal, do Tocantins, do Maranhão, estados que faziam, ou ainda fazem, no caso dos quatro primeiros, fronteira com Goiás.

Envelhecimento populacional

Um importante indicador que está relacionado à estrutura etária de um povo é o que relaciona a população idosa com o contingente de crianças. Trata-se de uma derivação do índice de envelhecimento populacional, que se presta a significativos estudos comparativos. O entendimento desse índice traduz-se da seguinte forma: quanto maior sua magnitude, mais elevada é a proporção de idosos – no caso, a população de 65 anos ou mais – em relação à proporção de crianças – no caso, a população de menos de 15 anos de idade. Em 2000, o Brasil como um todo possuía um índice de 19,77%, significando que existiam praticamente 20 idosos para cada 100 crianças, índice este que vem apresentando uma tendência ascendente, haja vista que, em 1991, seu valor era de 13,90% (Brasil, 2001).

A partir do final do século XIX cresceu o movimento migratório para Goiás. A disponibilidade de terras para criação de gado e agricultura no sul do estado estimulou esse movimento. A colonização do governo federal também colaborou com o fluxo de migrantes, especialmente para a região da Colônia Agrícola Nacional de Goiás (Cang), no atual município de Ceres, no vale do Rio São Patrício, a partir da década de 1940.

PESSOAS NÃO-NATURAIS DA UNIDADE DA FEDERAÇÃO COM MENOS DE 10 ANOS DE RESIDÊNCIA ININTERRUPTOS SEGUNDO AS MICRORREGIÕES DO ESTADO DE GOIÁS



Para Goiás veio, em diversos períodos, gente de todo lugar. Pelo norte, vinham do Maranhão. Pelo sul, de Minas Gerais. É bom lembrar que o Nordeste brasileiro e Minas Gerais constituíram-se durante os dois últimos séculos em regiões expulsoras de migrantes. O esgotamento das terras em Minas Gerais em decorrência do avanço do café, por exemplo, levou muitas pessoas a se dirigirem para o sul de Goiás e para as terras da região de Goiânia, de Anápolis e Ceres a partir do final do século XIX até a década de 1940/1950.

As duas capitais edificadas em território goiano também estimularam a migração. Brasília, mais que Goiânia, ensejou um dos maiores fluxos migratórios para o território goiano. Milhares de nordestinos, fugindo da pobreza, migraram para construir Brasília, muitos deles alojando-se no território goiano, fato que contribuiu, a partir de 1970, para o crescimento significativo da população e para o surgimento, a partir da década de 1980, de diversos municípios no Entorno de Brasília. Nesse mesmo período se inicia a migração para a fronteira agrícola no Sudoeste Goiano, quando municípios como Jataí, Mineiros e

Rio Verde tiveram aumentada a sua população, recebendo pessoas dos estados do Sudeste e Sul do Brasil.

No caso de Rio Verde, a migração ainda continua forte, reforçada pelo demanda criada a partir da instalação nesse município de grandes empresas agroindustriais. Um episódio recente ilustra bem essa atração exercida por Rio Verde: uma matéria veiculada no *Globo Repórter*, no mês de janeiro de 2004, chamou a atenção para esse município como uma espécie de eldorado do Centro-Oeste, com oferta de empregos em abundância e qualidade de vida acima da média nacional, e Rio Verde começou a receber, já nos dias seguintes à reportagem, um contingente de migrantes em busca dos “prometidos” empregos. Esse fato nos leva a refletir sobre duas questões. A primeira é a profunda crise social que vive o país, agravada pelo crescente desemprego em todas as regiões, especialmente nas grandes e médias cidades, e Rio Verde não é exceção. A segunda é a responsabilidade dos meios de comunicação ao veicularem, de forma distorcida, imagens de regiões e cidades levando pessoas a se deslocarem de vários lugares do país, para um lugar que não conhecem, em busca de empregos que não existem, especialmente se atentarmos para o perfil tradicional do migrante, que é formado, geralmente, por trabalhadores sem muita qualificação.

Tabela 5 - GOIÁS: POPULAÇÃO RESIDENTE, POR LUGAR DE NASCIMENTO, 2000

Local de nascimento	Total de nascidos por estado	Região de origem	Maior participação migrante por microrregião		Maior participação migrante por município	
			Microrregião	Quantidade	Município	Quantidade
Goiás	3.703.707	C. Oeste	Goiânia	1.280.904	Goiânia	827.962
Minas Gerais	331.420	Sudeste	Goiânia	96.469	Goiânia	68.299
Bahia	188.432	Nordeste	Goiânia	73.867	Goiânia	38.589
Distrito Federal	129.519	C. Oeste	Entorno	100.163	Águas Lindas	21.539
Maranhão	88.690	Nordeste	Entorno	39.014	Goiânia	21.502
São Paulo	78.448	Sudeste	Goiânia	30.595	Goiânia	23.208
Piauí	73.442	Nordeste	Entorno	53.117	Águas Lindas	13.894
Tocantins	70.648	Norte	Goiânia	47.127	Goiânia	9.277
Ceará	65.679	Nordeste	Entorno	33.893	Goiânia	9.277
Paraíba	41.945	Nordeste	Entorno	22.210	Águas Lindas	4.019

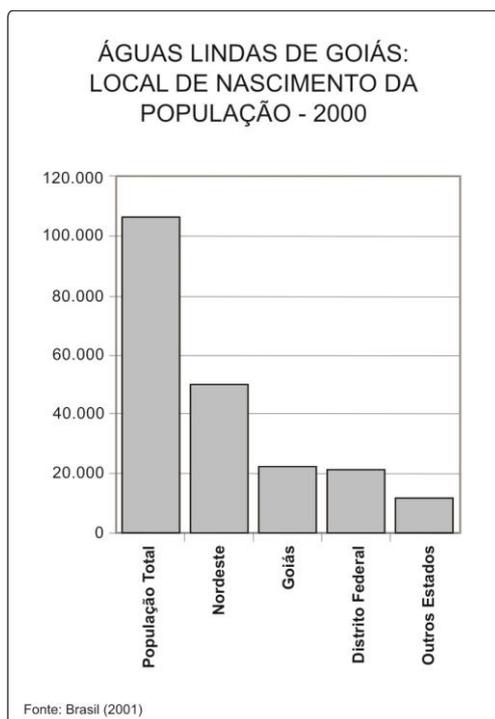
Pernambuco	37.302	Nordeste	Entorno	16.003	Goiânia	5.415
Rio Grande do Norte	36.983	Nordeste	Entorno	8.627	Goiânia	5.254
Mato Grosso	34.809	C. Oeste	Goiânia	14.167	Goiânia	9.916
Pará	30.024	Norte	Goiânia	17.381	Goiânia	11.089
Paraná	18.270	Sul	Goiânia	5.966	Goiânia	4.111
Rio Grande do Sul	17.404	Sul	Sudoeste	5.573	Goiânia	2.995
Rio de Janeiro	15.246	Sudeste	Entorno	6.759	Goiânia	4.187
Mato Grosso do Sul	9.329	C. Oeste	Sudoeste	3.227	Goiânia	1991
Outros estados	26.144	–	–	–	–	–
Exterior	5.911	–	–	–	–	–
Sem especificar	846	–	–	–	–	–
Total do estado	5.004.198	–	–	–	–	–

Fonte: Brasil (2003).

Observando os dados da Tabela 5 notamos que, no ano de 2000, mais de 25% da população residente em Goiás nasceu fora do estado, predominantemente em Minas Gerais, depois na Bahia, seguidos de Brasília, Maranhão e São Paulo. Por macrorregião, destaca-se o Nordeste brasileiro. Em 2000 (Brasil, 2003), mais de 500 mil pessoas que viviam em Goiás nasceram em sete estados nordestinos, número superior ao dos nascidos na região Sudeste, com 425.114 pessoas.

Entre as microrregiões que mais receberam migrantes está o Entorno de Brasília, guardando maiores proporções em relação a todos os estados do Nordeste brasileiro. Em relação ao Sul do Brasil, a maioria dos migrantes, em termos absolutos, se concentra na microrregião do Sudoeste Goiano. O município de Mineiros, por exemplo, recebeu a maior quantidade de gaúchos, que para lá se dirigiram com o intuito de desenvolver atividades ligadas à agricultura intensiva.

É interessante observar a localização dessas pessoas em Goiás. O maior número de nordestinos se encontra na microrregião do Entorno de Brasília; de tocantinenses e maranhenses na microrregião de Goiânia e na mesorregião Norte; de mineiros em todo estado, especialmente no Sul, assim como os paulistas. Na verdade, essa distribuição da população migrante guarda muita relação com as fronteiras do estado de Goiás e sua condição de centralidade em relação ao Brasil, o que favorece as ligações de Goiás com outros estados brasileiros.

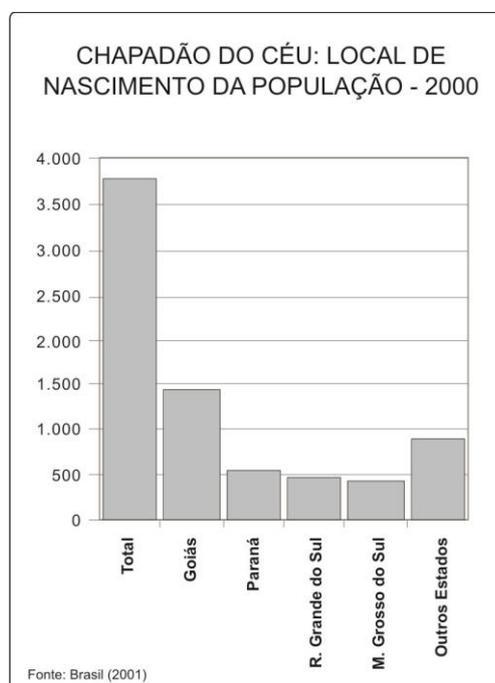


Águas Lindas de Goiás é, por assim dizer, o município goiano mais nordestino, já que a maior parte de sua população migrante tem como local de nascimento os estados do Nordeste. Também Valparaíso de Goiás, Novo Gama, Cidade Ocidental, Santo Antônio do Descoberto e Planaltina de Goiás receberam muitos migrantes nordestinos, e continuam a receber até hoje, muitos deles originários do segundo movimento migratório, pois o primeiro foi para as cidades satélites do Distrito Federal. Chapadão do Céu destaca-se dos demais, pois, proporcionalmente, trata-se de município que abriga a maior quantidade de pessoas nascidas na região Sul do Brasil, especialmente no Paraná e no Rio Grande do Sul.

Tabela 6 - MUNICÍPIOS GOIANOS COM MAIOR PORCENTAGEM DE MIGRANTES, 2000

Município	População total	População nascida em Goiás	População residente nascida fora do estado	Maior participação por unidade da federação	Maior participação por grandes regiões	Ano de criação do município
Águas Lindas de Goiás	105.746	22.182	83.564	79,02 Distrito Federal	NE	1995
Valparaíso de Goiás	94.856	26.526	68.330	72,03 Distrito Federal	NE	1995
Novo Gama	74.380	23.810	50.570	67,98 Distrito Federal	NE	1995
Cidade Ocidental	40.377	13.332	7.047	66,98 Distrito Federal	NE	1991
Chapadão do Céu	3.778	1.420	2.358	62,41 Paraná	Sul	1991
Santo Antônio do Descoberto	51.897	20.655	31.242	60,20 Distrito Federal	NE	1982
Planaltina de Goiás	73.718	30.976	42.742	57,98 Distrito Federal	NE	1891

Fonte: Brasil (2003).



Essa intensa migração para Goiás influenciou de maneira marcante a paisagem de diversas cidades goianas. Isso porque quando as pessoas migram levam consigo a cultura do seu lugar, formada por gestos, palavras, músicas, comidas típicas, formas de vestir,

enfim, carregam a sua memória, que agora passa a ser também um pouco goiana. É o caso de Rio Verde, Mineiros e Jataí, com o Centro de Tradições Gaúchas (CTG), e São Domingos, Campos Belos, Alvorada do Norte, no Nordeste Goiano, com a presença marcante de baianos, influenciando nos modos de falar e na culinária regional. Em todos os municípios goianos existe um pouco das regiões do Brasil, fator marcante e positivo de nossa diversidade regional.

Dessa forma não seria exagero dizer que Goiás é fruto da migração. É muito mineiro, um tanto baiano, um pouco paulista, piauiense, brasiliense, maranhense etc. Em relação aos maranhenses, especialmente do sul e sudoeste desse estado, tem sido comum a migração de um número considerável de jovens para estudar e trabalhar em Goiânia. Existe uma “colônia” expressiva de jovens do estado do Maranhão em Goiânia, especialmente de municípios como Imperatriz, Amarante do Maranhão, Sítio Novo, Estreito, Carolina etc., muitos deles morando em grupos, como forma de economizar as despesas com moradia, uma vez que Goiânia, assim como Belém, tornou-se a opção mais comum na busca de oportunidades de trabalho e estudo.

Outro ponto que não podemos deixar de perceber é que, ao longo da história da migração para Goiás, os fluxos migratórios foram influenciados pela dinâmica econômica induzida pela presença do Estado em associação com os grandes grupos privados. Trata-se da construção das duas capitais, dos grandes projetos rodoviários, dos programas de colonização, da ampliação da fronteira agrícola, de políticas voltadas para doação de lotes em áreas urbanas, como ocorreu em Luziânia, e até mesmo de programas sociais assistencialistas com doação de cestas básicas, gás de cozinha, vale-leite etc., com explícitos fins eleitorais.

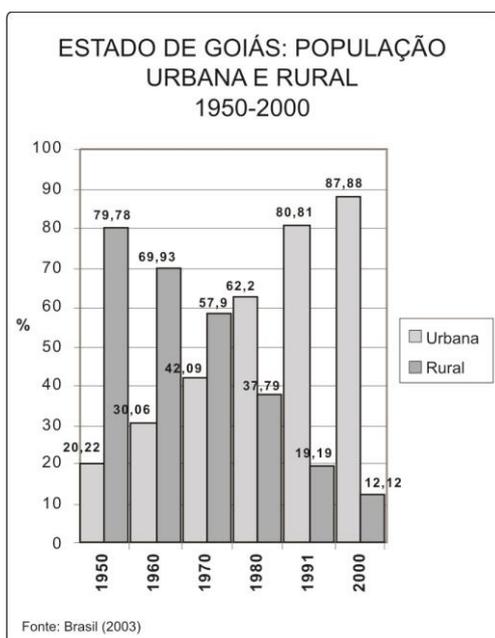
Dessa forma, a análise da mobilidade espacial da população, ou seja, da migração, deve levar em conta que migrar, distanciar-se do seu lugar, é, antes de tudo, estabelecer relações sociais com outros lugares. Não se trata de uma decisão meramente pessoal: a grande migração de nordestinos para construção de Brasília não foi motivada por fatores pessoais ou mesmo pela vontade de participar da “construção da nação” atendendo ao chamado de Juscelino Kubitschek. O êxodo rural também não ocorreu pela atração de consumo exercida pela cidade no imaginário popular ou porque, por algum motivo particular, famílias de pequenos produtores resolveram mudar para a cidade. Muito pelo contrário. Tanto os nordestinos migraram como força de trabalho, objeto de exploração, sem o qual não seria possível edificar a nova capital federal, como aqueles que deixaram o

campo o fizeram pelas condições impostas pelo modelo de modernização associado ao latifúndio. Nesse processo a dimensão da violência não pode ser esquecida. Nunca é demais lembrar que a “cerca do latifúndio”, para utilizar a expressão do poeta Pedro Terra, fez mais vítimas do que a contabilidade conservadora de nossa sociedade conseguiu admitir.

O SIGNIFICADO DA URBANIZAÇÃO GOIANA

A urbanização tem sido definida pela relação entre o número de pessoas que residem em espaços denominados rurais e espaços denominados urbanos.

Campos Belos, na divisa com o Tocantins, tinha em 2000 população total residente de 17.047 pessoas. Desses, 14.207 residiam em áreas urbanas e 2.840 no espaço rural, o que compreende um índice de urbanização de 83,34%. Outro exemplo é Santa Cruz de Goiás, que tinha nesse mesmo ano uma população de 3.470 habitantes, em que 1.043 viviam em áreas urbanas e 2.427 no espaço rural, com um índice de urbanização de 30%. Já Valparaíso de Goiás, com população de 94.856 habitantes, tinha esse mesmo número morando na cidade, ou seja, um índice de 100% de urbanização.



Poderíamos dizer, então, que Santa Cruz de Goiás é menos urbanizada que Campos

Belos e este menos que Valparaíso de Goiás?

No sentido numérico sim. Porém existem outros fatores a serem considerados para a urbanização, como a concentração de pessoas trabalhando em atividades tradicionalmente urbanas (indústria, prestação de serviços e comércio etc.), a presença de equipamentos de consumo coletivo e lazer, além da densidade demográfica da cidade.

Vale dizer que, por causa do processo de aglomeração (conjunto de cidades vivendo em relações muito próximas, como Goiânia, Aparecida de Goiânia, Senador Canedo, Trindade etc.), e da modernização de pequenas e médias cidades, essa definição de urbanização deve ser relativizada. Isso porque existe uma mobilidade cada vez maior entre pessoas que moram nos espaços denominados rurais e urbanos, o que implica maior integração via meios de consumo presentes tanto no meio rural quanto no meio urbano. Basta imaginar, por exemplo, o caso das videolocadoras, das lojas de 1,99 reais, dos restaurantes *self-service*, da evolução das telecomunicações, das revendas de lojas tradicionais de móveis e eletrodomésticos nos centros regionais, do chamado turismo rural nas pequenas comunidades rurais etc., para compreendermos que mesmo as pequenas cidades não estão isoladas.

Durante a década de 1970 a população das cidades começou a superar a população residente no campo. Esse deslocamento do campo para a cidade é conhecido como êxodo rural. Em algumas regiões do Brasil esse movimento se deu um pouco antes, influenciado pela industrialização das grandes cidades e pela expulsão do homem do campo, resultado da concentração de terras nas mãos de poucos grandes proprietários.

Mas o aumento da população urbana não foi resultado apenas do deslocamento de pessoas do campo para as cidades. Dentre outros motivos, também podemos citar:

- A tendência ao crescimento vegetativo maior nas cidades que no campo;
- A migração de outros estados tendo como destino principal as cidades goianas, formando, já a partir da década de 1970, extensas periferias nos entornos tanto de Goiânia quanto de Brasília;
- O fracionamento de municípios a partir da década de 1940, aumentando a proporção de área urbana no estado, em consequência das populações que habitam esse espaço.

Observando os dados dos censos demográficos sobre Goiás de 1970, 1980, 1991 e 2000, constatamos que, de 1970 para 1980, o campo perdeu 242.493 pessoas e a cidade ganhou 1.163.990. De 1980 para 1991, com reflexos do desmembramento do estado do

Tocantins, quando o estado de Goiás perdeu grande parte do seu território, o campo perdeu 687.849 e a cidade ganhou 846.578 pessoas. De 1991 para 2000, o campo perdeu 164.644 e a cidade ganhou 1.148.969 de pessoas, colocando o estado de Goiás no percentual de urbanização de 87,88%, correspondente a 4.396.645 pessoas vivendo em cidades e vilas e 606.583 vivendo em áreas rurais. Também é interessante ressaltar que menos de 0,5% da área total do estado é considerada urbanizada, enquanto mais de 73% têm como destino a atividade agropecuária. Assim, segundo a revista *Economia & Desenvolvimento* (2003c), sua população urbana, que representa mais de 87% do estado, vive em área inferior a 0,5% do total.

Situação do domicílio

Segundo a localização do domicílio, a situação é urbana ou rural, conforme definida por lei municipal em vigor em 1o de agosto de 2000. Em situação urbana consideram-se as áreas urbanizadas ou não, correspondentes às cidades (sedes municipais), às vilas (sedes distritais) ou às áreas urbanas isoladas. A situação rural abrange toda área situada fora desses limites, inclusive os aglomerados rurais de extensão urbana, os povoados e os núcleos. Este critério também é utilizado na classificação da população urbana e rural (Brasil, 2001).

Podemos dizer, da mesma forma que fizemos quando tratamos das regiões goianas, que esse chamado índice de urbanização remete a uma visão generalizada do território goiano, isso porque municípios como Goiânia, Anápolis e Aparecida de Goiânia concentram mais de 38% da população urbana total do estado.

Apenas 11 municípios goianos, dentre os 246, têm população rural maior que urbana, perfazendo um total de 32.960 pessoas (Brasil, 2001) (Tabela 7). São municípios, com exceção de Campos Belos, Orizona e Cocalzinho de Goiás, com população inferior a 10.000 habitantes. No outro extremo encontramos 11 municípios com maior população urbana, concentrando quase 50% da população urbana total do estado, que é de 4.396.645.

Existem diferenças, do ponto de vista dos impostos, como Imposto Territorial Rural (ITR), Imposto Predial Territorial Urbano (IPTU), e serviços, como eletricidade e telefonia rural, para quem mora em áreas denominadas rurais ou urbanas. Geralmente, nas áreas urbanas, há uma obrigatoriedade de extensão de serviços de infra-estrutura urbana, como

eletricidade, água tratada, esgoto, asfalto etc., que não existe nas áreas rurais.

A população rural de Goiânia, em 2000, era de 7.201 habitantes, sendo maior que a população rural de 10 dos 11 municípios com população rural maior que a urbana de Goiás. Os dados indicam o contraste existente nas cidades goianas quanto à discussão da urbanização, colocando a seguinte questão sobre o significado de nossa urbanização:

- Como caracterizar esses espaços denominados rurais em municípios tão diversos como Goiânia, Itumbiara, São Domingos, Chapadão do Céu ou Santa Cruz de Goiás?

Tabela 7 - GOIÁS: MUNICÍPIOS COM MENOR E MAIOR PROPORÇÃO DE POPULAÇÃO URBANA, 2000

Municípios com maior % de população rural				
Município	% Urbanização	População total	População rural	População urbana
Vila Propício	26,1	4.484	3.318	1.171
Santa Cruz de Goiás	30,0	3.470	2.427	1.043
Água Fria de Goiás	35,8	4.469	2.866	1.603
Pilar de Goiás	35,9	3.339	2.139	1.200
Guarani de Goiás	36,5	4.678	2.970	1.708
Cavalcante	39,9	9.150	5.496	3.654
Cocalzinho de Goiás	41,0	14.626	8.626	6.000
Cachoeira Dourada	46,2	8.525	4.585	3.940
Guarinos	46,5	2.844	1.519	1.325
São Domingos	48,6	10.136	5.202	4.934
Orizona	48,8	13.067	6.685	6.382

Municípios com maior % de população urbana				
Município	% Urbanização	População total	População urbana	População rural
Valparaíso de Goiás	100,0	94.856	94.856	–
Águas Lindas de Goiás	99,8	105.746	105.583	163
Aparecida de Goiânia	99,7	336.392	335.547	845
Goiânia	99,3	1.093.007	1.085.306	7.201
Novo Gama	98,1	74.380	73.026	1.354
Anápolis	97,2	298.085	280.164	7.921
Aragarças	97,1	16.592	16.118	474
Palmelo	95,1	2.309	2.200	109
Senador Canedo	94,9	53.105	50.442	2.663
Caldas Novas	94,7	49.660	48.398	2.352
Itumbiara	94,7	81.430	77.123	4.307

Fonte: Brasil (2001).

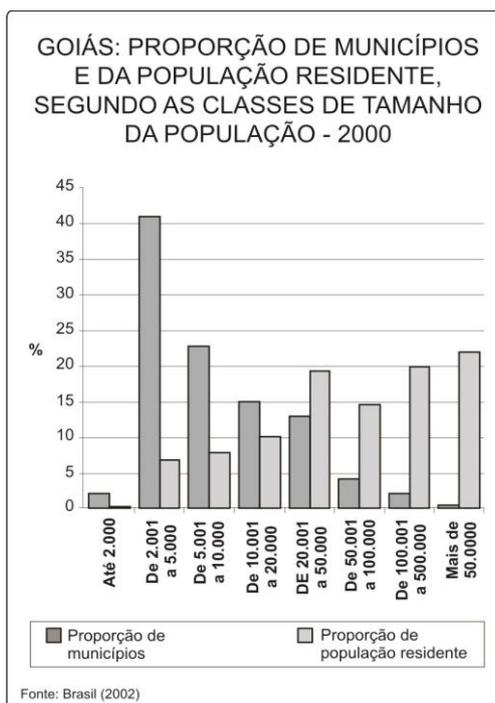
Dos 246 municípios goianos, 65,71% têm população menor ou igual a 10.000 habitantes, concentrando 14,66% da população total de Goiás. São, podemos dizer, 158 pequenos municípios. A maioria deles com população urbana maior que a rural. Anhan-

guera, por exemplo, é o menor município goiano em termos populacionais, com 895 pessoas residentes em 2000. Destes, 840 vivem em espaço denominado urbano. Imaginem isso. Diversos condomínios habitacionais em Goiânia abrigam população maior que toda uma cidade!

O rural e o urbano, assim, não expressam realidades iguais nas diversas regiões e municípios de Goiás. Basta observar as diferenças socioeconômicas e também culturais entre as microrregiões de Goiânia, do Sudoeste Goiano e do Vão do Paranã, para que isso seja comprovado.

Em Goiânia, por exemplo, seria muito difícil falar em uma população vivendo exclusivamente do espaço rural. Mesmo essas 7.204 pessoas que vivem no considerado meio rural têm um nível de consumo urbano, vivendo em pequenas propriedades, em chácaras, por isso desenvolvem uma vida de relações bastante intensas com a cidade; além do que, em muitas dessas propriedades, encontramos atividades relacionadas ao turismo e ao lazer e eventos. É difícil pensar um rural “puro” em Goiânia, como nos tempos de nossos avós. Mesmo que, em determinados lugares (na própria zona urbana), possamos encontrar atividades ligadas ao que convencionalmente chamou-se de rural, como algumas roças e até mesmo a criação de gado nos pequenos currais, esses fatos não nos autorizam a dizer que existe um mundo rural em Goiânia.

Por outro lado, um município pequeno, como Chapadão do Céu, com seus 3.778 habitantes em 2000, é completamente diferente de Guarani de Goiás, na microrregião do Vão do Paranã. O primeiro é um dos municípios com maior destaque na produção agrícola, com população urbana maior que a rural, apesar da predominância da atividade agrícola. A cidade, nesse caso, atende a uma demanda de serviços modernos necessários para o tipo de agricultura altamente mecanizada, e a própria relação do agricultor com a terra é diferente, mais empresarial, ligada diretamente ao mercado nacional e internacional, dependente de pesados investimentos e disposição de crédito agrícola. Isso, muitas vezes, não ocorre com o pequeno produtor, que tem a terra como único bem do qual pode tirar sua subsistência, plantando milho, feijão, mandioca, criando porcos, galinhas, um pouco de gado, o que garante a dinâmica de sua vida rural e também o sustento de sua família.



No outro extremo, próximo à divisa com a Bahia, com população rural 3,2 vezes maior que a de Chapadão do Céu, encontramos Guarani de Goiás. O tipo de relação com a terra nessa região é diferente de Chapadão do Céu. A produção de grãos dessa região não encontra expressão em relação ao estado, refletindo, por um lado, baixo padrão de mecanização e emprego de tecnologia, e, por outro, a caracterização de uma região que não recebeu investimentos públicos por meios de políticas de crédito agrícola, como ocorreu em Rio Verde, Chapadão do Céu, Mineiros, no Sudoeste Goiano.

Assim, a imagem do meio rural mudou bastante nos últimos tempos. É comum que os proprietários de grandes fazendas residam nas cidades e até mesmo os trabalhadores agrícolas. Esses últimos, é claro, muitas vezes abrigando-se nas periferias das cidades, aguardando a época da colheita, para trabalharem nas fazendas como diaristas ou trabalhadores temporários, já que uma das características da modernização agrícola é a baixa demanda por mão-de-obra, em virtude da intensa mecanização.

O certo é que cada cidade desempenha funções diferentes em relação ao seu espaço rural, como é o caso de Itumbiara e Catalão, cidades com serviços especializados, com bons hotéis, locadoras de veículos, lojas de autopeças e assistência técnica. Portanto, falar em rural como um modo de vida rústico em oposição à cidade não parece correto. Percebemos mais complementaridades entre o urbano e o rural que oposições. O nível de consumo urbano, marcado pelo alto padrão de mobilidade, favorecido pela evolução dos

transportes e pela comunicação, via telefonia (rural ou celular) e eletrificação rural, além das atividades turísticas desenvolvidas em muitos municípios pequenos, nos faz pensar que se trata de padrões de consumo cada vez mais disseminados no território goiano e nos espaços tradicionalmente rurais.

Hoje, não há muitas razões para acreditarmos nas oposições de um espaço rural atrasado *versus* cidade moderna, de um mundo rural isolado marcado por atividades primárias e um mundo urbano identificado por atividades secundárias e terciárias com presença de *shoppings centers*, lojas de departamentos, grandes prédios, agências de publicidade, congestionamentos etc. A industrialização do campo em muitas regiões de Goiás é uma realidade ligada aos grandes complexos agroindustriais, articulados ao mercado nacional e internacional, o chamado *agrobusiness*, cujo carro chefe em Goiás é o cultivo da soja. Os benefícios desse modelo de agricultura são bastante festejados pelo governo e pela mídia, especialmente pela ótica do seu peso na balança comercial brasileira, muito dependente dos produtos agrícolas exportados. No entanto, quer pela ótica ambiental (desmatamento dos cerrados, perda da biodiversidade, comprometimento das nascentes de vários rios etc.), quer pela social (pouco investimento em culturas de consumo interno, concentração fundiária, expropriação do pequeno produtor etc.), esse modelo de crescimento reforça nossa opção histórica de crescimento econômico sem desenvolvimento social, seja no campo ou seja na cidade.

O importante nessa discussão é saber que o desenvolvimento social não é, fundamentalmente, uma questão de estar no campo ou na cidade. Existe muita riqueza na cidade e também no campo, o que também pode ser dito quanto à pobreza, já que tanto no campo quanto nas cidades brasileiras existem centenas de milhares de pessoas vivendo em condições precárias, em barracos de lona, casas de taipa, palafitas, favelas, embaixo de viadutos, sujeitas a todo tipo de violência.

Falta justiça social no campo e na cidade, e a violência praticada pelo latifúndio e pelos especuladores imobiliários tem como pano de fundo o modelo de “desenvolvimento” seguido pelo Brasil, com uma urbanização precoce induzida pela retirada do homem do campo, que favorece os grandes empresários e grupos econômicos e o cultivo de culturas para a exportação. A outra face desse processo é o surgimento de movimentos sociais legítimos como o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) e os Sem-Teto, que têm como pauta de ação a luta pelo fim da violência secular a que está submetido o homem brasileiro, no campo e na cidade.

A REDE URBANA GOIANA

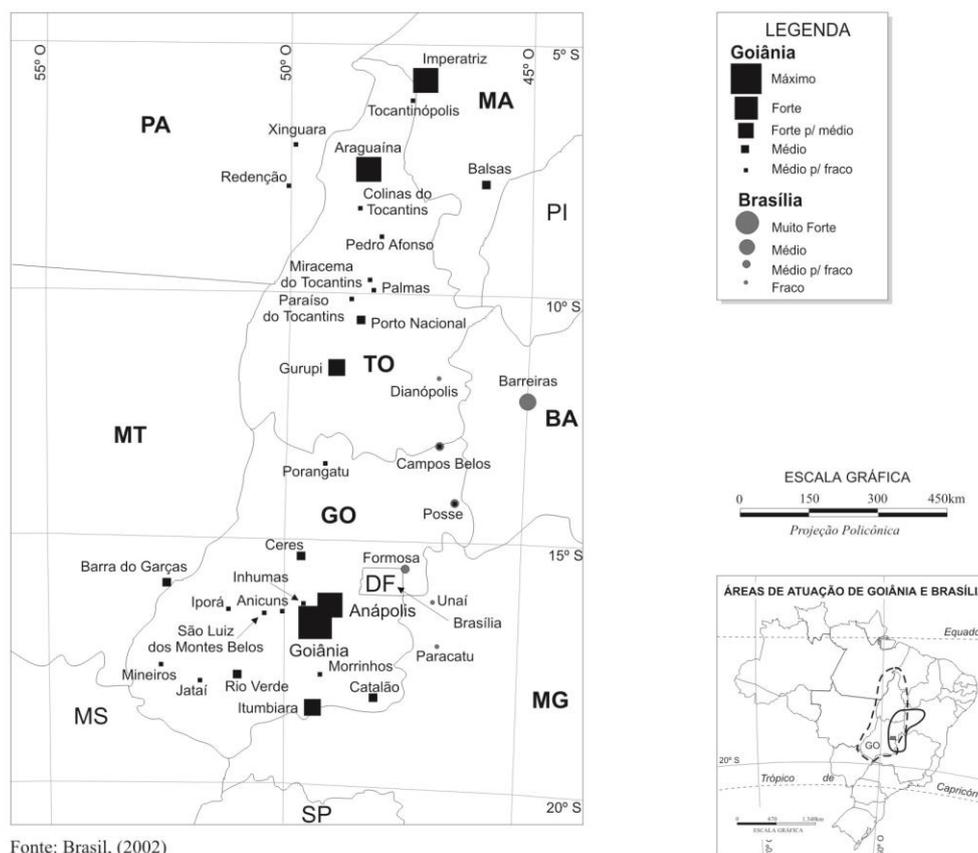
Quando pensamos em um conjunto de cidades exercendo relações entre si, por meio do fluxo de bens, serviços e informações, estamos tratando de uma *rede urbana*. E vale notar que, para a análise da rede urbana, a cidade não deve ser considerada uma unidade isolada no território: como componente de uma rede urbana ela exerce relações de subordinação e complementariedade com outras cidades. Assim, podemos estabelecer uma certa hierarquia entre os centros urbanos de acordo com sua importância socioeconômica. Vejamos alguns exemplos do funcionamento da rede urbana:

- Todo o final de semana realiza-se em Goiânia a tradicional Feira Hippie. Já iniciando a madrugada de cada domingo é possível ver inúmeros ônibus que trazem pessoas de diversas partes de Goiás e do Brasil, especialmente do Pará, Maranhão, Mato Grosso e Tocantins, para adquirir produtos ligados à confecção, já que essa região, englobando Goiânia, Trindade, Anápolis e outras cidades mais distantes como Jaraguá e Goianésia, tornou-se pólo de confecções. A Feira Hippie, bem como a Avenida Bernardo Sayão, no setor Fama, são pontos tradicionais de concentração e comercialização de produtos ligados à confecção em Goiânia.
- O Hospital de Urgências de Goiânia (Hugo), localizado na região Sul da capital, recebe todos os dias, no sistema de urgência, pessoas de diversas cidades do estado, sobretudo da Região Metropolitana de Goiânia. Também outras inúmeras clínicas médicas, situadas nos setores Oeste, Marista, Sul e Aeroporto são procuradas por pessoas vindas também de outras localidades, em busca de atendimento, nas diversas especialidades. Desse modo, Goiânia é um pólo de referência nacional na área médica.
- Diariamente centenas de estudantes deslocam-se para Goiânia, vindos de outras cidades. Alguns vivem aqui, apenas voltando nos finais de semana para suas cidades. No que toca ao estudo, a presença de universidades públicas e particulares, da Escola Técnica Federal de Goiás e dos cursinhos atrai milhares de estudantes para Goiânia. Assim, Goiânia é também um pólo do ensino superior, como o é Anápolis, favorecida pela presença da sede da Universidade Estadual de Goiás (UEG).

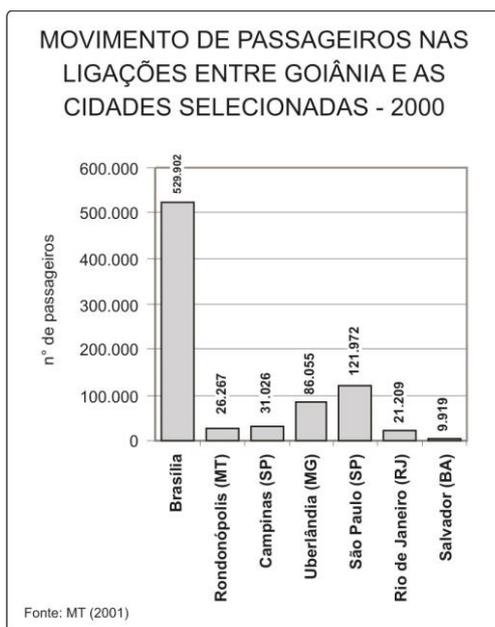
Esses são exemplos da polarização que Goiânia exerce, por oferecer bens e serviços não encontrados em outros lugares do estado e da Região Centro-Oeste. Em escalas diferentes, trata-se de exemplos que poderiam servir para diversas cidades goianas, como Posse, Campos Belos, Porangatu, Catalão, Rio Verde, Anápolis, Minaçu, Itumbiara etc.



NÍVEIS DE CENTRALIDADES DAS CIDADES GOIÂNAS E DE BRASÍLIA E RESPECTIVAS REGIÕES DE INFLUÊNCIA



No mapa de Goiás sobre os níveis de centralidade, organizado a partir da influência que as cidades exercem nos seus respectivos espaços regionais, Goiânia alcança o nível máximo, estendendo sua influência para cidades como Aparecida de Goiânia, Guapó, Jandaia, Hidrolândia, Bela Vista de Goiás, Aragoiânia etc. Anápolis, por sua vez, encontra-se num nível de centralidade forte, ao projetar sua influência para municípios como Abadiânia, Silvânia, Alexânia, Goianópolis etc., e até mesmo mais distantes, como Jaraguá e Minaçu.



Campos Belos, Mineiros, Porangatu, Posse etc. apresentam um nível de centralidade de médio para fraco. Importante colocar que, de maneira geral, esse grau de centralidade reflete o grau de polarização, ou seja, sua importância regional. Em muitos casos, cidades como Goiânia, Brasília, Porangatu, Itumbiara e Catalão projetam uma influência que não se limita apenas ao território goiano.

Cidades como Itumbiara e Catalão mantêm relações constantes com Minas Gerais, por intermédio de Uberlândia; Aragarças com Mato Grosso, via Barra do Garças; e Campos Belos com o sudeste do Tocantins. Quanto às cidades do Entorno de Brasília, pela proximidade com o Distrito Federal, elas têm mais ligações funcionais com Brasília.

A análise da integração dos transportes de passageiros e cargas é uma das formas utilizadas para medir a intensidade da ligação, entre as cidades, e o grau de polarização. Por exemplo, o movimento de passageiros entre Goiânia e Brasília é maior que entre Goiânia e as demais capitais estaduais. Só no ano de 2000, segundo dados do Ministério dos Transportes, o movimento de passageiros por empresas rodoviárias autorizadas entre Goiânia-Brasília-Goiânia ultrapassou o número de 520 mil passageiros, isso sem contar as lotações, a locomoção particular e o transporte aéreo, o que indica o quanto essas cidades estão articuladas. No caso do transporte aéreo, nesse mesmo ano, de Goiânia para Brasília foram transportados 118.543 passageiros e de Brasília para Goiânia, 124.789 passageiros.

É preciso deixar claro que quando falamos em grau de polarização nos referimos ao deslocamento de pessoas para as cidades em busca de bens e serviços, de trabalho, estudo ou lazer, seja diariamente ou em intervalos de tempo maiores, como ocorre entre Goiânia e

Brasília, entre Goiânia e Aparecida de Goiânia ou mesmo Goiânia e Anápolis.

Alguns bens e serviços são encontrados facilmente em cidades pequenas, como ferragens, filmes fotográficos, remédios, alimentos em geral, produtos para agricultura, papelaria, sacaria, videolocadoras, cartórios, salões de beleza, mototáxi etc. Já livrarias, agências de turismo, concessionárias de veículos, laboratórios clínicos especializados, revenda e assistência técnica de computadores, móveis, cursos de pós-graduação, cinemas etc. são encontrados apenas em cidades maiores, ou mesmo centros regionais. Essa, pois, é uma das funções dos centros regionais: por aglomerar um número maior de serviços, eles atendem às necessidades de cidades pequenas, onde a instalação desses equipamentos e serviços é inviável. Basta pensar no custo de instalação de uma grande livraria ou de uma grande loja de departamentos em um município com menos de três mil habitantes para compreendermos a importância dos centros regionais. Cidades como Imperatriz (Maranhão), Montes Claros (Minas Gerais), Mossoró (Ceará), Uberlândia (Minas Gerais), Catalão (Goiás) são exemplos desse tipo de centro.

A função de uma cidade também pode reforçar o seu papel regional. Uma capital de estado, como Goiânia, atrai pessoas por reunir serviços da administração pública e de interesses políticos, já que também é sede do Legislativo e do Executivo estadual. Cidades com função turística, como Caldas Novas e Alto Paraíso de Goiás, exercem uma polarização para esse fim em determinados intervalos de tempo, o que ocorre com cidades com forte função religiosa, como Trindade.

As cidades, em geral, apresentam mais de uma função, por exercerem algum tipo de influência sobre as demais cidades e o espaço rural. Talvez a principal função da cidade seja exatamente a de abrigar pessoas, de facilitar o contato, de estimular a cultura coletiva. As feiras semanais que ocorrem nas pequenas cidades são um bom exemplo, por representarem o momento de troca material e encontro entre os habitantes dos distritos e povoados na sede de município, chamada de cidade.

Tomando como exemplo os 21 maiores municípios de Goiás em termos populacionais em 2000, podemos ilustrar as diferenças no que se refere à concentração de serviços, o que influencia diretamente o grau de polarização que essas cidades exercem (Tabela 8).

De longe Goiânia é o município que mais se destaca no estado. Além de concentrar maior número de pessoas, também apresenta o maior número de hospitais, detém a melhor infra-estrutura médica e ambulatorial, o maior número de agências bancárias, instituições de ensino superior, unidades de comércio e indústria, além de possuir mais de 70% das

salas de cinema em âmbito estadual.

No caso de Anápolis, levando em conta os mesmos dados, observamos que, apesar de possuir número menor de população que Aparecida de Goiânia, ela concentra maior número de estabelecimentos de saúde, de agências bancárias, de escolas de ensino médio, de instituições de ensino superior (públicas e privadas), além de apresentar maior importância no comércio e na indústria. O principal fator de atração de Anápolis é o ensino superior. Segundo dados da Universidade Estadual de Goiás, unidade de Anápolis, mais de 50% dos alunos são de outros municípios, com destaque para Goiânia e Aparecida de Goiânia. Esse fluxo Goiânia-Aparecida de Goiânia → Anápolis não ocorre tanto pela ausência de oferta de vagas no ensino superior em Goiânia, mas pelo fato de a UEG ser uma universidade pública, com uma grande diversidade na oferta de cursos.

Como colocamos, nem sempre o número de habitantes corresponde à importância socioeconômica do município. Vejamos Caldas Novas. Apesar de ocupar o 17º lugar no *ranking* populacional, essa cidade destaca-se na maioria dos indicadores selecionados, especialmente no comércio e no alojamento e alimentação, ocupando o 6º e o 4º lugares, respectivamente. Deve-se essa colocação à sua função turística. Vale dizer, Caldas Novas é o maior pólo turístico de Goiás, atraindo milhares de pessoas e gerando, naturalmente, uma demanda por serviços de comércio, hospedagem, alimentação, transporte, agências de turismo, locação de veículos etc.

Tabela 8 - MUNICÍPIOS DE GOIÁS: ALGUNS INDICADORES DE POLARIZAÇÃO

Municípios	População total (2000)	Estabelecimentos de saúde (2001)	Número de tomógrafos (2001)	Agências bancárias (2003)	Escolas de ensino médio (2001)
Goiânia	1.093.007	470	32	155	160
Aparecida de Goiânia	336.392	32	4	10	39
Anápolis	288.085	94	4	24	41
Luziânia	141.082	28	1	7	17
Rio Verde	116.552	32	2	12	11
Águas Lindas de Goiás	105.746	13	00	2	11
Valparaíso de Goiás	94.856	20	00	4	22
Trindade	81.457	16	00	4	9
Itumbiara	81.430	41	00	9	12
Formosa	78.651	26	00	6	19

Jataí	75.451	30	1	8	7
Novo Gama	74.380	12	00	1	4
Planaltina	73.718	12	00	2	10
Catalão	64.347	33	2	7	10
Senador Canedo	53.105	15	00	1	3
Santo Antonio do Descoberto	51.897	17	00	1	5
Caldas Novas	49.660	22	1	5	6
Goianésia	49.160	33	00	4	4
Inhumas	43.897	13	1	5	9
Cidade Ocidental	40.377	11	00	1	6
Porangatu	39.593	30	00	4	5

Fonte: IBGE (2003b); Brasil (2001); Economia & Desenvolvimento (2003c).

* Valores não informados na pesquisa do IBGE (Brasil, 2003b).

Instituições de ensino superior (2002)	Indústrias de transformação (2001)	Unidades de comércio – reparação de veículos automotores, objetos pessoais e domésticos (2001)	Unidades de alojamento e alimentação (unidades locais) (2001)	Salas de cinema (2003)
15	5.389	21.469	2.368	28
5	692	2.243	139	3
6	914	3.679	233	2
1	168	1.121	72	0
9	251	1.730	78	1
0	*	427	17	0
4	91	711	60	2
1	197	603	24	0
4	206	1.541	111	3
2	119	1.136	62	0
2	163	928	44	1
0	*	330	8	0
0	47	490	35	0
2	210	1.252	111	1
0	60	351	22	0
0	*	272	12	0
2	134	1.275	170	1
0	145	770	32	0

0	127	505	29	0
1	34	389	47	0
1	94	553	35	0

Comparando-se, no conjunto, os indicadores dos municípios, Águas Lindas de Goiás fica muito atrás, em que se sobressai o setor de comércio. É bom lembrar que os dados oficiais, especialmente em relação a este setor, não incorporam o chamado setor informal, composto por vendedores ambulantes, lojas de fundo de quintal, confecções sem registro e revendedores, diaristas, entre tantas outras formas de trabalho que a população encontra para superar as dificuldades econômicas.

Os números indicam graus diferentes de desenvolvimento socioeconômico, que nem sempre tem relação com o número de habitantes, mesmo porque municípios como Jataí, Catalão, Goianésia, Caldas Novas, Morrinhos, Mineiros, Pires do Rio etc., apesar de não estarem entre os 10 mais populosos, têm importância econômica significativa para o estado e suas regiões.

Muitas vezes, como é o caso de Goiânia, a concentração de serviços atende à demanda dos municípios vizinhos, como Senador Canedo, Aragoiânia, Inhumas, Aparecida de Goiânia, Trindade, Nerópolis etc. Isso ocorre, em menor grau, em cidades como Jataí, Rio Verde, Itumbiara, Catalão e Porangatu, em suas diferentes regiões. Vejamos os três exemplos seguintes.

Segundo dados do IBGE (Brasil, 2003b), havia no estado de Goiás, em 2002, 54 tomógrafos, sendo que 32 estavam em Goiânia e 22 em outros 12 municípios. Isso significa que 233 municípios de Goiás não possuíam esse tipo de aparelho para exame médico. Os demais tomógrafos (22) estavam concentrados no sul do estado. Dessa forma, é natural imaginarmos que concorrem para essas cidades pessoas de outros municípios de Goiás e até mesmo de outros estados, procurando serviços especializados e exames na área médica.

Goiânia, capital brasileira da medicina

A cidade é centro de excelência em oftamologia, ortopedia, dermatologia, cardiologia, ginecologia e nefrologia, entre outras áreas, atraindo pacientes de várias partes do país e do exterior. Claro que o desenvolvimento de cada uma não se deu de forma igual e simultânea e

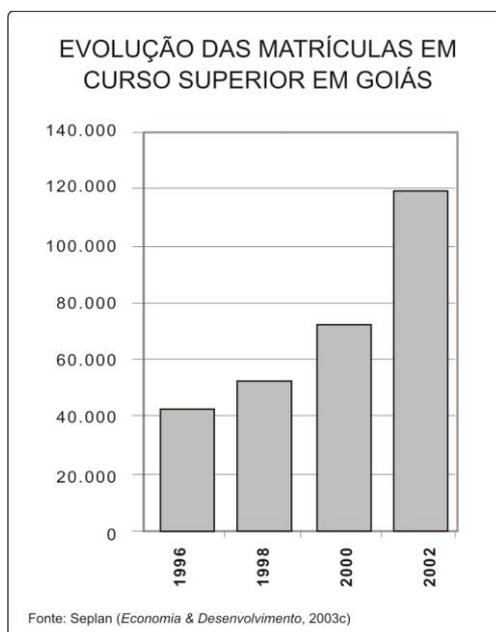
nem foram contempladas da mesma forma em todas as unidades de saúde, mas, no contexto geral, Goiânia oferece tratamentos de qualidade, diversificados e distribuídos tanto em centros particulares quanto em públicos (Revista Medicina em Goiás, set. 2003).

Na primeira semana de dezembro de 2003, quando ocorreu um problema técnico com o aparelho de tomografia do Hospital de Urgências de Goiânia, parte da população, por poucos dias, ficou impedida de se submeter a exames nesse hospital público, que é referência no estado. Duas dessas pessoas, em telejornal local, reclamaram dessa situação. Uma era de Bom Jesus de Goiás, município de pouco mais de 15.000 habitantes, distante cerca de 230 km de Goiânia, e a outra de Tucuruí, no Pará, distante mais de dois mil quilômetros de Goiânia e menos de trezentos quilômetros de Belém, capital do Pará, com população superior a um milhão, duzentos e cinquenta mil habitantes. O que fez essa pessoa, e tantas outras, já que esse deslocamento para Goiânia é comum, se dirigir para cá em busca de assistência médica foi, além das condições de acesso favoráveis, a disposição de um sistema de saúde pública e privada de referência no Centro-Norte do Brasil.

A presença de universidades é outro fator que causa impacto na rede urbana goiana. A consolidação da UEG, em mais de 30 municípios goianos, mudou o mapa do ensino superior em Goiás. É certo que o maior número de instituições de ensino superior públicas e privadas ainda se encontra concentrado em cidades como Goiânia e Anápolis. Depois, no sul do estado, vêm cidades como Catalão, Jataí e Rio Verde. Podemos dizer que muitas regiões do estado foram beneficiadas com a presença da UEG, que, ao responder pelas demandas locais e regionais, causou impacto nas economias de cidades como Sanclerlândia (7.530 habitantes), Itapuranga (26.740 habitantes), Pires do Rio (26.229 habitantes), Campos Belos (17.047 habitantes) Minaçu (33.608 habitantes), Posse (25.696 habitantes), Goiás (27.120 habitantes), Quirinópolis (36.512 habitantes) etc.

O último exemplo é o fato de Goiânia concentrar a maioria das salas de cinema de Goiás, especialmente nos *shoppings centers*, já que algumas das suas tradicionais salas no centro da cidade foram fechadas, como em tantas outras capitais do país, transformadas em igrejas ou lojas de departamento. Há salas de cinema nos *shoppings* Bougainville, Flamboyant, Araguaia, Buriti e Goiânia, perfazendo um total de 28 salas, sem contar as casas de teatro (Centro de Convenções, Teatro Goiânia, Martin Cererê etc.) e as demais casas de espetáculos. No centro restam quatro salas de cinema, excluindo-se os chamados cines

privês, com a exibição de filmes e espetáculos eróticos. Outras cidades que possuem cinema são Anápolis, Caldas Novas, Catalão, Ceres, Goiatuba, Itumbiara, Jataí, Rio Verde e Valparaíso de Goiás.



Certamente a necessidade de deslocamento para o lazer é menor que para assuntos de saúde. Não dá para pensar que alguém saia com frequência de Minaçu, distante mais de 350 km de Goiânia, para assistir a um filme nos cinemas de Goiânia. No entanto, esse exemplo ilustra que a disposição de determinados serviços ligados ao lazer tem como suporte uma demanda urbana cuja aglomeração de pessoas determina sua localização, uma vez que as salas de cinema de Goiânia também atendem à demanda das cidades da Região Metropolitana de Goiânia, que não dispõem dessa opção de lazer.

No estudo da rede urbana é importante sempre ter em mente que as cidades desempenham papéis regionais diferentes, variando de acordo com seu perfil socioeconômico e sua importância política. É o caso de São Paulo, maior cidade brasileira, cuja influência se estende para todo o país, além, é claro, da escala internacional e da presença no Mercosul, por meio de trocas de bens e serviços.

Esse sistema de inter-relação–dependência–polarização entre as cidades é o que chamamos de rede urbana. De uma forma ou de outra estamos todos inseridos nessa rede. Basta pensar que existem pessoas que moram em Goiânia e trabalham em Brasília, ou que moram em Catalão e trabalham em Uberlândia, MG. Que saem de Catalão ou mesmo Porangatu para tratamento médico ou fazer compras nas confecções de Goiânia.

Compreender a rede urbana é entender que nós nos movemos no território. Que todos estamos numa rede de trocas e interações para os mais diferentes fins. Que nessa rede a cidade não é apenas um ponto isolado. Ao contrário, toda cidade encontra-se inserida num sistema aberto de trocas e relações complementares com outras cidades, sejam próximas como Brasília ou mais distantes como São Paulo. Basta olhar em volta para perceber isso. São mercadorias produzidas em lugares diferentes, migrantes que vieram de outros lugares, notícias que nos chegam de outras cidades do mundo que, de uma maneira ou de outra, têm reflexo em nossas vidas.

4. Goiânia e sua região

Goiânia é o município mais populoso da Região Centro-Oeste do Brasil, com mais de um milhão e cem mil pessoas. Seu destaque no cenário goiano pode ser resumido nos seguintes números, segundo a revista *Economia e Desenvolvimento* (2003): 28,95% do PIB de Goiás, em 2000, provinha de Goiânia; 22,8% dos eleitores de todo o estado em 2003 tinham Goiânia como domicílio eleitoral; 38,3% dos estabelecimentos industriais e 34,1% dos estabelecimentos de comércio, em 2002, encontravam-se em Goiânia. O peso de Goiânia fica mais evidente quando consideramos sua Região Metropolitana, formada por onze municípios, com uma população superior a 32% da população de Goiás, em menos de 2% da área total do estado.

Falamos em Região Metropolitana, porque fica cada vez mais difícil compreender Goiânia de forma isolada, uma vez que, como vimos no capítulo anterior, a capital de Goiás exerce papel de destaque no cenário regional. Milhares de pessoas dos municípios da Região Metropolitana de Goiânia, todos os dias, deslocam-se para Goiânia, seja para o trabalho, seja para fazer compras ou mesmo em busca de serviços públicos na área de saúde e educação. Essa situação, que resulta numa série de dificuldades para a administração de Goiânia, começou a se delinear ainda na década de 1960, quando a cidade experimentou um elevado crescimento populacional, que se agravou a partir da década de 1980, quando se consolida como pólo de atração para o interior do estado de Goiás e também de outras partes do Brasil.

O que teria acontecido para que uma cidade como Goiânia, criada há apenas 70 anos no interior do país, tenha alcançado tamanho grau de complexidade? Quais os impactos desse crescimento para a organização do espaço urbano de Goiânia e dos municípios vizinhos? Podemos encontrar essas respostas no processo de construção e expansão urbana, no papel dos sucessivos governos e dos agentes imobiliários, bem como nos diversos grupos sociais que habitam essas cidades. Mas como tudo isso começou? Vejamos um pouco de história.

A MUDANÇA DA CAPITAL

Fundada em 1727, por Bartolomeu Bueno da Silva, o Arraial de Sant'Anna,

posteriormente Vila Boa (atualmente município de Goiás), foi capital do estado até 1933. A antiga Goiás, ou Goiás Velho, como é conhecida carinhosamente pelo povo goiano, surgiu da garimpagem do ouro, da ambição dos bandeirantes, patrocinados pelo então império colonial português. Até hoje sua arquitetura, tombada pelo Patrimônio Cultural da Humanidade, guarda os traços dessa atividade, o que nos leva a lembrar dos seus dias de glória. As ruas tortuosas, os casarões, a Casa de Câmara e Cadeia, o Palácio Conde dos Arcos, as igrejas, o Rio Vermelho, com seu tímido e cansativo curso, ainda nos fazem respirar um certo ar colonial. Esse, aliás, é o charme da cidade, que ainda tem o privilégio de se encontrar sitiada pela exuberante Serra Dourada.

Mas por que mudar a capital do estado de Goiás para outro lugar?

Bom, as justificativas para a mudança da capital podem ser encontradas na história política e econômica de Goiás. Aliás, há um farto material produzido pelos historiadores sobre essa temática. Nos tempos da mineração, da corrida do ouro, especialmente em Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso, para utilizar a expressão do historiador Luis Palacín, “bastava água e ouro” para que se criasse um arraial, motivo pelo qual os primeiros arraiais e vilas de Goiás estiveram associados à garimpagem do ouro. Dessa forma, os núcleos urbanos foram surgindo na trilha do ouro, ao longo do século XVIII. Dentre os mais conhecidos estão Vila Boa (atual Goiás), nascida como Arraial de Sant’Anna, Meia Ponte (atual Pirenópolis), Santa Luzia (Luziânia), Corumbá de Goiás e Santa Cruz de Goiás. Muitos outros municípios, especialmente no nordeste e norte goiano, também nasceram sob o signo do ouro, dentre os quais podemos citar Flores de Goiás, São Domingos, Crixás, Corumbá, Damianópolis etc.

A garimpagem do ouro, como atividade predatória sob controle da metrópole portuguesa, não durou muito tempo. Também pudera. De um território habitado predominantemente por nações indígenas, resistindo, como podiam, ao colonizador, o território goiano passa a abrigar levas de aventureiros em busca do vil metal, o que acarretou, certamente, uma pressão nos garimpos, que já não se tornavam tão rentáveis como antes. Até porque a vida nos arraiais era cara, tanto pelo peso da atividade no sustento dos escravos, dos impostos quanto do próprio suprimento de bens de consumo, muitos dos quais importados.

Goiás entra na história como as Minas dos Goyazes. Dentro da divisão do trabalho no

império português, este é o título de existência e de identidade de Goiás durante quase um século.

Os primeiros anos são de uma atividade febril. Pouco depois de seu retorno, Bueno funda solenemente o primeiro arraial, o arraial de Sant'Anna. Entre morros, numa quebrada no sopé da Serra Dourada, muito próximo das nascentes do Rio Vermelho, a nova povoação – que deveria converter-se doze anos depois em vila e tornar-se Capital –, geograficamente se encontra deslocada, com centro de operações no território goiano, e climaticamente expostas aos rigores de uma insolação concentrada, sem ventilações. Mas a urgência do momento não admite dilações. Há ouro e água, isto basta. Este será o critério com que irão surgindo os demais arraiais (Palacín, 1976, p. 33).

Após o auge da atividade aurífera assiste-se no território goiano a uma espécie de ruralização da sociedade, com predomínio da criação do gado e da agricultura de subsistência. Na verdade, apesar das orientações contrárias da metrópole portuguesa, essas atividades sempre conviveram com o garimpo. Difícil imaginar que num território das dimensões da Província de Goiás, com toda dificuldade de comunicação, fosse possível controlar a vida das pessoas. Assim, a Província de Goiás foi vivendo, ao passo do boi e do cultivo da roça nas inúmeras fazendas goianas, estabelecendo certas ligações comerciais com a Bahia e com Minas Gerais.

Já no final do século XIX, as mudanças no eixo econômico, conjugadas com mudanças políticas no cenário nacional, colocaram em questão o debate sobre a transferência da capital, já que a cidade de Goiás não correspondia mais ao dinamismo econômico do estado, especialmente quando considerada em relação às zonas de povoamento do sul de Goiás.

Após a chamada Revolução de 1930, que significou uma nova fase na vida política, social e administrativa do Brasil e de Goiás, a idéia de transferir a capital (que já havia surgido em outros momentos desde o século XVIII) ressurgiu com Pedro Ludovico Teixeira, nomeado interventor do estado pelo presidente Getúlio Vargas. O interventor resgatou questões de ordem climática, geográfica, de saneamento e de comunicações, levantadas desde o século XVIII, para justificar a necessidade da mudança da capital. Em resumo, o que condenava a cidade de Goiás era tanto o sítio (além de irregular apresentava um déficit no sistema de drenagem para abastecimento) quanto a sua posição (distante das zonas dinâmicas do estado). Entretanto, alguns anos após a construção da nova capital, o

próprio interventor, Pedro Ludovico Teixeira, admitiu que foram motivos de ordem política que interferiram na mudança da capital.

A transferência da capital, além de uma estratégia política, representou o momento da entrada de Goiás no contexto da Marcha para Oeste, fato reforçado pelas referências do presidente Getúlio Vargas sobre a importância do povoamento do interior do país. Por outro lado, a nova capital projetou-se na região do Mato Grosso Goiano como um território livre dos conflitos, um espaço “neutro” para a afirmação do projeto político de um grupo mais ligado ao sul do estado.

Dando seguimento ao objetivo de transferir a capital do estado para outro lugar (independente do desagrado de políticos ou da população da cidade de Goiás), Pedro Ludovico Teixeira, por meio do Decreto nº 2.737, de 20 de dezembro de 1932, nomeou uma comissão para proceder aos estudos necessários à escolha de um local para se edificar a futura capital. Os locais escolhidos pela comissão foram: Pires do Rio, Bonfim (atual Silvânia), Ubatam (atual Orizona) e Campinas. O processo de escolha do sítio e edificação da cidade fundamentou-se, conforme o relatório, em dois fatores: 1) o *sítio urbano* regular e dotado de uma boa drenagem, próprio para a edificação de uma capital planejada; 2) a *posição* centralizada em relação à zona de desenvolvimento do estado e da região da estrada de ferro.

Dos sítios apresentados, o de Campinas (hoje bairro de Goiânia) foi o escolhido. Na justificativa de Armando Augusto de Godoy, responsável pelo relatório sobre o sítio urbano, constava: “Campinas era admiravelmente dotada pela natureza, podendo servir de sede para uma grande aglomeração urbana, com algumas centenas de milhares de habitantes”. O referido relatório sobre a conveniência da mudança da capital atribui o atraso do estado ao fato de não ter surgido como centro urbano moderno, planejado, que impulsionasse o progresso. Assim o fez Atílio Corrêa Lima: uma cidade zoneada (centro administrativo, centro comercial, zona industrial, zona residencial – urbana e suburbana – e zona rural) com um plano urbanístico radial-concêntrico, primando pela monumentalidade e eficiência na circulação, com as principais avenidas (Araguaia, Tocantins e Goiás) convergindo para a Praça Cívica, centro administrativo propriamente dito.

Efetivada a mudança da capital, podemos dizer que Goiânia respondeu a muitas exigências: das elites regionais, especialmente aquelas ligadas ao sudoeste e sul do estado. Serviria também como um ponto a mais do território, representando a política de povoamento do interior, denominada Marcha para Oeste, além do que, a partir de então, dina-

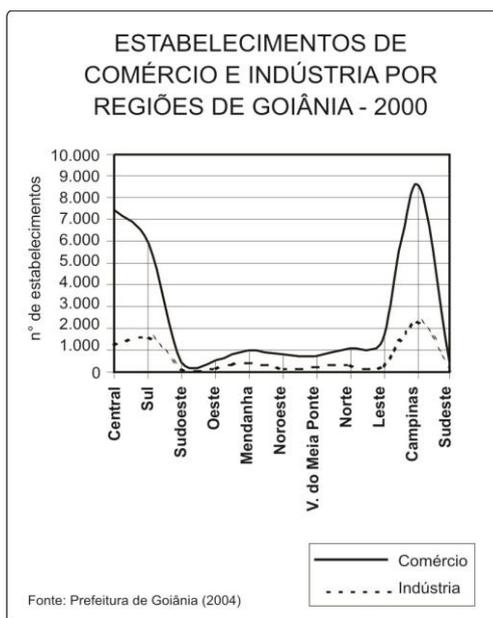
mizou a ocupação de toda a região do chamado Mato Grosso Goiano, reforçando as ligações com o norte do estado, com Anápolis e também com o Sudeste, especialmente com a chegada dos trilhos na década de 1950.

A transformação de Goiânia nessa metrópole que conhecemos é resultado de fenômenos de ordens diversas, como a modernização da agricultura em algumas regiões do estado, o êxodo rural, o amadurecimento de um amplo pacote de investimentos em infra-estrutura rodoviária e energética, para atender à demanda urbana não só da capital do estado, mas também de Brasília, a partir da década de 1960.

A CAPITAL CONSOLIDADA

Goiânia foi pensada e, inicialmente, construída segundo os princípios da arquitetura moderna, idealizada para ser uma cidade funcional e próspera, com função administrativa. Entretanto, as práticas sociais instauradas ao longo das mais de seis décadas de sua inauguração contrariaram as previsões iniciais. Goiânia transformou-se em uma metrópole e como tal apresenta problemas relacionados ao transporte coletivo, ao déficit de moradia, ao desemprego, à poluição dos recursos hídricos, além da violência urbana, como as demais metrópoles brasileiras. Nada comparável a São Paulo, Rio de Janeiro ou mesmo Salvador, mas os inúmeros problemas já são mais que suficientes para nos manter alertas sobre seu futuro.

De fato, se pensarmos bem, pouco do que foi planejado originalmente em termos de zoneamento, para uma população de 50 mil habitantes, permanece. A zona industrial (setor Norte), abrangendo parte do que conhecemos hoje da Avenida Independência, nas imediações da antiga estação ferroviária, foi praticamente incorporada ao centro da cidade, abrigando equipamentos como a Rodoviária de Goiânia e a Praça do Trabalhador. O setor Sul, destinado ao uso residencial, com amplos espaços verdes, observou ao longo dos anos um crescimento expressivo no comércio e hoje convive com problemas relacionados ao intenso tráfego de veículos, o que ocorre também em outras partes da cidade, já que Goiânia ampliou sua área urbanizada, hoje muito distante dos limites estabelecidos no planejamento inicial.

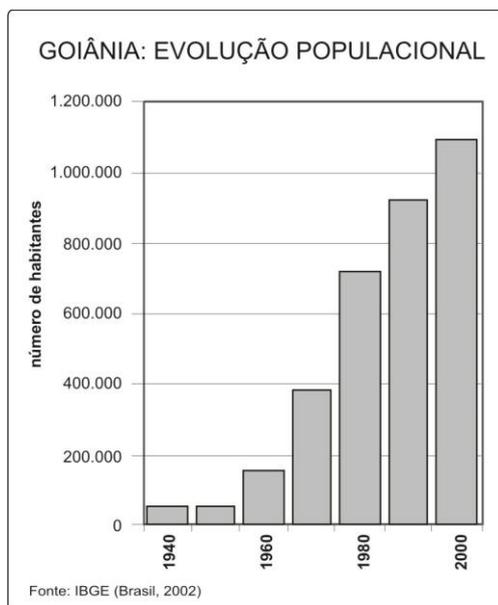


Durante esses mais de sessenta anos, foram sendo construídas outras centralidades, em Goiânia, além daquelas previstas no plano original, onde a zona comercial correspondia ao centro dinâmico da cidade, para onde também convergem as avenidas Araguaia, Tocantins e Goiás. Apesar de o centro original não ter perdido sua importância, com a expansão horizontal da cidade foram surgindo outros lugares que complementam ou até rivalizam com ele: a Avenida Bernardo Sayão (no Setor Fama) e a Avenida 85 (no Setor Marista) no ramo das confecções; a Avenida 24 de Outubro, em Campinas, no comércio de bens duráveis, especialmente eletrodomésticos e móveis; a Avenida Anhanguera, nos seus mais de 13 km, onde se pode encontrar desde ferro-velho, revendas de automóveis, supermercados, restaurantes, bancos, lojas de eletrodomésticos, casas de iscas para pesca etc.; o Setor Oeste e suas galerias; o Setor Aeroporto, com as clínicas, hospitais e laboratórios médicos; sem falar nos *shoppings*, que apresentam opções variadas, e os grandes varejistas, a exemplo dos hipermercados, localizados estrategicamente em pontos distintos da cidade, como no Jardim Goiás, sul da cidade, no Urias Magalhães, norte da cidade, e na Vila Bela, região sudoeste. Também é bom lembrar das feiras livres e do papel do comércio de bairros, como no Jardim Nova Esperança, no Conjunto Vera Cruz, no Conjunto Riviera, entre tantos outros bairros, que atendem a uma demanda local, oferecendo os mais diferentes bens de consumo.

Em relação ao comércio, segundo dados da Prefeitura de Goiânia (2004), o Setor Campinas ultrapassou o Setor Central, rivalizando com este também no setor industrial. No entanto, o Setor Central ainda concentra o maior número de unidades ligadas aos serviços,

fato favorecido pela presença de empresas ligadas ao ramo das telecomunicações e transportes, além das agências bancárias e dos tantos órgãos públicos nas esferas municipal, estadual e federal.

Essas muitas centralidades que foram sendo construídas ao longo das décadas têm relação com as possibilidades de deslocamento da população. Na medida em que a cidade foi expandindo para além do centro original, lugar tradicionalmente melhor dotado de infra-estrutura e serviços, a população dessas áreas foi encontrando alternativas para suprir suas necessidades diárias nos próprios bairros. Imagine, por exemplo, se uma pessoa que mora na Vila Finsocial tivesse de se deslocar para o Setor Central toda vez que precisasse pagar a conta de água ou mesmo adquirir alimentos para o seu consumo diário. Daí as inúmeras centralidades responderem, por um lado, pela demanda por comércio local, e por outro pelos serviços que podem ir de um posto de saúde até uma casa lotérica. Quando pensamos que o Parque Atheneu, com população estimada em mais de 17.000 pessoas, não possui nenhuma agência bancária, podemos imaginar as dificuldades das pessoas que residem nesse bairro. Pior ainda é a região Noroeste de Goiânia, que, mesmo abrigando uma população superior a 110.000 habitantes, não possuía em 2003, segundo dados da Prefeitura de Goiânia, nenhuma agência bancária. Não sobra outra alternativa para as pessoas, senão aquela de deslocar-se para os lugares dotados desses equipamentos.



O crescimento demográfico entre as décadas de 1940 e 2000 reforça a importância dessas centralidades. Goiânia passou de uma população de 49.166 em 1940 para 151.013

em 1960, saltando para 1.093.007 em 2000, estando hoje, segundo projeções estatísticas, com mais de 1.150.000 habitantes.

Esse intenso processo de crescimento demográfico foi acompanhado da modernização das estruturas produtivas e dos meios de consumo no estado de Goiás, que se concentraram, especialmente, em Goiânia. É inegável que Goiânia foi favorecida pelo peso político próprio de uma capital de estado, fator que canalizou recursos desde a sua origem. Em capítulos anteriores pudemos perceber a importância de Goiânia no cenário regional, fato que nos leva a dedicar maior atenção ao modo como as pessoas ocupam diferencialmente seu espaço.

Da mesma forma que a modernização das regiões do estado de Goiás foi seletiva, também se pode dizer de Goiânia, especialmente quando analisamos como se organiza o seu espaço intra-urbano a partir da moradia e da renda. Com isso queremos demonstrar que esse conjunto de mais de um milhão de pessoas não ocupa a cidade de forma igual, nem mesmo tem o mesmo grau de acesso aos bens produzidos e aos serviços oferecidos pelo estado.

Por isso dissemos que o espaço urbano é seletivo e segregado, o que quer dizer que, muito embora todos tenham em tese o direito ao transporte coletivo digno e de qualidade, à moradia, ao trabalho, ao lazer, à educação, ao saneamento básico etc., nem sempre isso ocorre, porque os equipamentos de consumo coletivo e os serviços (públicos ou mesmo privados) estão dispostos em áreas diferenciadas na cidade. O poder público colabora e muito para essa situação, na medida em que suas ações são seletivas, priorizando determinadas áreas e não outras. Isso fica evidente, por exemplo, quando observamos a rapidez com que o governo municipal responde às constantes depredações no Parque Vaca Brava, localizado no Setor Bueno, numa das áreas mais valorizadas da cidade. Outros parques, mais afastados, como o Parque Carmo Bernardes, no Parque Atheneu, ou mesmo as reservas no Jardim Curitiba, não recebem a mesma atenção dos agentes públicos, mesmo sofrendo o mesmo tipo de depredação. Basta visitá-los para notar as diferenças.

A renda das pessoas também implica uma apropriação diferente do território da cidade, algumas ocupando condomínios fechados e outros bairros pobres sem infra-estrutura. Esse fenômeno é praticamente universal, ocorrendo de modo semelhante em vários lugares do mundo. Não podemos negar que a cidade tem um preço. É fragmentada em parcelas, loteada, vendida aos pedaços. Muitos desses pedaços são dotados de completa infra-estrutura (asfalto, água tratada, iluminação pública, transporte, áreas verdes, sistema de

coleta de lixo, escolas, creches etc.), outros não. Disso resultam diferentes preços da terra urbana.

Outro fator que pode influenciar no valor da terra urbana tem relação com a complexidade de nossas vidas, do nosso cotidiano que é preenchido por diversos lugares. Uma pessoa pode morar no Jardim Novo Mundo, trabalhar no Conjunto Itatiaia e estudar no Setor Universitário, passando boa parte do seu dia se deslocando de um lugar para outro. Outra pode morar e estudar no Setor Pedro Ludovico, mas trabalhar em Campinas. Esses múltiplos usos que fazemos dos diversos lugares implica uma relação de proximidade ou distância dos locais de trabalho, estudos ou mesmo lazer, valorizando ou não o bairro onde moramos.

Essas questões refletem diretamente no preço do solo urbano. Um exercício simples pode ilustrar essa discussão. Ao abrir a parte destinada aos classificados de um dos jornais de maior circulação em Goiânia percebemos que um bom espaço deste é dedicado às transações imobiliárias como compra, venda e aluguel de imóveis. Na edição de *O Popular* de 11 de maio de 2004 a parte destinada aos imóveis cobre oito páginas, negócios quatro, publicidade legal uma, empregos também uma e veículos cinco.

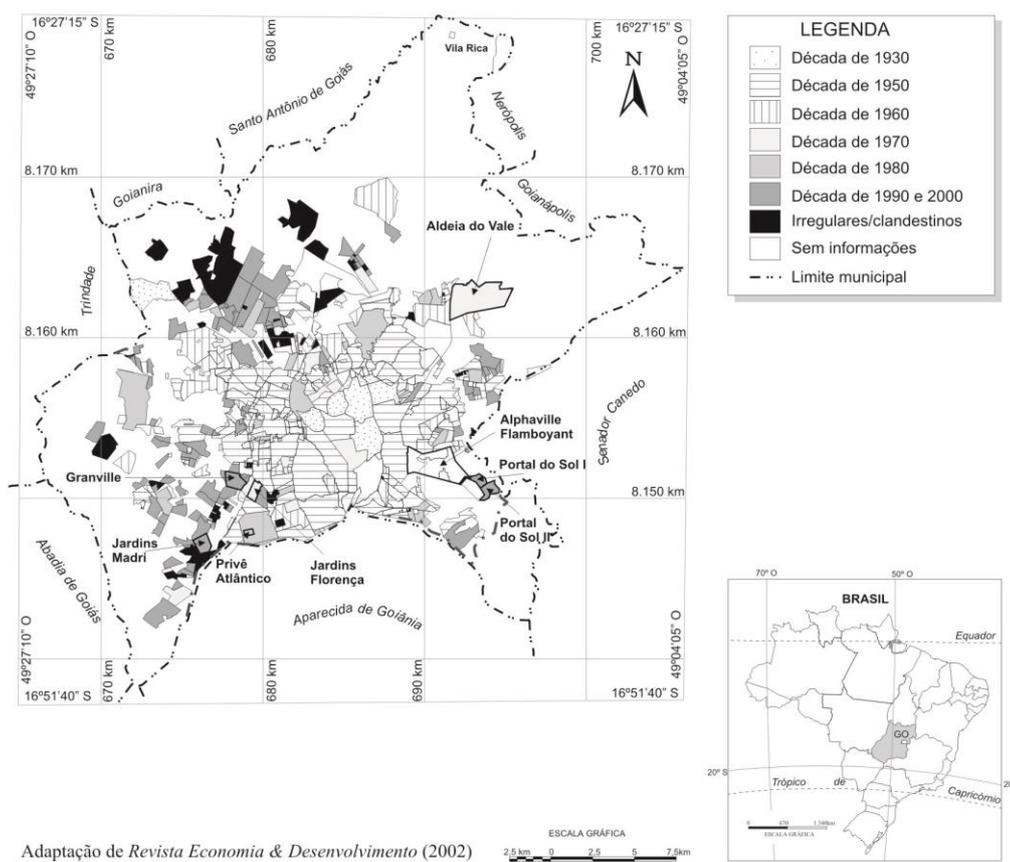
Nesse mesmo jornal podemos ter uma idéia da variação do preço do solo, comparando, por exemplo, o preço de lotes com áreas idênticas em diversos bairros de Goiânia. No Residencial Recanto do Bosque, no “prolongamento” da Avenida Goiás Norte, na região Noroeste, encontramos lotes de 300 m² negociados na faixa de nove mil reais, dependendo da localização no interior do bairro. Já no Setor Jaó um lote com essas mesmas dimensões não sai por menos de 35.000 reais, o que também ocorre no Jardim Mariliza, na região Sul, ao lado do Campus II da Universidade Católica de Goiás.

O mesmo raciocínio vale para os apartamentos, variando muito de lugar para lugar. Um apartamento usado em boas condições, com área média de 100 m², no Setor Aeroporto não sai por menos de 110.000 reais, preço superior aos apartamentos maiores em determinadas ruas do Setor Central, mas bastante inferior aos lançamentos recentes no Jardim Goiás, área valorizada nos últimos anos e que vem passando por um intenso processo de verticalização. Esse raciocínio também se aplica para o aluguel. Assim, paga-se tanto pelas condições gerais da moradia quanto pela sua localização, ou seja, se próxima de áreas de comércio, do trabalho, de equipamentos públicos, se dispõe ou não de infraestrutura etc.

No caso do uso do solo não podemos deixar de nos referir ao papel do Estado como

agente regulador e fiscalizador, especialmente no que se refere aos loteamentos irregulares e utilização de áreas públicas. Segundo dados da Prefeitura de Goiânia (2004), existem aproximadamente 500 bairros em Goiânia, muitos estão em situação irregular, até mesmo na clandestinidade, alguns encravados nos limites da Zona de Expansão Urbana e em áreas de vegetação nativa, consideradas áreas de preservação ambiental.

LOTEAMENTOS APROVADOS (1933-2000) Município de Goiânia



Uma dessas ocupações mereceu destaque na edição de *O Popular* de 13 de maio de 2004. A matéria, intitulada “Sem Teto Consolidam Invasão”, poderia destacar, à primeira vista, que a questão da moradia, do preço da terra urbana, ainda é bastante seletiva, e que a forma encontrada historicamente pelas camadas mais pobres é a posse, seguida da luta pela regularização. Só para lembrar, muitas áreas localizadas em bairros valorizados de Goiânia foram ocupadas por meio de posse, como no Setor Universitário, no Setor Jaó ou mesmo no Setor Bueno. Portanto, a posse, na história de Goiânia, não tem sido uma estratégia

apenas dos pobres.

Ocorre que a visibilidade dos ricos nessa matéria é menor. Tem sido mais comum nas inúmeras cidades brasileiras reprimir a população de baixa renda, taxando-a de invasora, e não aqueles que dispõem de recursos e artifícios legais para permanecer em áreas públicas. Não por acaso um equipamento de grande impacto como um *shopping* pode ser edificado aos olhos do governo municipal em fundos de vale, contrariando normas ambientais. Isso mostra que lutar contra um *shopping* ou mesmo igrejas que invadiram áreas públicas é muito mais difícil do que lutar contra pobres e desempregados que, por um motivo ou outro, ocuparam terrenos baldios na cidade.

O espaço de uma grande cidade capitalista constitui-se, em um primeiro momento de sua apreensão, no conjunto de diferentes usos da terra justapostas entre si. Tais usos definem áreas, como o centro da cidade, local de concentração de atividades comerciais, de serviços e de gestão, áreas industriais, áreas residenciais distintas em termos de forma e conteúdo social, de lazer e, entre outras, aquelas reservadas para sua futura expansão. Este complexo conjunto de usos da terra é, em realidade, a organização espacial da cidade ou, simplesmente, o espaço urbano, que aparece assim como espaço fragmentado (Corrêa, 1989, p. 7).

Segundo dados da Prefeitura de Goiânia (2004), em 2003, havia mais de 119.000 lotes vagos em toda Goiânia. Ao longo dos anos, enquanto Goiânia se expandia para a periferia, muitos bairros com completa infra-estrutura urbana foram acumulando uma grande quantidade de lotes vagos. Podemos dizer que muitas dessas áreas, nas mãos de proprietários imobiliários e especuladores, estavam amadurecendo do ponto de vista da rentabilidade. O caso do Jardim Goiás é um dos exemplos mais ilustrativos desse processo. Enquanto Goiânia se expandia para a periferia, convivíamos com grandes áreas vazias nas imediações do Serra Dourada e *shopping* Flamboyant. A partir da década de 1990 e com mais força agora, essas áreas foram incorporadas pelo capital imobiliário, apoiado por um forte sistema de *marketing* que divulgou as vantagens de se morar nessa região. Para se ter uma idéia, o Jardim Goiás, ainda em 2003, dentre aqueles bairros mais estruturados de Goiânia, foi o que tinha maior número de estoque de lotes nessas condições, ocupando o 21º lugar dentre todos os bairros de Goiânia, com 1.219 lotes vagos. Bairros como o Tremendão, na região Noroeste, apareceram em 13º lugar, com 1.736 lotes vagos. Dá para imaginar o custo social de levar infra-estrutura para os bairros mais distantes, quando

existem bairros estruturados, com completa infra-estrutura urbana. Como dissemos, a cidade tem um preço e, infelizmente, poucos podem morar em bairros nobres e próximos de equipamentos como um *shopping center*.

Nos últimos anos, contrastando com os loteamentos carentes de infra-estrutura, têm-se multiplicado em Goiânia os chamados condomínios horizontais. Esse é um tipo de uso chamado por alguns estudiosos de “auto-segregação”. A pressão nos serviços, no centro das cidades e nos bairros mais adensados, os problemas no tráfego, a poluição, a neurose com a violência têm levado uma camada da população de alto poder aquisitivo a procurar esses espaços, geralmente situados em áreas de fácil acesso para o centro da cidade, como é o caso de saída para Anápolis (Aldeia do Vale) ou mesmo para Bela Vista (Alphaville Flamboyant).

Dentre as vantagens aclamadas por esse tipo de ocupação, as mais comuns são as seguintes: meio ambiente equilibrado com a presença de bosques e parques para uso privado dos moradores, completa infra-estrutura urbana, serviços e comércios internos como lojas de conveniência, disposição de áreas de lazer equivalente a clubes privativos e, principalmente, segurança. Alguns desses condomínios são cercados por sensores, monitoramento e patrulhamento 24 horas por dia. As áreas podem variar de 1.000 m² até 5.000 m² ou mais. O encarte publicitário de um desses condomínios resume bem essa proposta: “Infra-estrutura de Primeiro Mundo. Segurança máxima. Esse é o seu meio ambiente”.

Como dissemos, Goiânia conta atualmente com aproximadamente 500 bairros. Esses bairros, para fins de planejamento, foram agrupados em 81 microrregiões e 11 regiões. A partir dessas regiões, vamos observar como a ocupação de Goiânia é diferenciada, refletindo, também, padrões de renda distintos.

Observando a renda a partir das regiões (Tabela 9), reforçamos a argumentação em torno da relação desse item com o uso do solo de modo desigual. As regiões mais povoadas são a Central, a Sul e a Sudoeste, correspondendo a mais de 42% da população do município de Goiânia. Nas duas primeiras estão, entre outros, bairros estruturados, como o Setor Central, o Setor Aeroporto, Setor Oeste, Setor Marista, Setor Bueno, Nova Suíça, Jardim Goiás, com alto padrão de verticalização, reforçando o adensamento da região.

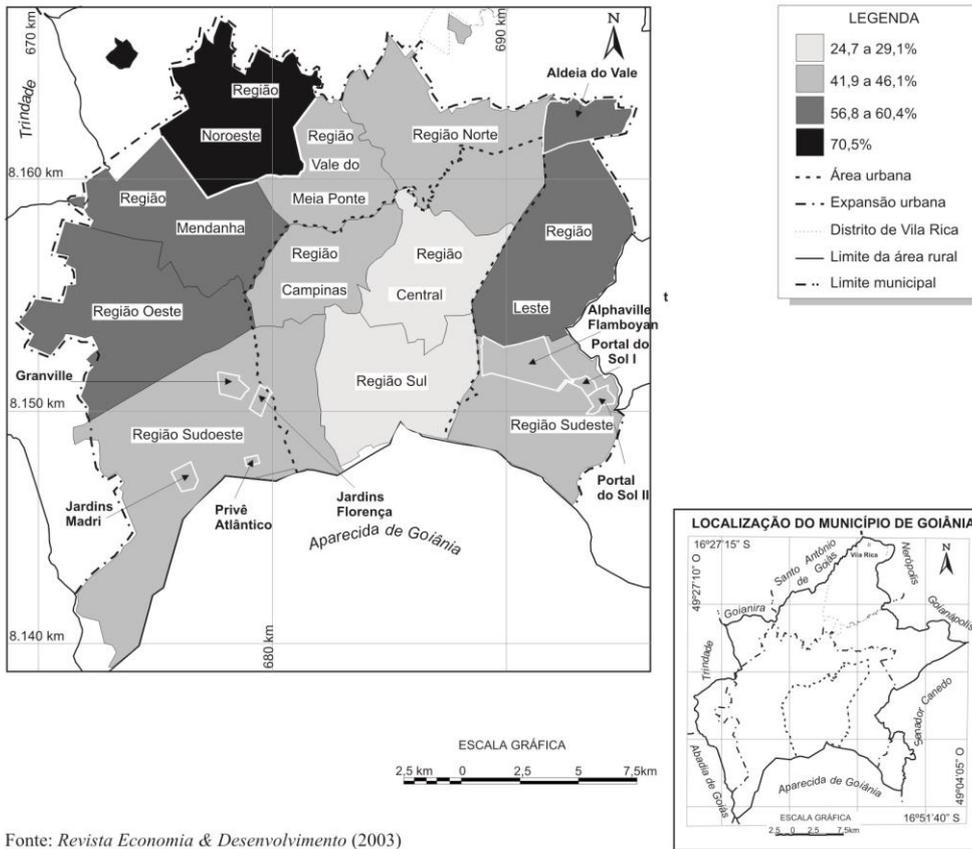
Tabela 9 - POPULAÇÃO E FAIXA DE RENDA MÉDIA, EM SALÁRIOS, POR REGIÃO DE

GOIÂNIA, 2000

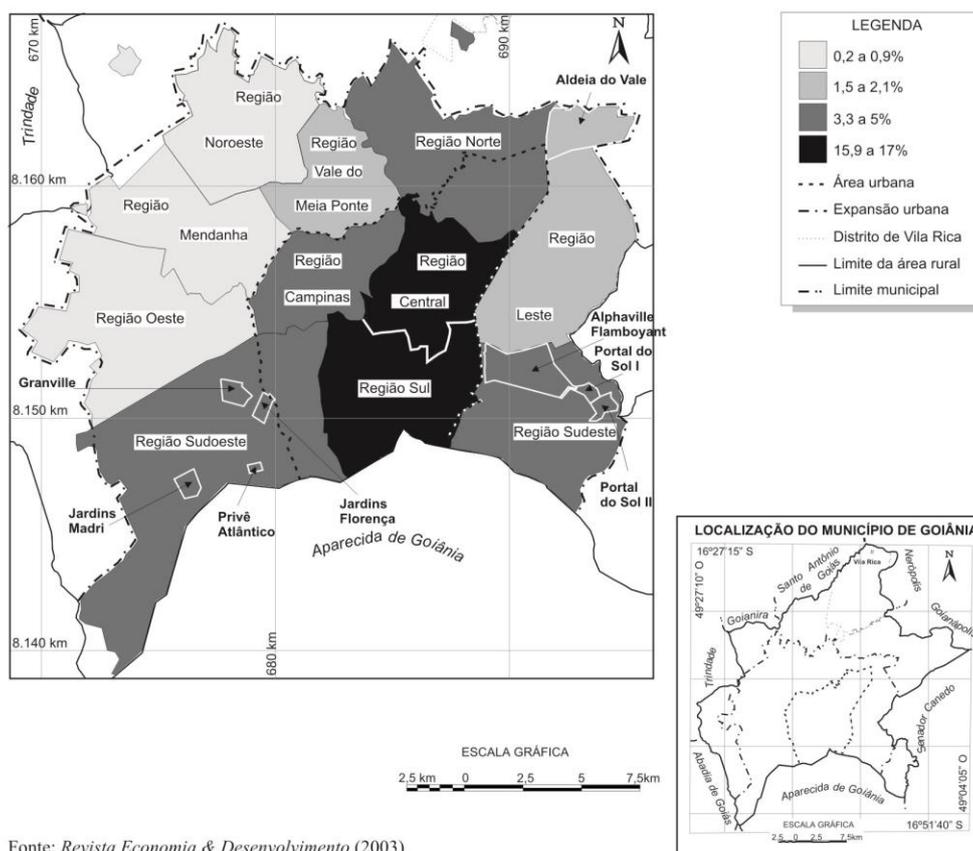
Regiões	Populaçã o Total	1/2 a 3 SM (%)	3 a 5 SM (%)	5 a 10 SM (%)	10 a 15 SM (%)	15 a 20 SM (%)	20 SM acima (%)
Central	145.964	24,70	12,90	22,20	8,90	8,90	17,00
Sul	168.749	29,10	12,40	19,80	8,40	8,40	15,90
Sudoeste	144.184	45,40	17,80	18,70	3,20	3,20	3,30
Oeste	69.391	56,90	18,60	13,40	1,00	1,00	0,90
Mendanha	55.787	60,40	17,60	11,30	0,80	0,80	0,50
Noroeste	110.839	70,50	13,40	5,40	0,20	0,20	0,20
Vale do Meia Ponte	51.611	46,10	20,00	19,80	2,20	2,20	2,10
Norte	63.072	41,90	16,80	20,37	1,00	4,00	5,00
Leste	106.713	56,80	16,70	13,90	1,40	1,40	1,50
Campinas	122.859	42,60	18,40	20,80	3,60	3,60	3,60
Sudeste	43.699	43,80	18,20	20,50	3,60	3,60	3,30

Fonte: Prefeitura de Goiânia (2004).

POPULAÇÃO COM RENDA MÉDIA DE MEIO A TRÊS SALÁRIOS MÍNIMOS SEGUNDO AS REGIÕES DE GOIÂNIA (2000)



POPULAÇÃO COM RENDA MÉDIA SUPERIOR A 20 SALÁRIOS MÍNIMOS SEGUNDO AS REGIÕES DE GOIÂNIA (2000)



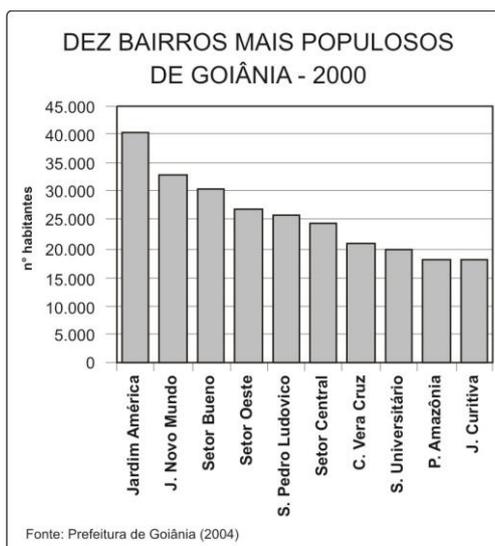
Nas regiões Central e Sul a concentração de pessoas que recebem de meio a três salários mínimos é a mais baixa. No outro extremo de rendimento, acima de 20 salários mínimos, essas regiões aparecem na frente: a Central com 17%, e a Sul com 15,9%. É bom lembrar que essa é uma média que deve ser compreendida com os devidos cuidados. Em cada região foram agrupados bairros com diferentes padrões de uso do solo e renda. É o caso, por exemplo, da região Norte, com o distrito de Vila Rica, o Jardim Guanabara e o Setor Jaó. Este último, por exemplo, está entre os bairros com maior renda de Goiânia, juntamente com o Setor Marista e o Setor Oeste, em primeiro e segundo lugar, respectivamente.

As regiões menos populosas são a Sudeste, a do Vale do Meia Ponte e a Mendanha. Nessas regiões localizam-se bairros bastante conhecidos, como Urias Magalhães, Jardim Balneário Meia Ponte, Maria Dilce, Capuava, Vila Regina, tradicionalmente marcados pelo pouco adensamento e pela horizontalidade, se comparados com outros onde há uma maior

incidência de prédios residenciais e comerciais. Na região Sudeste, localizam-se o Parque das Laranjeiras e o Parque Atheneu, conjuntos habitacionais diferenciados, seja do ponto de vista da presença de áreas verdes, do padrão de edificação e até mesmo na largura das ruas de circulação internas nesses bairros. Em termos de rendimento do chefe de família, essas regiões apresentaram, à exceção da Sudeste, uma baixa concentração de pessoas com remuneração superior a 20 salários. Mais uma vez o cuidado é necessário. Há também uma diversidade de usos de solos nessas regiões: na Sudeste, por exemplo, encontramos conjuntos habitacionais bastantes diferenciados, como o Conjunto Fabiana e também dois condomínios horizontais fechados, com padrão de renda diferenciado: o Privê dos Girassóis e o Alphaville Flamboyant.

Em geral as regiões pouco populosas, como a Noroeste, têm ocupação mais recente. Em muitos casos, foram resultado da doação de lotes em áreas irregulares, do ponto de vista ambiental, ocupando áreas próximas da região de captação de água do Rio Meia Ponte. A opção por atender à pressão por loteamentos deu origem a inúmeros bairros, dentre os quais podemos citar os seguintes: Vila Mutirão, Finsocial, Jardim Curitiba, além dos assentamentos originários da Fazenda São Domingos, como o Bairro Vitória. Bairro São Domingos, Jardim Primavera e Vila Mutirão estão entre os bairros de Goiânia com menor poder aquisitivo e também entre os mais distantes do centro da cidade. A carência de infra-estrutura (abastecimento de água, asfalto, coleta regular etc.) é uma característica comum de muitos bairros dessa região.

Todo esse rápido processo de crescimento demográfico, ocorrido especialmente a partir da década de 1960, bem como a expansão urbana desordenada resultaram em sérios problemas ambientais para o município de Goiânia, dentre os quais podemos destacar o desmatamento excessivo da cobertura vegetal original, atualmente reduzida a menos de 5% de vegetação primitiva; a poluição dos corpos d'água, principalmente os que drenam a malha urbana, não-tratamento dos esgotos industriais e domésticos, como no córrego Capim Puba; processos de assoreamento com a proliferação de áreas de riscos e frequentes alagamentos das vias dentro da malha urbana, tudo isso comprometendo a qualidade de vida.



Quanto ao tratamento do esgoto doméstico, especialmente aquele despejado no Rio Meia Ponte, um dos pontos de captação de água para abastecimento da capital, há perspectiva de melhoria a partir do funcionamento da Estação de Tratamento de Esgoto. Se efetivada, pode-se dizer que o estado resgata tardiamente parte de sua responsabilidade, já que é responsável pela coleta e tratamento do esgoto, conta que todos pagamos em nossa tarifa mensal. O tratamento do esgoto que é despejado, especialmente, nas bacias do Anicuns e Botafogo, que recaem sobre o Meia Ponte, onde será tratado, resolve apenas parte do problema, já que o sistema de drenagem de Goiânia encontra-se totalmente degradado. Basta uma olhada no agonizante Capim Puba, no Cascavel ou mesmo no Botafogo, para verificar tal fato.

Não podemos negar que existem avanços, afinal Goiânia não é feita só de problemas. O processo de regularização e urbanização de áreas de posse urbana por intermédio da transferência para locais apropriados, como ocorreu com a construção de 160 apartamentos pela prefeitura de Goiânia, no Jardim Goiás I, é um bom exemplo. A revitalização do centro e a criação de espaços como o mercado aberto na Avenida Paranaíba e o resgate dos aspectos históricos da Avenida Goiás também merecem destaque. Outras são as reformas na Praça do Avião, no Parque Areião e em alguns outros espaços na periferia também. O próprio orçamento participativo, mesmo com as limitações orçamentárias, é uma experiência que deve ser cada vez mais estimulada e aperfeiçoada. Mas isso ainda é pouco diante dos problemas que hoje não se limitam mais apenas ao município de Goiânia, estendendo-se, como todos sabemos, para sua região mais conhecida como Região Metropolitana de Goiânia.

A REGIÃO METROPOLITANA DE GOIÂNIA

Atualmente temos no Brasil mais de 24 regiões metropolitanas, incluindo a Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno (Ride). Em 2000, viviam nas regiões metropolitanas brasileiras mais de 40% da população total do país (Brasil, 2001). Da Região Metropolitana de São Paulo, com população de 15.444.941 habitantes, em 2000, passando pela Região Metropolitana do Rio de Janeiro, com 9.814.574, até a Região Metropolitana de Maringá, com 381.569, ou mesmo de Londrina, com 551.018 habitantes, encontramos realidades muito diferentes.

Região Metropolitana de Goiânia

Art. 1º - Fica criada a Região Metropolitana de Goiânia – GRANDE GOIÂNIA, na forma prevista no art. 4º inciso I, alínea “a”, e nos arts. 90 e 91 da Constituição do Estado de Goiás, compreendida pelos municípios de Goiânia, Abadia de Goiás, Aparecida de Goiânia, Aragoiânia, Goianópolis, Goianira, Hidrolândia, Nerópolis, Santo Antônio de Goiás, Senador Canedo e Trindade.

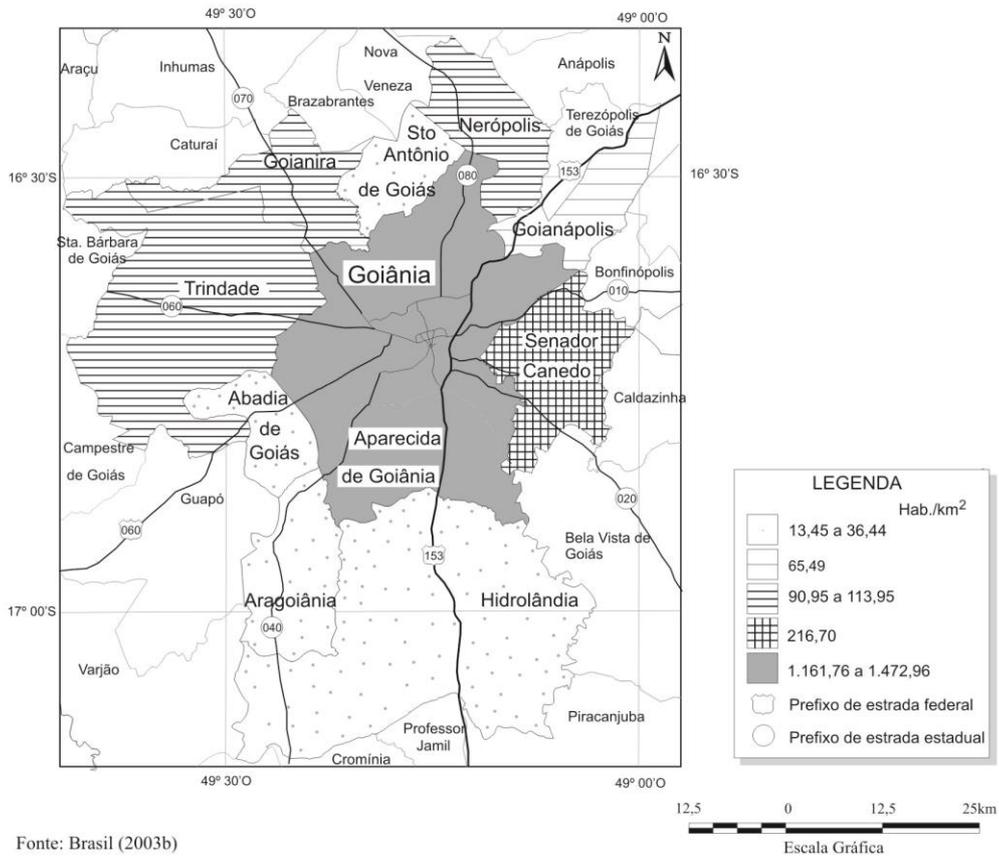
§ 1º - Os municípios que vierem a ser constituídos a partir de fusão ou desmembramento de território de municípios citados neste artigo passarão a compor, automaticamente, a Região Metropolitana de Goiânia.

§ 2º - Fica instituída a Região de Desenvolvimento Integrado de Goiânia, com atribuições, organização e funcionamento a serem definidas em lei, composta pelos seguintes municípios: Bela Vista, Bonfinópolis, Brazabranes, Caturai, Inhumas, Nova Veneza e Terezópolis de Goiás.

Art. 2º - A Região Metropolitana de Goiânia tem por finalidade integrar a organização, o planejamento e a execução de funções públicas de interesse comum dos municípios dela integrantes (Lei Complementar no 27, de 30 de dezembro de 1999).

REGIÃO METROPOLITANA DE GOIÂNIA

Densidade demográfica



No Brasil, as primeiras regiões metropolitanas foram definidas por legislação federal no início da década de 1970, levando em consideração aspectos como o número da população, a densidade demográfica, a polarização e a conurbação com outros municípios, além da diversificação de funções do núcleo central. Dessa forma, em 1973 foram definidas oito regiões metropolitanas, sendo acrescida, em 1974, a Região Metropolitana do Rio de Janeiro. A definição dessas regiões, em meio à problemática urbana que já se manifestava no país em pleno regime militar, tinha como objetivo o estabelecimento de políticas comuns de saneamento, transporte, habitação etc. A Constituição de 1988, com a democratização do país, abriu espaço para as questões municipais, e a partir de então os estados passaram a incluir, em suas constituições, a possibilidade de criar regiões metropolitanas. A Região Metropolitana de Goiânia nasce no âmbito dessas mudanças.

Em 2002, a Região Metropolitana de Goiânia abrigava uma população de 1.639.516 habitantes. Depois de Goiânia, os municípios mais populosos são Aparecida de Goiânia, Trindade e Senador Canedo, com população acima de 50 mil habitantes. Os outros sete municípios possuem população inferior a 20 mil habitantes (Tabela 10).

Mesmo que de forma diferenciada, todos esses municípios mantêm algum tipo de relação funcional com Goiânia. Em resumo, dependem, de algum modo, da capital do estado. A expansão horizontal, reflexo direto do processo de expansão urbana, facilitou a aproximação física de Goiânia com os municípios da Região Metropolitana. Essa característica é bem nítida quando observamos a divisa de Goiânia com Aparecida de Goiânia, mais exatamente na Avenida Rio Verde ou na Avenida Bela Vista, nas imediações do Parque Santa Cruz. Praticamente não existem espaços vazios entre os dois municípios. Em menor grau, Senador Canedo e Trindade também se encontram muito próximos a Goiânia. Todos esses municípios estão integrados no sistema de transporte coletivo.

Tabela 10 - REGIÃO METROPOLITANA DE GOIÂNIA

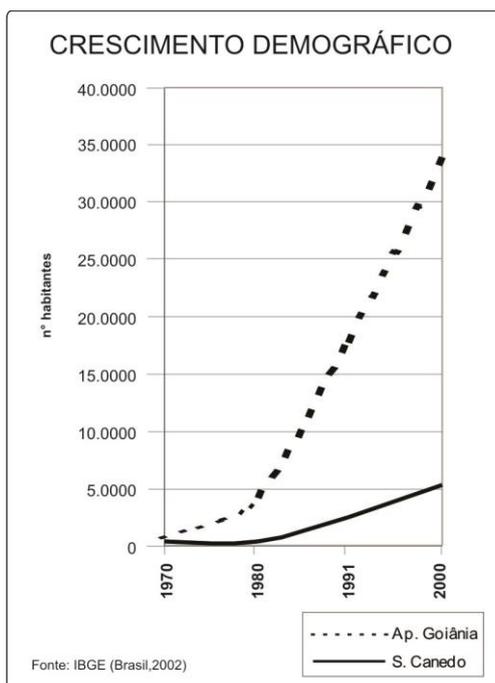
Município	Área km²	Ano de criação	Município origem	População (2000)	População urbana (2000)	População rural (2000)	Densidade demográfica
Goiânia	739,492	1935	Anápolis e Bela Vista de Goiás	1.093,007	1.085,806	7.201	1.527,09
Trindade	713,280	1943	Goiânia	81.457	78.199	3.258	122,57

Aragoiânia	218,755	1958	Goiânia	6.424	4.262	2.161	31,05
Goianira	200,402	1958	Goiânia	18.719	18.064	655	101,61
Aparecida de Goiânia	288,465	1963	Goiânia	336.392	335.547	845	1.281,32
Senador Canedo	244,745	1988	Goiânia	53.105	50.442	2.663	242,08
Abadia de Goiás	146,458	1995	Goiânia	4.971	3.096	1.875	36,97
Nerópolis	204,216	1948	Anápolis	18.578	17.253	1.325	96,73
Goianápolis	162,380	1958	Anápolis	10.671	9.805	866	70,17
Santo Antônio de Goiás	132,803	1990	Goianira	3.106	2.564	542	25,16
Hidrolândia	944,238	1948	Piracanjuba	13.086	7.836	5.250	14,49
Total	3.995,234	–	–	1.639.516	1.612.874	26.642	432,09

Fonte: Seplan (Economia & Desenvolvimento, 1996, 2003).

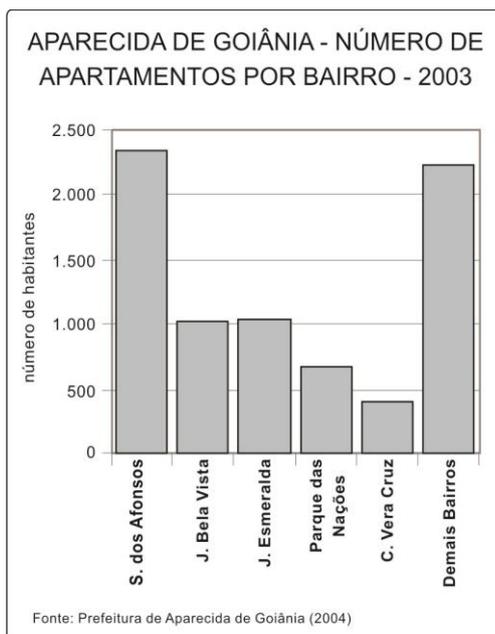
Essa relação de proximidade com Goiânia se deu por alguns motivos. Um deles foi a pressão pela moradia. Na medida em que foi ficando mais caro morar em Goiânia, a alternativa para milhares de pessoas foi migrar para municípios mais próximos, onde o valor da terra urbana fosse inferior. Isso ocorreu de forma exemplar em Aparecida de Goiânia, que passou de uma população de 7.470 habitantes, em 1970, para 42.632, em 1980, e 336.392, em 2000.

Imaginem quantos bairros não surgiram desde então! Foram muitos. Mais de 230, segundo dados da Prefeitura Municipal de Aparecida de Goiânia (2004). A cobertura vegetal original foi praticamente destruída, na medida que iam surgindo bairros, muitos dos quais irregulares e na sua maioria sem infra-estrutura urbana, fator que barateava o custo dos lotes, atraindo milhares de pessoas.



Assim como Goiânia, Aparecida de Goiânia também foi criando suas centralidades. O centro antigo, uma das regiões menos povoadas do município, ainda guarda aspectos interioranos. Basta observar a praça e a matriz de Nossa Senhora de Aparecida bem como o cemitério. Sua importância resulta, em grande parte, da presença dos órgãos públicos ligados ao Executivo, Legislativo e Judiciário local, bem como dos serviços públicos e bancos, além de um comércio relativamente diversificado, com lojas de ferragens, locadoras, papelarias, restaurantes, padarias etc.

Com o processo de expansão horizontal, foram surgindo importantes centros de atividades econômicas: a Avenida Rio Verde, na região do Setor dos Afonsos, é um dos mais importantes. Além de estar na região mais povoada e verticalizada de Aparecida de Goiânia, abriga um comércio forte e atrativos de lazer no Shopping Buriti. O trecho da BR-153, com a presença de indústrias como a Mabel e o Arroz Cristal, de empresas distribuidoras, de material gráfico, construção civil, isso sem falar nos inúmeros motéis que também atendem à demanda de Goiânia, é uma das regiões mais fortes economicamente do município. Os centros de comércio de bairro merecem destaque: entre o Bairro Independência, a Cidade Livre e o Colina Azul, encontra-se um dos mais fortes comércios locais, o que também ocorre no Garavelo e no Cruzeiro do Sul, entre outros de menor importância.



O dinamismo econômico de Aparecida de Goiânia muitas vezes é camuflado por seu perfil de cidade dormitório, o que reflete apenas um lado da complexa geografia desse município. Mas isso vem mudando, mesmo que lentamente, ao longo dos últimos anos. Internamente, é claro, o município passa por muitos problemas, especialmente no que se refere aos bairros irregulares, muito distantes das áreas de infra-estrutura urbana, e aos inúmeros espaços vazios que tornam sua ocupação extremamente desarmoniosa. Para se ter uma idéia, segundo dados da Prefeitura de Aparecida de Goiânia, em 2003, mais de 55% dos lotes de Aparecida de Goiânia encontravam-se vagos. Na verdade, trata-se de 105.682 imóveis prediais, mais 7.712 apartamentos e 141.720 lotes vagos. Por aí pode-se notar os grandes vazios existentes no município, problema que mereceu atenção dos técnicos da Prefeitura de Aparecida de Goiânia no seu Plano Diretor.

De maneira semelhante, só que com menor intensidade, ocorreu com Senador Canedo, que apresentou alto crescimento a partir da década de 1980, encontrando-se praticamente conurbado com Goiânia na altura do Bairro Jardim das Oliveiras e também nos limites do Jardim Novo Mundo, saída que dá acesso ao município. Interessante perceber que, apesar de possuir equipamentos econômicos com forte impulso para sua economia, como o terminal de distribuição de combustível e a estação ferroviária, o município não consegue caminhar para o desenvolvimento equilibrado, em que a qualidade de vida da população está bastante comprometida. Os problemas de infra-estrutura, com bairros sem água e asfalto são comuns. Segundo a revista *Economia & Desenvolvimento* (2003c), abrigando a

quarta maior população dos municípios da Região Metropolitana e a segunda arrecadação de ICMS de todo o estado, o comércio local ainda não foi impulsionado, posto que se encontra dependente de Goiânia.

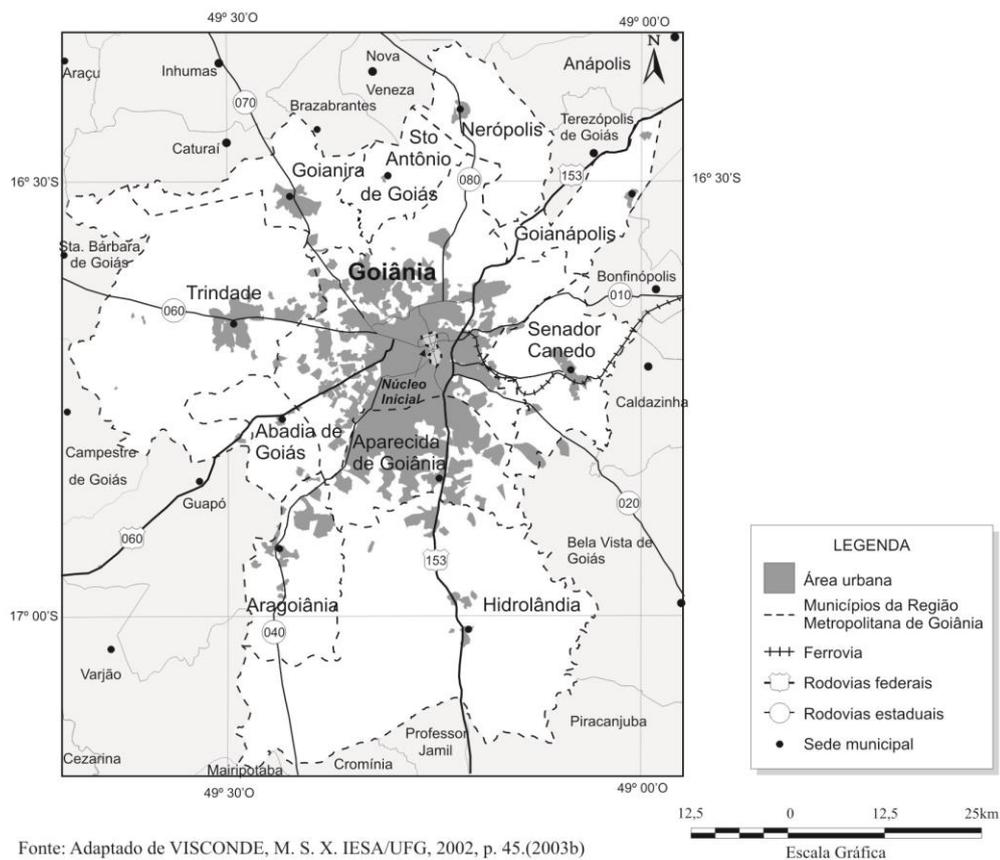
Já Trindade é bastante conhecida pelo caráter religioso, pela festa do romeiro. O Santuário do Divino Pai Eterno é um dos pontos mais interessantes de toda a Região Metropolitana de Goiânia. O Santuário impressiona pela beleza, especialmente pelos inúmeros vitrais. O formato em cruz proporciona, em cada extremidade, uma visão panorâmica da cidade, além de favorecer a circulação de ar, contribuindo para o ambiente agradável no interior do Santuário. Depois da construção das rampas de acesso e com o amplo pátio para estacionamento, o que veio ao encontro das expectativas de milhares de fiéis que se dirigem à festa do romeiro, o lugar ficou ainda mais bonito. Mas não é apenas na tradicional festa do romeiro que o Santuário atrai os fiéis. Parte dos seus mais de três mil lugares, especialmente nas celebrações matutinas do domingo, é ocupada por pessoas provenientes de Goiânia.

O centro da cidade de Trindade, desconsiderando-se Goiânia, apresenta-se como o mais coeso da Região Metropolitana. Ao longo da Avenida Manoel Monteiro e nas ruas paralelas encontra-se um denso comércio: serviços bancários, farmácias, lojas de roupas, bares, mototáxis, lojas de eletrodomésticos, além de um Vapt Vupt do governo estadual, importante iniciativa de descentralização de serviços públicos etc. O dinamismo do seu centro tem relação com a importância de sua economia, que se diversificou bastante nos últimos anos, figurando entre os 15 municípios mais dinâmicos do estado de Goiás, segundo pesquisa publicada na revista *Economia & Desenvolvimento* (2003d). Os principais destaques vão para a indústria de bebidas e confecção. A presença da fábrica da Cola-Cola, como também da cerveja Colônia, além de outras indústrias ao longo da GO-060, e o fato de ter-se tornado um dos maiores pólos de confecção do país têm destacado o município no interior da Região Metropolitana de Goiânia.

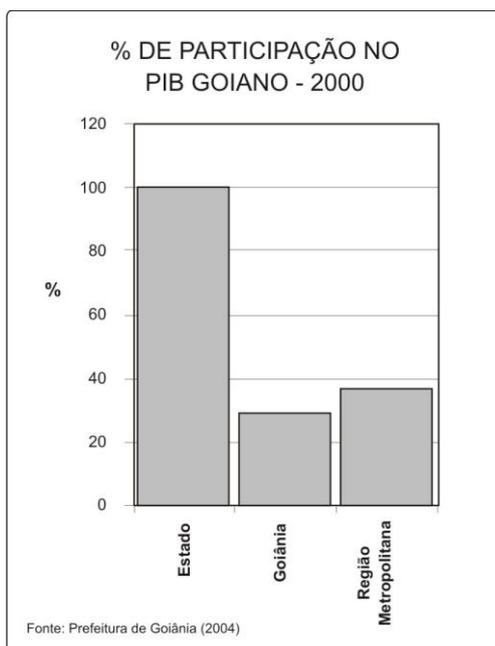
Talvez o elemento comum de ligação de todos os municípios da Região Metropolitana seja justamente Goiânia. Difícil pensar numa ligação funcional forte entre Senador Canedo e Aparecida de Goiânia ou entre estes dois e Trindade ou entre esta e Santo Antônio de Goiás. Aliás, este último município, apesar de ser aquele de menor população e menor área da Região Metropolitana de Goiânia, é um dos que mais guarda aspectos interioranos. O acesso se dá pela região Norte de Goiânia, na saída do Campus II da UFG. O crescimento do município teve forte influência de Goiânia e parte significativa de sua população

trabalha nesta cidade. Também há aqueles que moram em Goiânia e passam os finais de semana no município. A comercialização de lotes no Condomínio Horizontal Califórnia, por exemplo, teve como principais compradores pessoas com residência em Goiânia, conformando uma espécie de segunda residência. O encarte promocional do empreendimento traduz bem essa idéia: “Chegou a hora de ir para sua casa de campo. Não espere mais!!!”. Não há dúvidas, o chamado é para aqueles que residem em Goiânia.

REGIÃO METROPOLITANA DE GOIÂNIA Expansão urbana (2000)



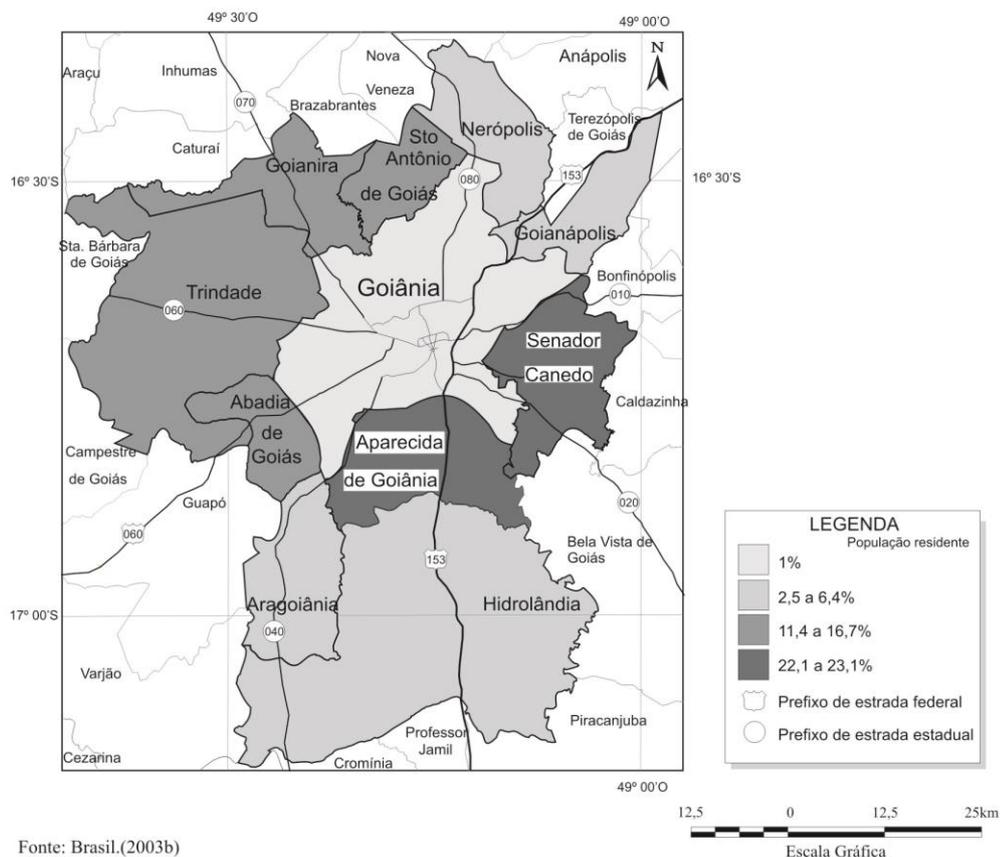
Muito embora haja uma diversidade nas economias dos 11 municípios, suas ligações com Goiânia ainda são muitas no que refere à dinâmica de crescimento da população. Basta lembrar que, no período compreendido pelos anos de 1980-1991, as taxas de crescimento demográfico mais elevadas são encontradas em municípios localizados no entorno de Goiânia, com destaque para Aparecida de Goiânia e Senador Canedo (13,89% e 20,62% respectivamente). No período 1991-1996, também foi registrado um maior crescimento dos municípios do entorno de Goiânia em detrimento da capital do estado. Enquanto Goiânia cresceu 1,7% e 4,8%, Aparecida de Goiânia, Senador Canedo, Trindade e Aragoiânia cresceram 8,3%, 13,1%, 5,25% e 4%, respectivamente. No período 1996-2000 os municípios do entorno de Goiânia continuaram a crescer mais que a capital e a média do próprio estado. Aparecida de Goiânia, Senador Canedo, Trindade e Santo Antônio de Goiás apresentaram taxas de crescimento geométrico de 6,0%, 4,6%, 3,9% e 6,2%, respectivamente. Com exceção de Aragoiânia e Goianópolis, todas as outras cidades da Região Metropolitana de Goiânia, nesse mesmo período, cresceram mais que Goiânia.



Apesar de o perfil socioeconômico de alguns desses municípios vir apresentando mudanças – em função da diversificação de suas economias e da ampliação dos serviços públicos por parte do estado, que ainda se encontram muito centralizados em Goiânia, assim como as oportunidades de emprego –, elas ainda guardam fortes relações funcionais com a capital do estado. Quando observamos a pesquisa do IBGE (Brasil, 2003) sobre

deslocamentos para trabalho e estudo, notamos que 22% dos habitantes de Aparecida de Goiânia, 18% dos de Senador Canedo, 16% dos habitantes de Goianira, além de 11% dos moradores de Trindade trabalham ou estudam em outro município, provavelmente em Goiânia. Basta dizer que, no estado de Goiás, 165.829 pessoas trabalhavam ou estudavam em outro município, em 2000, para entendermos que Aparecida de Goiânia, com 74.255 habitantes trabalhando ou estudando fora do município, representa 44,7% do total do estado. Proporcionalmente, Senador Canedo é o município com maior ligação para esse fim, com 23,9%, seguido por Aparecida de Goiânia, com 22%, e Trindade, com 11,8%. Quando consideramos apenas a fração da população que trabalha, as diferenças são impressionantes. Em Senador Canedo, por exemplo, mais de 35% da população que trabalha e estuda exerce essas atividades em outro município, em Aparecida de Goiânia esse número atinge mais de 32% e Trindade 18%, números que reforçam o argumento de que esses municípios ainda têm um forte peso complementar com Goiânia.

REGIÃO METROPOLITANA DE GOIÂNIA
Deslocamentos para trabalho ou estudo em outro Município do Estado



A forma de organização do transporte coletivo, funcionando a partir de terminais integrados, facilita o deslocamento das pessoas em direção a Goiânia. Esse é modo de garantir que milhares de pessoas se desloquem diariamente para Goiânia. Para isso, como todos nós conhecemos, o sistema de transporte encontra-se estruturado por terminais espalhados em vários pontos de Goiânia. O eixo Anhanguera concentra alguns dos mais importantes desses terminais, que possibilitam a ligação com vários municípios do entorno de Goiânia, circulando por ele dezenas de milhares de pessoas todos os dias. Do terminal Novo Mundo (Jardim Novo Mundo), é possível tomar ônibus para os municípios de Bonfinópolis e Senador Canedo; do terminal da Praça da Bíblia (Vila Nova/Alto da Boa Vista), para Aparecida de Goiânia, Bela Vista de Goiás, Hidrolândia, Nerópolis e também Senador Canedo; da Praça A (Campinas) para Santo Antônio de Goiás; do terminal do Dergo (Bairro Rodoviário), para Guapó e Abadia de Goiás; e do terminal Padre Pelágio (Vila Regina), para Goianira, Trindade e Brazabrantes.

Na verdade, esse sistema de transporte vem apresentando problemas que parecem insolúveis aos olhos do poder público municipal e estadual. Filas, atrasos, desconforto, problemas na frequência, excesso de passageiros, desrespeito aos idosos, depredação dos terminais têm sido relatados diariamente na imprensa goiana. Por mais de uma vez, movidos pelo sentimento de impotência diante da situação humilhante, passageiros têm depredado ônibus, como forma de protesto, ou mesmo fechado ruas. Eles tentam sensibilizar o poder público para os problemas existentes, especialmente nos bairros mais afastados.

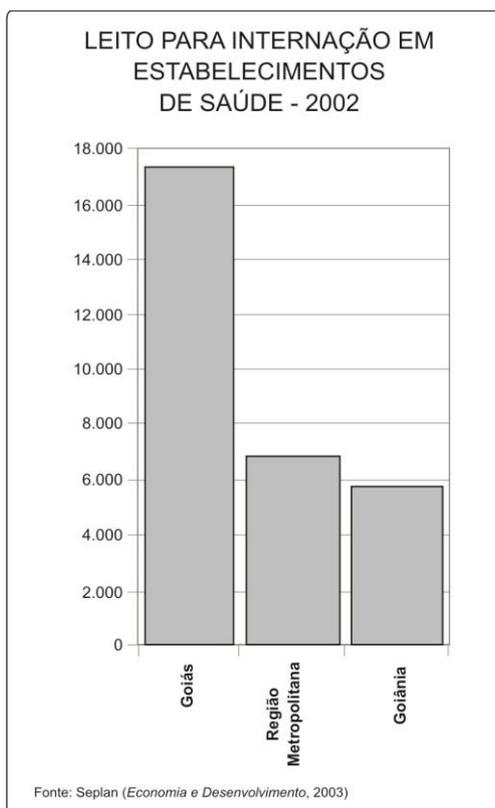
Como as pessoas precisam se locomover na cidade, viram reféns dessa situação. Vale dizer, o poder público, tanto municipal quanto estadual, tem agido com timidez na defesa do direito de as pessoas se locomoverem. Basta lembrar que o transporte é público, e por isso é uma concessão pública, e, assim, deveria ser fiscalizada com rigor, fato que não vem ocorrendo. Desse modo, tanto as empresas convencionais quanto o transporte alternativo, hoje denominado seletivo, têm desafiado esse poder (público). Não existem inocentes na já histórica disputa entre a Cooperativa de Transporte do Estado de Goiás (Cootego) e o Sindicato das Empresas de Transporte Coletivo (Setransp). Todos querem tirar o maior lucro possível de sua atividade, o que significa investir pouco na qualidade do transporte. Em suma, o que está em disputa nos últimos anos em Goiânia é a possibilidade de explorar a mobilidade a que todos nós temos direito.

Uma das alternativas que poderia desafogar um pouco o transporte coletivo na Região

Metropolitana de Goiânia seria investir em políticas de geração de emprego e descentralização dos serviços públicos para os municípios do entorno. É urgente, por exemplo, a construção de hospitais de referência em cidades como Aparecida de Goiânia, Trindade e Anápolis, o que contribuiria para minorar o congestionamento nos hospitais públicos de Goiânia. É necessário também elaborar políticas para geração de emprego e renda em municípios como Senador Canedo, Aparecida de Goiânia, Trindade e mesmo para os menores, como Santo Antônio de Goiás, Goianira e Abadia de Goiás. Isso ajudaria a diminuir o peso das migrações pendulares, evitando que trabalhadores gastassem mais de três horas do seu dia em deslocamentos para trabalhar em Goiânia. O mesmo raciocínio serviria para investimentos em educação, especialmente no que se refere ao ensino superior, pois, como já pudemos perceber anteriormente, quando estudamos a rede urbana, as oportunidades ainda se encontram centralizadas em Goiânia.

Mas os problemas dos municípios da Região Metropolitana não se resumem ao transporte coletivo. Problemas de infra-estrutura urbana são comuns, e a população desses municípios, especialmente de Aparecida de Goiânia e Senador Canedo, têm encontrado uma maneira interessante para reclamar: eles se utilizam dos jornais diários de Goiânia, preferencialmente na edição do almoço, até porque a capital também exerce sua polarização na imprensa, quer escrita ou televisiva.

Segundo dados da Prefeitura de Goiânia, no que se refere à rede de água, em 2003, Goiânia tinha 77,3% da população atendida, Aparecida de Goiânia 13,5%, Trindade 5,3% e todos os outros municípios índices abaixo de 2% (Goiânia, 2004). Quanto à rede de esgoto, a situação é pior, em que Aparecida tem 6,68% da população atendida, Goiânia 89,8% e Trindade 3,4%, e nos outros municípios a rede é inexpressiva ou inexistente. As alternativas para romper essas dificuldades encontram-se na construção de cisternas e fossas, estratégia que coloca em risco a saúde da população.



Apontamos apenas alguns dos desafios para a gestão da Região Metropolitana. A nossa compreensão é a de que não basta que ela exista na forma de lei. Os problemas dizem respeito a todos os municípios, e as soluções devem ser integradas em todas as áreas, independentemente da força política e do peso econômico dos diferentes municípios: da segurança pública ao meio ambiente, da política de descentralização de serviços à geração de empregos. A questão do abastecimento de água, por exemplo, deve merecer atenção especial, uma vez que os municípios contribuem de maneira diferente para a poluição dos recursos hídricos, e, por exemplo, em relação à bacia do Meia Ponte, a maior responsabilidade é para município de Goiânia, seja porque parte de seu abastecimento depende de sua água e também porque nosso esgoto diário é ali depositado.

Enfim, quando milhares de pessoas se deslocam de um desses municípios para Goiânia, para trabalhar ou mesmo em busca de atendimento médico rotineiro, é preciso entender que todos perdem: o município de Goiânia, pela pressão nos serviços; os municípios de origem, pela drenagem da renda para Goiânia, tanto no que se refere aos serviços quanto aos gastos rotineiros das pessoas que procuram por esses serviços. As pessoas que se deslocam gastam tempo e dinheiro que poderiam destinar a outras atividades. Mas nem todos os municípios dispõem de infra-estrutura suficiente para atender

a sua população, e por isso é mais do que necessário providenciar os meios de locomoção para que as pessoas usuárias do sistema de transporte coletivo possam ser atendidas com dignidade, seja em Goiânia ou em qualquer outro lugar. Nunca é demais lembrar que a mobilidade é um direito assegurado na Constituição Federal, em seu art. 5º. Talvez este seja o maior desafio na Região Metropolitana: garantir à população usufruir de mobilidade, com deslocamentos de qualidade, não apenas para o trabalho, mas, sobretudo, para o lazer, para aproveitamento das diferentes opções culturais que cada um dos municípios pode oferecer.

5. As três Brasília

O noticiário político nacional, obrigatoriamente, passa por Brasília. De Brasília falam os senadores, os ministros, os deputados federais, o presidente. Lá, também, estão centralizadas as instâncias superiores da estrutura política, administrativa e jurídica do Brasil: a Esplanada dos Ministérios, a sede do Banco do Brasil, o Congresso Nacional, o Senado, o Banco Central, o Supremo Tribunal Federal, o Palácio da Alvorada, entre dezenas de outras construções do Plano Piloto que abrigam boa parte da burocracia estatal federal brasileira. Essa é, pode-se dizer, a Brasília capital.

Próximas do Plano Piloto, em distâncias que variam entre 7 a 45 km, estão as cidades satélites, hoje conhecidas como Regiões Administrativas do Distrito Federal. Essas cidades estão no interior do retângulo que costumamos chamar de Distrito Federal. Diferentemente do Plano Piloto, estas não foram planejadas e também não abrigam as camadas de alta renda do Distrito Federal. Ao contrário, muitas são formadas na sua maioria por pessoas pobres que migraram para construir Brasília (Plano Piloto) desde o final da década de 1950.

Em Goiás, margeando o Distrito Federal, encontramos vários municípios que nasceram a partir da influência de Brasília. São, como alguns autores colocam, a “segunda periferia de Brasília” – a primeira é formada pelas cidades satélites, como bem colocou o geó-grafo Aldo Paviani. Muitas pessoas desses municípios se deslocam diariamente para trabalhar no Distrito Federal, em um movimento conhecido como migração pendular.

Essas são as “três Brasília” que vamos conhecer um pouco mais.

A CAPITAL FEDERAL

A idéia de construir uma capital distante do litoral vem de longe. A Constituição de 1891 já previa a transferência da capital para o Planalto Central e já em 1892 organizou-se uma Comissão para estudar o futuro local, chamada de Comissão Cruls. A pedra inaugural da capital foi lançada em abril de 1922. Em 1957 iniciaram-se os trabalhos para em abril de 1960 ser inaugurada por Juscelino Kubitschek, e trinta anos depois, tombada como Patrimônio Cultural da Humanidade pela Unesco.

Existem muitas interpretações sobre os motivos que levaram à construção de uma capital como Brasília no interior do país. Precisamos compreender, primeiramente, que não se tratava de construir uma cidade qualquer em um lugar qualquer também. A tarefa era gigantesca: construir uma capital em um país de dimensões continentais como o Brasil, em uma de suas regiões menos povoadas. Uma capital moderna, planejada para abrigar 500 mil pessoas. Para se ter uma idéia da ambição do projeto, na década de 1950 existiam no Brasil apenas 13 cidades com população superior a 500 mil habitantes, nenhuma delas no Centro-Oeste brasileiro.

Desse modo devemos entender que Brasília é parte de um projeto maior, não podendo sua construção ter sido efetivada sem a presença do Estado. Brasília foi uma espécie de síntese do chamado Nacional Desenvolvimentismo e do Plano de Metas, de Juscelino Kubitschek, que previa, no conjunto das suas trinta metas, investir em energia (energia elétrica, energia nuclear, carvão, petróleo), transporte (ferroviário, rodoviário, portos, transporte aéreo), alimentação (frigoríficos, armazéns, mecanização da agricultura etc.), indústria de base (siderurgia, alumínio, cimento, papel e celulose etc.) e educação. Pretendia-se fazer o Brasil crescer “50 anos em 5”, o que mudaria de uma vez por todas o perfil do país, ampliando o mercado de consumo interno e consolidando o povoamento do interior.

Da Organização Federal

Art. 2º - Cada uma das antigas Províncias formará um Estado, e o antigo município neutro constituirá o Distrito Federal, continuando a ser a capital da União, enquanto não se der a execução do artigo seguinte.

Art. 3º - Fica pertencendo à União, no planalto central da República, uma zona de 14.400 quilômetros quadrados, que será oportunamente demarcada, para nella estabelecer-se a futura Capital Federal (Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil, promulgada a 24 de fevereiro de 1891).

Os números demonstram o significado econômico da construção, dando idéia das dívidas contraídas pelo governo brasileiro naquele período. Gastos com equipamentos (escavadeiras, tratores, motoniveladoras, caminhões, jipes etc.), cimento, ferro, areia, pedras, madeira, além de mão-de-obra, implicaram, por um lado, o endividamento do

Estado e, por outro, a ampliação do lucro do capital imobiliário. Muita gente lucrou, construiu fortunas, com a construção de Brasília.

Uma das condições fundamentais para a construção da capital era a presença de mão-de-obra farta e barata, o que foi resolvido com a propaganda que vendeu Brasília como Eldorado em diversas regiões do país. Assim Brasília começou a atrair, principalmente, mão-de-obra do Nordeste, flagelados da seca. Gente da Paraíba, Piauí, Rio Grande do Norte, Maranhão, Bahia, Ceará engrossaram a fileira para trabalhos na construção civil. Logo foram apelidados de *candangos*, palavra, de origem africana, que designava os migrantes sem qualificação. De São Paulo e Rio de Janeiro, na maioria, veio a mão-de-obra qualificada. Do Rio de Janeiro, boa parte do funcionalismo público, para ocupar os cargos e construções reservados a essa categoria. Muitos desses funcionários, em função da transferência do seu local de trabalho do Rio de Janeiro para Brasília, receberam gratificações e moradia em apartamentos pertencentes ao governo, como estímulo para sua permanência na nova capital federal.

Já para os *candangos* o tratamento foi diferente, tanto durante quanto depois da construção do Plano Piloto. A disciplina foi o método utilizado para aproveitar o tempo, afinal a construção tinha um dia para acabar, o que significava que era preciso trabalhar, não raramente, jornadas diárias superiores a quatorze horas. Reclamações, paralisações, acidentes de trabalho, mortes, fome foram ocultados por um regime disciplinar coordenado pela Companhia Urbanizadora da Nova Capital (Novacap), que tinha na Guarda Especial de Brasília (GEB) seu braço policial. Uma dessas histórias de repressão, presente ainda hoje na memória dos pioneiros de Brasília, foi o massacre no refeitório da Companhia Pacheco Fernandes Dantas, quando os trabalhadores reclamaram por melhorias na qualidade da alimentação e tiveram como resposta a repressão violenta da GEB, o que ocasionou várias mortes do lado dos trabalhadores.

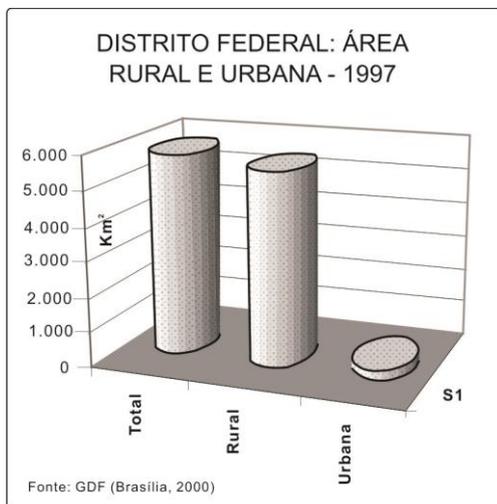
O planejamento de Brasília foi caracterizado por um zoneamento rígido para atender a sua funcionalidade administrativa, o que significava que cada coisa teria o seu lugar e que cada lugar teria sua função. Por isso Brasília é considerada uma cidade planejada. Não nasceu do acaso, “desorganizada”; ao contrário, tinha um plano, um projeto.

O zoneamento é a operação feita sobre um plano de cidade com o objetivo de atribuir a cada função e a cada indivíduo seu justo lugar. Ele tem por base a discriminação necessária

entre as diversas atividades humanas, cada uma das quais reclama seu espaço particular: locais de habitação, centros industriais ou comerciais, salas ou terrenos destinados ao lazer (Le Corbusier, A Carta de Atenas).

Lúcio Costa foi vencedor do concurso do Plano Piloto, ficando responsável, a partir de então, pelo desenho urbano da nova capital. De forma bastante simples, podemos dizer que Brasília foi constituída por dois eixos: o chamado Eixo Rodoviário e o Eixo Monumental. Ao arquiteto Oscar Niemayer coube a tarefa de preencher o Plano Piloto com as construções do Palácio da Alvorada, Palace Hotel, a Esplanada dos Ministérios, o Congresso, o Palácio da Justiça, Praça do Três Poderes, entre outras edificações que, além de abrigar o funcionalismo público e atrair de turistas, conformam parte da identidade de Brasília.

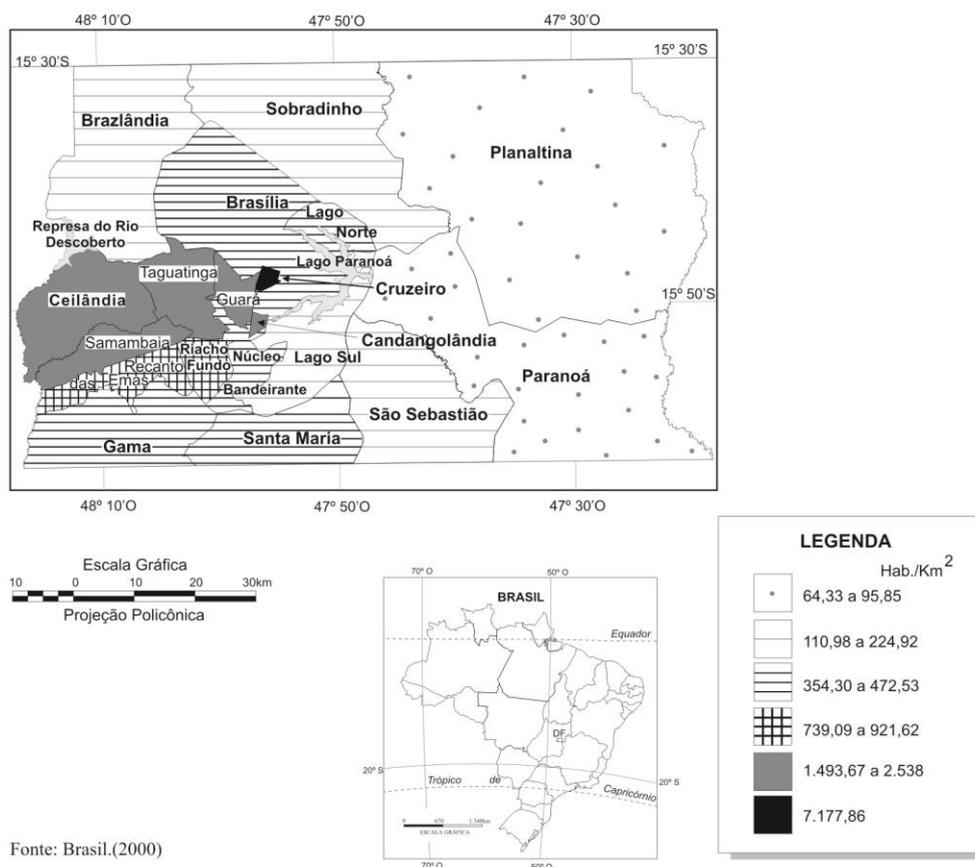
O Plano Piloto, incluindo a Asa Sul e a Asa Norte, os setores comerciais, bancários, superquadras, a Universidade de Brasília (UnB), as embaixadas, a sede do Governo do Distrito Federal (GDF) etc., foi zoneado a partir de códigos já bastante conhecidos. No Plano Piloto não há nomes de ruas semelhantes ao Rio de Janeiro ou mesmo a Goiânia, com base em eventos históricos, personalidades importantes ou mesmo acidentes geográficos. Lá não encontramos uma Avenida Araguaia, como em Goiânia ou uma Avenida Barata Ribeiro, como no Rio de Janeiro. O Plano Piloto é preenchido por códigos que teoricamente facilitam sua setorização: SBN (Setor Bancário Norte), SBS (Setor Bancário Sul), SCN (Setor Comercial Norte), SDN (Setor de Diversão Norte), SES (Setor de Embaixadas Sul), SHN (Setor Hoteleiro Norte), SIG (Setor Industrial Gráfico) etc.



Brasília é o centro propriamente dito do Distrito Federal. Sua população, em 2000, era de 198.422 habitantes segundo o IBGE (Brasil, 2001), com densidade demográfica de 420,27 hab./km². A área total de Brasília é de 472,12 km², com área urbana de apenas 26,31 km² desse total. A área rural também é formada por reservas e áreas de proteção ambiental, como o Parque Nacional de Brasília. Desse modo, se considerarmos apenas a densidade urbana, veremos que ela é maior que os 420,27 hab./km², ultrapassando os 7.000 hab./km².

No cálculo convencional da densidade demográfica, em que se divide a área total (rural e urbana) pelo número de habitantes, não está incluída a população móvel, que mora em outros lugares, mas se desloca todos dias para trabalhar, estudar, ou mesmo desenvolver outras atividades no Plano Piloto. Assim, em todo centro da “cidade” há uma maior densidade em determinadas horas do dia e nos dias da semana, em virtude do grau de polarização que o Plano Piloto exerce, facilmente observável numa simples visita à rodoviária do Plano Piloto, que serve como ligação para circulação interna no Distrito Federal.

DISTRITO FEDERAL Densidade demográfica (2000)



Já que falamos em transporte rodoviário, é bom lembrar que em Brasília há dois terminais rodoviários. O primeiro atende aos ônibus com destino às regiões administrativas, situando-se no cruzamento dos eixos Rodoviário e Monumental. O outro é o chamado rodoferroviário, situado no final do Eixo Monumental. A rodoferroviária recebe o fluxo de transporte interestadual, função antes desempenhada pelo terminal rodoviário do Plano Piloto. Também há o terminal rodoviário de Taguatinga. Quando viajamos de Goiânia com destino a Brasília, de ônibus, podemos passar nesse terminal, mas é na rodoferroviária, no Plano Piloto, que é o final da viagem.

O que provoca esse adensamento no Plano Piloto é o seu perfil terciário, abrigo parte considerável das melhores oportunidades de emprego do Distrito Federal.

Em Brasília, a maior parte das ocupações está no setor terciário, com destaque para a administração federal, com 41,27%, e a administração do GDF, com 13,85%, que perfazem mais de 50% das ocupações. No Distrito Federal, a participação das ocupações

na indústria de transformação, em 1997, foi de 2,85%, e na construção civil 4,28%. Na Tabela 11 podemos observar que, de maneira geral, as ocupações ligadas à indústria da construção civil, da indústria de transformação, do comércio, dos serviços autônomos e domésticos são sensivelmente menores em Brasília do que no Distrito Federal com um todo.

Tabela 11 - BRASÍLIA E DISTRITO FEDERAL: OCUPAÇÃO PRINCIPAL DOS MEMBROS DA FAMÍLIA, 1997

Ocupação	Brasília	Distrito Federal
Agropecuária	1,37%	0,52%
Construção civil	1,15%	4,28%
Indústria de transformação	1,21%	2,85%
Administração federal	41,27%	15,54%
Administração do GDF	13,85%	18,76%
Comércio	8,01%	17,86%
Bancos	6,18%	2,27%
Profissional liberal	4,12%	1,87%
Serviços autônomos	5,50%	9,37%
Serviços domésticos	1,42%	5,35%
Outros	15,92%	21,53%
Total	100%	100%

Fonte: GDF (Brasília, 2000).

Percebe-se que o perfil de emprego em Brasília (RAI) está voltado para a administração pública federal, o que tem relação direta com a maior renda. Por abrigar órgãos públicos mais diversos cria-se, naturalmente, uma demanda natural por serviços dos mais variados fins: hotéis, restaurantes, representação comercial e firmas, lojas especializadas em produtos importados, produção e comercialização de *software* etc. Outra questão refere-se à pouca importância da indústria de transformação no DF, com apenas 2,85% na renda, o que reforça o seu perfil terciário.

Quando se fala da pouca importância da indústria de transformação no Distrito Federal, devemos lembrar que nos últimos anos a indústria ligada à tecnologia tem crescido bastante, especialmente quanto ao número de empresas na área da computação. O ramo das comunicações, com empresas de telefonia fixa e celular, também tem destaque, além da produção de material gráfico. A proximidade com o governo federal, o alto padrão

de renda à disposição de infra-estrutura de comunicação e transportes, entre outros motivos, vêm favorecendo o destaque de Brasília como pólo da indústria de tecnologia e serviços.

O perfil terciário de Brasília, com alta renda, gerou ao longo dos anos uma demanda por serviços com menor qualificação, desde trabalhos domésticos até os autônomos que, na sua maioria, vêm das cidades satélites, já que a renda dificulta o acesso aos locais de moradia dentro ou mesmo mais próximos do Plano Piloto. Não é rara, no Setor Comercial Norte (Asa Norte), a conversão de salas destinadas ao uso comercial em moradias, mesmo que pequenas, uma vez que morar perto do serviço significa uma economia considerável no orçamento. Também o próprio padrão de construção dos apartamentos vem mudando drasticamente, com plantas abaixo de 30 m² (chamados *kitchenette*), bem diferente dos apartamentos governamentais destinados a abrigar os deputados federais, o que hoje não ocorre com tanta freqüência, já que um número cada vez maior de deputados faz opção pela generosa ajuda de custo, alugando imóveis para sua permanência em Brasília.

Em linhas gerais, a Brasília capital reflete bem o que é o Brasil. A concentração de renda, as boas condições de moradia, a disposição de infra-estrutura urbana, áreas verdes em abundância, a possibilidade de vivenciar espaços limitados ao Plano Piloto contrastam com as condições de vida de parcela significativa daqueles que vivem, por assim dizer, *nas periferias* de Brasília.

AS CIDADES SATÉLITES

Brasília começou a ser construída de fato em 1957. Em 1955 foi escolhido o lugar onde seria construída a capital. No ano seguinte, Juscelino Kubitschek cria a Novacap, e o Catetinho, residência provisória da presidência da república, é construído. Brasília foi inaugurada em 21 de abril de 1960. Nesse mesmo ano, segundo dados do Censo Demográfico, o Distrito Federal atingiria uma população de 139.796 habitantes. Dez anos depois, em 1970, a população saltou para 538.351 habitantes, chegando em 1980 a 1.176.935, para em 2000 atingir 2.051.146 habitantes.

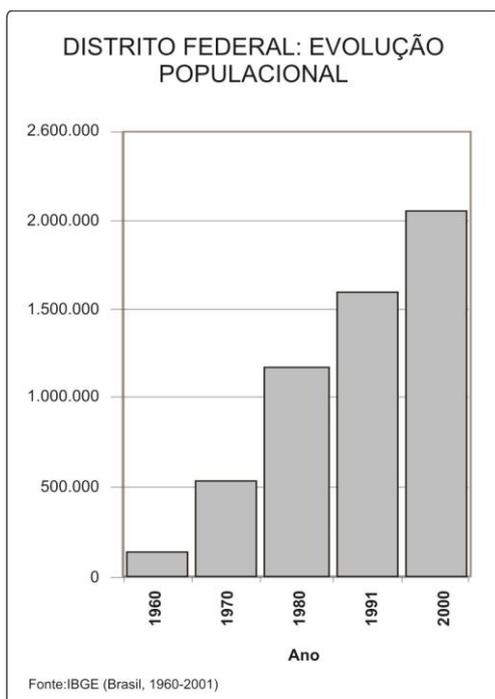
O termo cidade satélite designa um conjunto de cidades que vivem em função de outra. O Plano Piloto reúne um número maior de postos de trabalhos e equipamentos de consumo, o que faz pessoas de muitas cidades satélites deslocarem-se diariamente em

busca desses serviços. Nesse sentido, a palavra saté-lite guarda o mesmo significado da astronomia, ou seja, astro que gira em torno de um planeta: o planeta central seria, então, o Plano Piloto.

Antes mesmo da inauguração, quando o ritmo da construção e a oferta de empregos começavam a diminuir, a chegada de migrantes não cessava. Ao problema do desemprego, é fácil imaginar, somou-se a questão da habitação, da moradia, diante da necessidade de acomodar uma massa de migrantes deslocados de várias partes do Brasil, especialmente do Nordeste. Foram surgindo, dessa forma, as “cidades ilegais”, as invasões, somando-se aos acampamentos das construtoras que, além de abrigarem os trabalhadores, exerciam um certo controle de suas vidas. Alguns desses acampamentos, como é o caso de Paranoá, deram origem a cidades satélites. Vale lembrar, Paranoá nasceu da luta dos trabalhadores por melhores condições de vida e fixação na área da construção do lago de Paranoá.

Em virtude da grande migração que antecedeu a inauguração de Brasília, há cidades que surgiram antes mesmo da inauguração da capital. O Núcleo Bandeirante, antiga Cidade Livre, nasceu em 1956, servindo como importante centro de comércio variado e centro de entretenimento que atendia a toda a região e também ao Plano Piloto. A expressão Cidade Livre guarda relação com a doação de lotes para instalação temporária de comerciantes e candangos, em barracos de madeira, até o final da construção do Plano Piloto, quando seriam, então, destruídos. No entanto, os trabalhadores resistiram e conseguiram permanecer naquele local. Taguatinga surgiu em 1958, depois da remoção de inúmeras famílias acampadas próximas à Cidade Livre, atual Núcleo Bandeirante.

As cidades satélites foram surgindo com a força dos migrantes, alimentados pelo sonho de uma vida melhor. Ali trabalharam pesado na construção civil como serventes, carpinteiros, pedreiros, pintores, tratoristas etc., ganhando pouco e se alimentando mal. O surgimento de algumas dessas cidades satélites representa a luta pela moradia daqueles que de fato construíram Brasília. Ia-se formando a periferia de Brasília, impulsionada pela migração e remoção das populações de áreas próximas ao Plano Piloto, do canteiro da obra propriamente dito, que com o tempo foram ficando cada vez mais valorizadas.



Do ponto de vista administrativo, as cidades satélites foram transformadas em Regiões Administrativas (RAs). Em 2000 o Distrito Federal contava com 19 RAs (Tabela 12), compreendendo uma população de 2.051.146 habitantes, segundo o IBGE (Brasil, 2001). De Brasília, com 198.422 habitantes e área de 472.12 km², até Ceilândia, com 344.039 habitantes e área de 230,33 km², a diferença é grande. São 14 RAs com população superior a 50 mil habitantes.

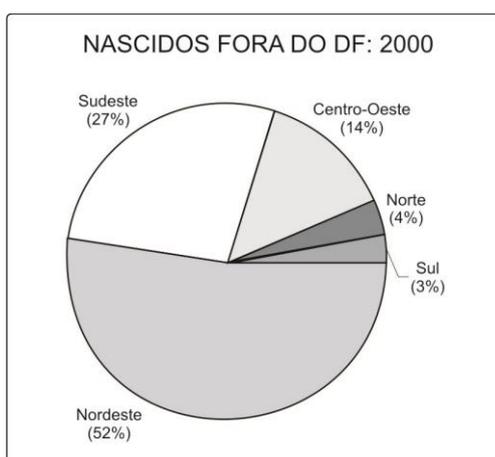


Tabela 12 - DISTRITO FEDERAL: REGIÕES ADMINISTRATIVAS, 2000

Região administrativa	População total (2000)	População urbana	População rural	Área total	Ano de criação	Distância do Plano Piloto

I - Brasília	198.422	198.422	–	472,12	1960	–
II - Gama	130.580	122.744	7.836	276,34	1960	30
III - Taguatinga	243.575	243.415	160	121,55	1958	21
IV - Brazlândia	52.698	40.549	12.149	474,83	1960	45
V - Sobradinho	128.789	113.280	15.509	572,59	1960	22
VI - Planaltina	147.114	134.663	12.451	1.534,69	1959	38
VII - Paranoá	54.902	46.334	8.568	853,33	–	25
VIII - Núcleo Bandeirante	36.472	36.472	–	80,43	1956	13
IX - Ceilândia	344.039	334.574	12.465	230,33	1971	26
X - Guará	115.385	115.385	–	4,46	1989	11
XI - Cruzeiro	63.883	63.883	–	8,90	1989	7
XII - Samambaia	164.319	162.536	1.783	105,70	1989	25
XIII - Santa Maria	98.679	97.064	1.615	215,86	1992	26
XIV - São Sebastião	64.322	50.687	13.635	383,71	1993	26
XV - Recanto das Emas	93.287	89.811	3.476	101,22	1993	26
XVI - Lago Sul	28.137	28.137	–	183,39	1994	8
XVII - Riacho Fundo	41.404	41.404	–	56,02	1993	18
XVIII - Lago Norte	29.505	29.505	–	66,08	1994	8
XIX - Candangolândia	15.634	15.634	–	6,61	1956	11
Total DF	2.051.146	1.961.499	89.647	5.789,16	–	–

Fontes: GDF (Brasília, 2000); Censo Demográfico de 2000 do IBGE (Brasil, 2001).

A distância espacial das RAs tem seu equivalente na distância socioeconômica entre aqueles que habitam as mais distantes regiões. Para ilustrar as diferenças, vamos tomar como exemplo seis regiões administrativas. É no Lago Sul, no Lago Norte e em Brasília onde estão localizadas as maiores concentrações de renda, contrastando com Paranoá, Samambaia e Brazlândia (GDF, 2000). Convém lembrar que Lago Sul e Lago Norte faziam parte, até 1994, de Brasília. Como podemos perceber, as RAs com maior concentração de renda estão mais próximas do Plano Piloto, área melhor servida de equipamentos de consumo coletivo e serviços privados e público, e onde, também, estão localizadas as melhores oportunidades de emprego.

Quando analisamos a estrutura das habitações, as diferenças são reforçadas (Tabela 13). Enquanto no Lago Sul e Lago Norte constatamos uma grande concentração das famílias em residências com número superior a quatro quartos (padrão de classe média alta), em Brazlândia, Paranoá e Samambaia a maior concentração fica na faixa de dois e três quartos, fato justificado tanto pela renda quanto pelo tipo de ocupação. No Lago Sul e Lago Norte há uma maior evidência de ocupações ligadas ao funcionalismo público federal e representação diplomática, com altos rendimentos, uma vez que nas duas RAs mais de 64% das famílias recebiam mais que 40 salários mínimos em 1997. De acordo com reportagem da revista *IstoÉ Dinheiro*, de setembro de 2001 (n. 213), citando uma pesquisa das Organizações das Nações Unidas, o “Lago Sul é o melhor lugar do mundo para se viver, com privilegiados 28 mil moradores”. O que motivou a referida reportagem foi o índice de desenvolvimento humano, de 0,945, maior que o de países desenvolvidos, como o Canadá. Ao contrário do Lago Sul, considerando-se os dados do quadro, Brazlândia, Paranoá e Samambaia apresentaram números bastante modestos, com 0,96%, 0,26% e 0,28 das famílias com rendimento maior que 40 salários mínimos.

Em relação às cidades satélites, destacamos Taguatinga, importante núcleo de polarização econômica, que, juntamente com Ceilândia e Samambaia, forma o principal eixo de povoamento do Distrito Federal, ligado ao Plano Piloto por uma linha de metrô. Sua fisionomia distingue-se das demais cidades satélites, especialmente pela verticalidade do seu centro e pela importância econômica, já que, na maioria das cidades satélites, predomina uma paisagem marcada pela horizontalidade, semelhante a imensos bairros, especialmente as mais distantes, com vida distinta daquela que ocorre no Plano Piloto. Considerando-se a ocupação dos membros das famílias em Taguatinga, por setor de ocupação, predomina o setor de serviços (23,51%), seguido da administração do GDF

(21,78%), fato que lhe confere o lugar de destaque como núcleo secundário do Distrito Federal, perdendo apenas para o Plano Piloto.

Tabela 13 - RENDA FAMILIAR E NÚMEROS DE QUARTOS POR FAMÍLIA EM SEIS
REGIÕES ADMINISTRATIVAS DO DF, 1997

Regiões Administrativas	Distribuição das famílias por classe de renda (1997) %		Distribuição das famílias por número de quartos (1997) %					
	Até 2 salários mínimos	Acima de 40 salários mínimos	Sem quarto	Um quarto	Dois quartos	Três quartos	Quatro quartos	Acima de quatro quartos
Brasília	5,36	28,37	0,66	7,79	10,01	39,05	33,52	8,97
Lago Sul	5,54	65,81	0,66	2,78	3,78	7,38	24,05	61,35
Lago Norte	9,45	64,01	1,29	5,04	8,58	10,36	32,2	42,53
Brazlândia	24,63	0,96	1,66	26,01	24,58	40,02	5,83	1,90
Paranoá	32,61	0,26	0,64	45,69	28,53	20,39	3,72	1,08
Samambaia	26,97	0,28	6,73	26,92	41,25	21,46	2,77	0,87

Fonte: GDF (Brasília, 2000).

Mas podemos nos enganar quando associamos a imagem das cidades satélites apenas ao aglomerado de pessoas vivendo na dependência de Brasília. Planaltina produz arroz, milho, soja, trigo, além de feijão e outras culturas temporárias e permanentes. Também Paranoá, Santa Maria, São Sebastião e outras cidades satélites desenvolvem atividades produtivas no setor agrícola. Essa produção agrícola, apesar de não garantir a auto-suficiência do Distrito Federal em termos de abastecimento, é muito importante para as economias dessas cidades. Já no que se refere à produção de hortifrutegranjeiros, atende bem a sua demanda interna, posto que Brazlândia, Planaltina, Paranoá, São Sebastião e Núcleo Bandeirantes são importantes produtores, isso sem contar as inúmeras áreas que se dedicam a essa atividade, muitas bem próximas do Plano Piloto.

De forma geral, podemos dizer que, mesmo com as diferenças entre as cidades satélites, elas são resultado da periferização e fragmentação do tecido urbano do Distrito Federal. Os indicadores favoráveis ao Plano Piloto e a poucas outras cidades satélites, como Lago Norte e Lago Sul, são visíveis na paisagem urbana, o que pode ser verificado quando contrastamos o padrão das moradias e a oferta de serviços públicos nas diversas regiões administrativas. O Distrito Federal, e mesmo Brasília, está muito distante do eldorado que muitos imaginam. A mobilidade da população tem sido proporcional à mobilidade dos problemas, e o sonho de uma capital igualitária se dissolve, na medida que os sucessivos governos do Distrito Federal não colocam como prioridade uma política social conjunta, que englobe não apenas a primeira periferia de Brasília, mas também o

Entorno goiano de Brasília.

O ENTORNO DE BRASÍLIA

Santa Luzia é o nome de um antigo arraial de Goiás, nascido da mineração, tendo sido elevado à categoria de vila em 1833 e se tornou cidade em 1867. A Santa Luzia de ontem virou a Luziânia de hoje. Mudou bastante. Viu sua população passar de 17.249, em 1940, para 242.522, em 1996.

Como ocorreu esse espantoso crescimento demográfico?

A resposta é simples. O antigo arraial de Santa Luzia estava perto do lugar escolhido para construir Brasília. Ali, bem próximo. Aliás, cedeu parte de seu território, assim como Planaltina de Goiás e Formosa, para a criação do Distrito Federal. Assim nasceu o Entorno de Brasília.

ENTORNO DE BRASÍLIA: DISTÂNCIAS EM KM		
Cidades	Goiânia	Brasília
Abadiânia	88	111
Água Fria de Goiás	287	116
Águas Lindas de Goiás	194	41
Alexânia	112	83
Cabeceiras	337	141
Cidade Ocidental	191	43
Cocalzinho de Goiás	125	100
Corumbá de Goiás	106	119
Cristalina	229	125
Formosa	277	81
Luziânia	188	57
Mimoso de Goiás	234	124
Novo Gama	177	33
Padre Bernardo	280	104
Pirenópolis	121	138
Planaltina	254	58

Santo Antônio do Descoberto	171	46
Valparaíso de Goiás	176	31
Vila Boa	362	169
Vila Propício	187	170

Fonte: Goiás (1996).

Atualmente o Entorno de Brasília é uma das microrregiões goianas que mais despertam preocupação (tanto por parte do governo de Goiás quanto do Distrito Federal), especialmente quando os assuntos são aqueles ligados à ausência de infra-estrutura básica e à violência urbana. As preocupações com o Entorno de Brasília são compartilhadas pelos governos do estado de Goiás e do Distrito Federal.

Até a década de 1960, Brasília (DF) apresentou maior crescimento demográfico que os municípios goianos do seu Entorno, o que é natural, uma vez que a capital ainda estava se consolidando. A partir de 1970, tem início um forte processo de fragmentação do entorno goiano, em que grandes municípios, como Luziânia, foram sendo repartidos, dando origem a outros. Para se ter uma idéia, a área total do município de Luziânia, em 1970, que era de 5.539.793 km², em 2000, caiu para 3.961.536 km², resultado da criação dos municípios de Santo Antônio do Descoberto (1982), Cidade Ocidental (1991), Novo Gama (1995) e Valparaíso de Goiás (1995).

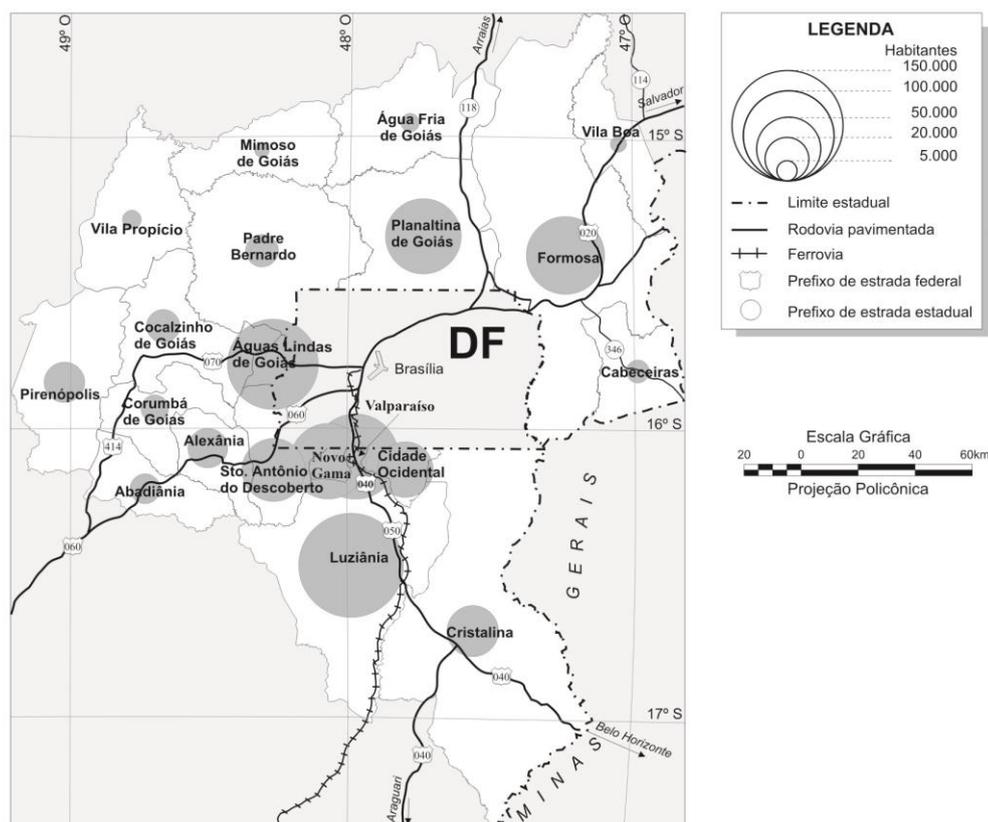
O crescimento populacional de Luziânia, a partir da década de 1970, marca a consolidação de uma das regiões mais dinâmicas do estado de Goiás. Foram comercializados e “doados” milhares de lotes em cidades como Luziânia, com a utilização de política que procurou amortizar os problemas do Distrito Federal. Dos 20 municípios da microrregião, nove foram emancipados a partir da década de 1980, que constam entre os mais populosos, representando mais da metade da população da microrregião do Entorno de Brasília. Águas Lindas de Goiás, emancipado de Santo Antônio do Descoberto em 1995, atingiu uma população, em 2000, de 105.746 habitantes, expressando um dos maiores crescimentos de população, em termos proporcionais, do Brasil.

O crescimento no número de municípios tem estreita ligação com a construção de Brasília. Em 1960 havia oito municípios na microrregião do Entorno de Brasília, passando para 11 em 1980, 13 em 1991 e 20 em 2000. O Entorno de Brasília tornou-se a segunda microrregião mais populosa do estado de Goiás, com 815.193 habitantes em 2000, e aquela

com maior número de municípios com população acima de 50 mil habitantes.

A articulação do Distrito Federal com o Entorno de Brasília foi estruturada a partir dos eixos viários, como a BR-040 (saída para Luziânia), a BR-060 (saída para Santo Antônio do Descoberto), a BR-020 (saída para Formosa), a BR-070 (saída para Águas Lindas de Goiás). Em relação às linhas do transporte coletivo de contorno ao Distrito Federal, pesquisa realizada pela Codeplan, em um dia útil do mês de novembro de 2000, constatou o intenso fluxo de pessoas das cidades goianas e outras regiões em direção a Brasília. As cidades goianas com maior ligação em termos de viagens diárias foram Águas Lindas de Goiás (30.172 viagens), Valparaíso de Goiás (21.848 viagens), Novo Gama (13.589 viagens), Planaltina de Goiás (13.490 habitantes), Luziânia (11.675 habitantes), todas elas em que o motivo principal de deslocamento era o trabalho.

ESTADO DE GOIÁS: MICRORREGIÃO ENTORNO DE BRASÍLIA População residente (2000)



Fonte: Brasil.(2000)

Na pesquisa do IBGE (Brasil, 2003) sobre deslocamentos para trabalho e estudo encontramos os seguintes dados: 23,9 % dos habitantes de Cidade Ocidental, 26,5% dos

habitantes de Águas Lindas de Goiás, 25,4 % dos habitantes de Novo Gama, 17,8% dos habitantes de Planaltina 18,36% dos habitantes de Santo Antônio do Descoberto e 22,71% dos habitantes de Valparaíso de Goiás trabalham ou estudam em outra unidade da federação. Esses dados, com pouquíssima margem para erro, dizem respeito a Brasília, ou seja, são pessoas que diariamente se deslocam para o Distrito Federal.

Os problemas do Entorno de Brasília também atingem o Distrito Federal. Alguns programas do Governo Federal como a Ride propõem ações conjuntas para amenizar os problemas dos municípios goianos e mineiros, que margeiam o DF, especialmente no que se refere aos serviços públicos (saúde, educação e segurança) e ao transporte coletivo, já que isso significa um custo elevado para aqueles que se deslocam diariamente para o trabalho ou mesmo estudo. É mais ou menos assim: mesmo estando na fronteira e produzindo no Distrito Federal, tanto empresas como pessoas pagam, por exemplo, tarifas interestaduais no transporte coletivo e interurbanos nas ligações telefônicas.

Outro ponto que dá destaque ao Entorno de Brasília é a relação entre a baixa arrecadação de impostos (ICMS menor que 2,5% em relação ao estado de Goiás) e a quantidade populacional (mais de 16% da população total do estado de Goiás). Dos 2,5% de arrecadação de ICMS, em 2002, mais de 60% estão concentrados nos municípios de Luziânia, Cristalina e Valparaíso de Goiás. Luziânia, por exemplo, é um dos municípios mais dinâmicos de Goiás, com perfil industrial ligado à agroindústria muito beneficiado pela ligação com o mercado consumidor do Distrito Federal. Cristalina é conhecida pelo seu perfil agrícola, sendo importante referência nas culturas irrigadas em Goiás. O destaque de Valparaíso é dado pela aglomeração populacional e pelo setor de serviços, sobressaindo-se o lazer, favorecido com a presença do único *shopping* da região e também de salas de cinema. Outros municípios, como Formosa, além de importância na agricultura, destacam-se no turismo ecológico. Não há, quer no quesito da ocupação histórica ou mesmo nos indicadores econômicos e sociais, homogeneidade entre os municípios do Entorno de Brasília.

Ride significa “Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno”. Ela foi criada pela Lei Complementar no 94, de 19 de fevereiro de 1998, e regulamentada pelo Decreto no 2.710, de 4 de agosto de 1999, alterado pelo Decreto no 3.445, de 4 de maio de 2000.

Após a inauguração de Brasília, em 1960, iniciou-se um rápido processo de ocupação da região do Distrito Federal e dos municípios vizinhos, motivado pela política governamental incentivadora da migração de mão-de-obra para a construção de Brasília.

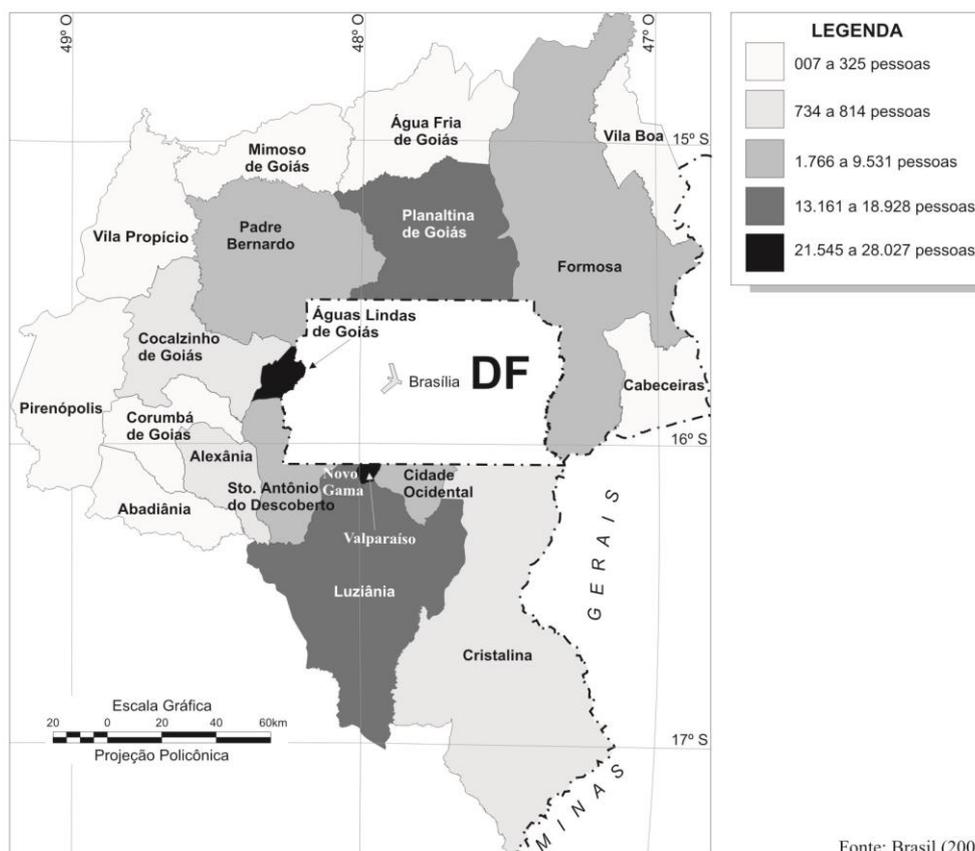
Implantada, Brasília continuou a exercer a sua atração sobre as demais regiões do país, principalmente sobre a população carente dos municípios vizinhos, pela existência de uma ampla infra-estrutura social no Distrito Federal, em especial, nas áreas de saúde e educação.

A alta concentração urbana decorrente desta corrente migratória criou sérios desequilíbrios econômicos e sociais entre o Distrito Federal e os municípios vizinhos, o que motivou a criação da Ride, como um mecanismo capaz de, através de uma ação integrada entre a União, o Distrito Federal, e os Estados e Municípios que integram a região, implantar soluções imediatas e a médio prazo para os problemas existentes.

(www.reride.net, Brasil, 2003)

Os problemas do Entorno de Brasília têm fomentado um debate sobre a formação de um novo estado na região, englobando municípios de Goiás e de Minas Gerais. A proposta esbarra em questões práticas: imaginemos um estado em que, para ir de Luziânia a Formosa, seria preciso atravessar uma outra entidade da federação, ou seja, o Distrito Federal, isso sem entrar na discussão sobre as diferenças culturais entre os municípios da fronteira norte e sul do Distrito Federal. O perfil domiciliar da população (urbana ou rural) também é bem diferente, assim como o peso dos municípios na economia regional. A criação de um estado, ao contrário do que alguns acreditam, não resolverá os problemas que são, na realidade, problemas da opção de desenvolvimento dos sucessivos governos brasileiros.

ESTADO DE GOIÁS: MICRORREGIÃO ENTORNO DE BRASÍLIA Deslocamentos para trabalho ou estudo (2000)



Fonte: Brasil.(2000)

A distância dos municípios goianos do Entorno para Brasília varia de 20 a 50 km. A relação desses municípios com Brasília é reforçada quando pensamos na origem de seus habitantes, predominantemente nordestina. O caso de Águas Lindas de Goiás, emancipada de Santo Antônio do Descoberto em 1995, é exemplar. Dos 105.746 habitantes, 22.182 nasceram em Goiás e 83.564 em outros estados, especialmente do Nordeste e no Distrito Federal. O município foi um dos que mais cresceu em termos demográficos no Brasil. Em muitos casos a população desses municípios é migrante de segundo movimento, ou seja, primeiro foram para as cidades satélites e depois para Goiás. Esse processo de “empurrão” tem sido comum no Entorno de Brasília, uma vez que o preço dos lotes em muitas áreas que já foram assentamentos, resultado de doações dos governos, é menor.

No conjunto, os indicadores sociais da microrregião do Entorno de Brasília figuram entre os menores do estado. Na média estão acima da microrregião do Vão do Paranã e da Chapada dos Veadeiros, mas abaixo de outras microrregiões. Em relação à renda *per*

capita média, por exemplo, é inferior ao da microrregião de Goiânia (211,61 reais), do Sudoeste Goiano (245,30 reais) ou mesmo do estado (285,96 reais).

Quando analisamos os indicadores sociais para essa microrregião, precisamos lembrar do diferente peso demográfico dos seus municípios, que varia de 3.287 habitantes no caso de Vila Boa, até 141.082, no caso de Luziânia. Também, do seu processo de formação, bem diferente. Municípios como Pirenópolis nasceram no ciclo do ouro, e outras, como Valparaíso de Goiás, nasceram e se firmaram a partir da consolidação de Brasília.

Para a definição da microrregião considerou-se a aglomeração de municípios para fins estatísticos e administrativos, levando-se em conta seu processo histórico de formação. No entanto, pode-se considerar como fazendo parte do “verdadeiro” entorno de Brasília aqueles municípios com fronteira física com o Distrito Federal e, ao mesmo tempo, têm vida ligada a Brasília e às cidades satélites. Dessa forma, é preciso diferenciar municípios como Corumbá de Goiás, Pirenópolis, Vila Propício, Abadiânia, Alexânia, Água Fria de Goiás e até mesmo Cristalina, de municípios como Águas Lindas de Goiás, Santo Antônio do Descoberto, Novo Gama, Valparaíso de Goiás, Formosa, Planaltina, Cidade Ocidental e Luziânia, que sentem com mais força a presença de Brasília na sua organização territorial.

Os indicadores sociais de muitos municípios do Entorno de Brasília são semelhantes aos das regiões administrativas, excetuando-se Brasília (RAI), Lago Norte (RAXVIII) e Lago Sul (RAXVI). Em termos comparativos, tomando como base o rendimento nominal médio mensal dos responsáveis pelos domicílios particulares, Lago Sul, Lago Norte e Brasília tiveram renda média em reais de 7.413,93, 4.659,97 e 3.631,59, respectivamente, e Santa Maria (DF) e Samambaia (DF), além de Águas Lindas de Goiás (GO) e Luziânia (GO), entre outras, tiveram renda média mensal inferior a 600 reais em 2000, segundo dados do IBGE (Brasil, 2001). É bom lembrar que essa renda média refere-se aos rendimentos médios mensais dos responsáveis pelo domicílio, diferente da renda *per capita*, que é o valor da renda dividido pelo número de habitantes. Essa é uma das semelhanças entre o Entorno de Brasília e as cidades satélites.

As RAs do Distrito Federal, com poucas exceções, e os municípios do Entorno de Brasília têm uma paisagem urbana semelhante, marcada pela horizontalidade, com problemas de infra-estrutura, de violência urbana, de transporte coletivo, enfim, situação típica de uma periferização precoce diretamente influenciada por um processo planejado do uso e apropriação do solo no Distrito Federal.

Brasília, entendida como Distrito Federal, aparece no *Atlas da exclusão social no*

Brasil na posição de 15^o lugar em relação ao *ranking* de melhor situação social no Brasil. O estudo refere-se a Brasília como sinônimo de Distrito Federal, cujo mapa é preenchido de maneira uniforme pela cor verde, excelente indicativo de sua condição social. Porém, como vimos, o retângulo esconde realidades muito diferentes e que não podem ser resumidas em um breve estudo como este, mostrando que o paraíso está distante de muitas pessoas que vivem às margens da Brasília capital. Como qualquer outra cidade, ou mesmo estado, Brasília guarda um pouco do Brasil desigual que todos conhecemos muito bem.

A mesma distância que separou essas “três Brasília’s”, hoje vencida pelo transporte automotivo individual e por um transporte coletivo precário e caro, permite, todos os dias, que sua população encontre formas de sobrevivência na capital do Brasil, no Plano Piloto, de onde, como sabemos, partem as decisões que podem, de uma maneira ou de outra, aproximar socialmente essas “três Brasília’s” que foram propositalmente separadas.

Palavras finais

O território goiano, nesse início do século XXI, apresenta-se como um desafio para nós, professores de geografia, especialmente quando nos debruçamos na tarefa de ensinar. Na produção literária nacional, no que se refere aos estudos regionais, Goiás apareceu juntamente com o Centro-Oeste numa posição tímida, produto, muitas vezes, de interpretações simplistas, com o predomínio da idéia de “celeiro nacional”, o que só revela uma parte da complexidade de nosso território.

Nos últimos dez anos, Goiás passou por inúmeras transformações: internacionalizou sua economia; modernizou as relações de produção no campo, incorporando, cada vez mais, setores da indústria e dos serviços à dinâmica agrícola; atraiu empresas de diversos ramos industriais, sobretudo do setor de alimentos e farmacêutico para suas principais cidades. Mas assistiu também a um aumento quase que generalizado dos problemas sociais, especialmente nas grandes e médias cidades. O modelo de crescimento econômico patrocinado pelo Estado privilegiou, historicamente, o mercado externo em detrimento do mercado interno, erro que tem se repetido na condução das políticas econômicas do país. O discurso da integração via competitividade, presente nos meios políticos, é outra forma de dizer que estamos abertos ao que de pior encontramos no processo de globalização. Esforçamo-nos por demonstrar que essa integração competitiva causou a fragmentação do tecido social, uma vez que o modelo de crescimento econômico continua privilegiando poucas pessoas e lugares, em detrimento do conjunto da sociedade.

É nossa tarefa sistematizar informações sobre Goiás com o propósito de divulgá-las e debatê-las à luz de uma narrativa geográfica, e foi o que procuramos fazer. Esse processo de sistematização envolveu, de nossa parte, uma atitude seletiva, na medida em que selecionamos temas que consideramos pertinentes para esta publicação. Nem sempre esses temas foram abordados de maneira profunda, seja pela opção editorial ou mesmo pela necessidade de uma pesquisa mais verticalizada. São lacunas que sempre existirão em qualquer livro. Mas são essas lacunas que comporão a agenda de pesquisa para a geografia de Goiás, tão necessária e oportuna para pensarmos o horizonte de nossa disciplina.

Referências

- APARECIDA DE GOIÂNIA. Secretaria de Finanças. *Cadastro predial*. Aparecida de Goiânia: Prefeitura 2004.
- ALMEIDA, Maria Geralda de. (Org.). *Abordagens geográficas de Goiás: o natural e o social na contemporaneidade*. Goiânia: Iesa, 2002.
- ATLAS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO NO BRASIL. Brasília: Ipea, 2003.
- BARREIRA, Celene Cunha Monteiro Antunes. *Região da Estrada do Boi: usos e abusos da natureza*. Goiânia: Ed. da UFG, 1997.
- BERNARDES, Carmo. *Quarto crescente*. Goiânia: Ed. da UFG, 1985.
- BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. São Paulo: Saraiva, 1988.
- _____. *Censo demográfico: 1940, 1950, 1960*. Rio de Janeiro: IBGE, 1991.
- _____. *Censo demográfico 1970, 1980 e 1991*. Brasília: IBGE, 2001.
- _____. *Regiões de influência das cidades: 1993*. Brasília: IBGE, 2000.
- _____. *Censo demográfico 2000*. Brasília: IBGE, 2001.
- _____. *Produção agrícola municipal*. Rio de Janeiro: IBGE, 2002.
- _____. *Tendências demográficas: uma análise dos resultados do censo demográfico*. Brasília: IBGE, 2002. (v. 27: Goiás).
- _____. *Censo demográfico 2000: deslocamentos – resultado da amostra*. Brasília: IBGE, 2003a.
- _____. *Base de informações municipais 4*. IBGE: Brasília: IBGE, 2003b.CD.
- _____. *Censo demográfico 2000: migração – resultado da amostra*. Brasília: IBGE, 2003c.
- _____. Ministério da Integração Nacional. O que é a Ride. Disponível em: <www.reride.net>. Acesso em: 20 dez. 2003.
- BRASÍLIA. Governo do Distrito Federal. *Anuário estatístico do DF*. Brasília: GDF/Deduh, 2000.
- CAVALCANTI, Lana de Souza (Org.). *A geografia da cidade*. Goiânia: Alternativa, 2002.
- CONSTITUIÇÕES DO BRASIL – 1969, 1967, 1946, 1937, 1891, 1824. São Paulo: Atlas, 1985.
- CORBUSIEUR, Le. *A carta de Atenas*. São Paulo: Hucitec; Edusp, 1993.
- CORREA, Roberto Lobato. *O espaço urbano*. São Paulo: Ática, 1989.

- DEUS, João Batista de. *O Sudeste Goiano e a desconcentração industrial*. Brasília: Ministério da Integração Nacional: Universidade Federal de Goiás, 2003.
- GODÓI, Armando Augusto de. Goiânia: relatório sobre a conveniência da mudança da capital. [coletânea especialmente editada pelo IBGE como contribuição para o batismo cultural de Goiânia]. Rio de Janeiro: Serviço Gráfico do IBGE, 1942.
- GOIÂNIA. *Radiografia social e econômica de Goiânia e Entorno*. Goiânia: Seplan/DPSE, 2004.
- GOIÁS. *Anuário estatístico do estado de Goiás*. Goiânia: Seplan, 1996.
- _____. Secretaria de Agricultura, Pecuária e Abastecimento do Estado de Goiás. Centrais de Abastecimento de Goiás S.A. *Ceasa - GO: análise conjuntural 2002 – Ditec*. Goiânia: Ceasa, 2003a.
- _____. IBGE. *Migração: resultado da amostra*. Rio de Janeiro: IBGE, 2003b.
- _____. *Economia & Desenvolvimento*, Goiânia, ano 1, n. 1, out.-dez. 1999. Goiânia: Seplan, 1999.
- _____. *Estudos da Seplan: plataforma logística multimodal de Anápolis*. Goiânia: Seplan, 2002b.
- _____. *Ranking aponta municípios mais competitivos de Goiás*. Goiânia, ano IV, n. 11, abr.-jun. 2003a.
- _____. *Goiás em dados 2003*. Goiânia: Seplan, 2003b.
- _____. *Anuário estatístico do estado de Goiás*. Goiânia: Seplan, 2003c.
- _____. *Ranking dos municípios goianos 2003*. Goiânia: Seplan, 2003d.
- _____. Séries estatísticas básicas. Goiânia, ano IV, n. 12, jul.-set. 2003e.
- _____. *Vão do Paranã: a estruturação de uma região*. Brasília: Ministério da Integração Nacional: Universidade Federal de Goiás, 2002.
- GOMES, Horieste. *Introdução à geografia de Goiás: a terra*. São Paulo: Tipografia O Calvário, 1966.
- _____. *Geografia socioeconômica de Goiás*. Goiânia: Livraria Brasil Central Editora, 1969.
- _____. *A produção geográfica em Goiás*. Goiânia: Ed. da UFG, 1999.
- ISTOÉ DINHEIRO. *Goiás prova sua força*. n. 213, set. 2001.
- LACOSTE, Yves. *A geografia: isso serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra*. 3. ed. São Paulo: Campinas: Papyrus, 1993.
- LIPIETZ, Alain. *O capital e seu espaço*. São Paulo: Nobel, 1998.

MATTOS, Raymundo José da Cunha. *Chorographia histórica da província de Goyaz*. Goiás: Sudeco, 1979.

O POPULAR. *A vida na melhor e pior cidade*. Goiânia, 12 jan. 2002.

_____. *Euro sobe e beneficia exportador goiano*. Goiânia, 10 dez. 2003.

_____. *Empréstimo não anima produtor*. Goiânia, 31 jan. 2004.

_____. *Migração preocupa autoridade*. Goiânia, 1º fev. 2004. PALACÍN, Luis. *Goiás 1722-1822: estrutura e conjuntura numa capitania de minas*. 2. ed. Goiânia: Oriente, 1976.

PAVIANI, Aldo. *Brasília: a metrópole em crise*. Brasília: Ed. da UnB, 1989.

POCHMANN, Márcio; AMORIM, Ricardo (Orgs.). *Atlas da exclusão social no Brasil*. São Paulo: Cortez, 2003.

REVISTA MEDICINA EM GOIÁS. *Goiânia, capital brasileira da medicina*. Ano 6, n. 13, Goiás, set. 2003.

TEIXEIRA NETO, Antonio; Gomes, Horieste. *Geografia: Goiás–Tocantins*. Goiânia: Ed. da UFG, 1993.

TEIXEIRA NETO, Antonio. O território goiano: formação e processo de povoamento e urbanização. In: _____. (Org.). *Abordagens geográficas de Goiás: o natural e o social na contemporaneidade*. Goiânia: Iesa, 2002.

Valverde, Orlando; Dias, Catharina Vergolino. *A rodovia Belém-Brasília*. Rio de Janeiro: IBGE, 1967.

Sobre o autor

Tadeu Alencar Arrais é professor de Geografia da Universidade Estadual de Goiás (UEG), em Anápolis. cursou geografia na Universidade Federal de Goiás (UFG), onde concluiu o mestrado e foi também professor de Didática e Prática de Ensino em Geografia. Atualmente cursa doutorado em geografia na Universidade Federal Fluminense, em Niterói, RJ. Participou de publicações em periódicos sobre a temática urbana e regional e como colaborador nos livros *O professor escreve sua história* (Prefeitura de Goiânia), *Geografia da cidade* (Editora Alternativa) e *Abordagens geográficas de Goiás* (Iesa/UFG). É co-autor do livro *Viagens do Brasil: relatos da gente* (editoras Callis e Mercuryo Jovem).

email: tadeuarrais@bol.com.br